

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Câmpus de Rio Claro
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO CURSO DE MATEMÁTICA
NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS

Adriana de Bortoli

Rio Claro
2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Câmpus de Rio Claro
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO CURSO DE MATEMÁTICA
NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS

Adriana de Bortoli

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vieira Teixeira

Dissertação de Mestrado elaborada
junto ao Curso de Pós-Graduação em
Educação Matemática- Área de
Concentração em Ensino e
Aprendizagem de Matemática e seus
Fundamentos Filosóficos Científicos
para a obtenção do Título de Mestre
em Educação Matemática.

Rio Claro
2003

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Marcos Vieira Teixeira que com muita atenção dedicou horas de orientação me ajudando a trilhar esse caminho.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em História da Matemática, pela colaboração que deram para a minha formação e em especial a essa pesquisa.

A todos os amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática que direta ou indiretamente também contribuíram.

Aos meus pais e irmã, José Antonio, Inês e Andréa, por terem acreditado em meu potencial.

Ao amigo Vando Mauro Garrute, que esteve ao meu lado em alguns momentos difíceis.

Ao amigo Bruno Alves Dassie pelas valiosas informações, incentivo que, mesmo à distância, estiveram presentes.

Ao amigo Jonei Cerqueira Barbosa que esteve presente, nas horas de dúvidas e contradições.

As minhas amigas Analucia C.P.Souza e Mariangela Pereira que incentivaram a minha vinda a Rio Claro.

A minhas amigas Adriana Ferreira Meira, Marisol Vieira Melo, Solange Pereira e que estiveram me apoiando em muitos momentos difíceis durante a realização desse trabalho.

A todos os funcionários e bibliotecárias das várias seções da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que atenderam as minhas solicitações.

A CAPES, pelo auxílio financeiro durante vinte e dois meses.

SUMÁRIO

Índice.....	i
Lista de Figuras.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Introdução.....	01
Metodologia de Pesquisa.....	03
1- Campinas a primeira cidade do interior do Estado de São Paulo a contar com uma Universidade.....	07
2- A criação das Universidades Católicas Brasileiras.....	19
3- O Ensino Superior em Campinas.....	32
4- A criação de um curso de matemática.....	45
5- Considerações Finais.....	88
6-Referências Bibliográficas.....	91
7- Anexos.....	96

Índice

Lista de Figuras.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Introdução.....	01
Metodologia de Pesquisa.....	03
1- Campinas a primeira cidade do interior do Estado de São Paulo a contar com uma Universidade	
1.1- Introdução.....	07
...	
1.2- O processo de urbanização de Campinas a partir da década de 20.....	08
1.3- Desenvolvimento agrícola e industrial.....	10
1.4- A educação em Campinas até o fim da década de 40.....	12
1.5- Fatos políticos ocorridos nas décadas de 1940 e 1950.....	18
2- A criação das universidades católicas brasileiras.....	19
3- O ensino superior em Campinas	
3.1- Introdução.....	32
3.2- A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.....	35
3.3- Do regime escolar: a categoria de alunos.....	37
3.4- A estrutura: administração da Faculdade.....	39
3.5- A biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.....	39
3.6- Sobre o concurso de habilitação.....	40
4- A criação de um curso de matemática	
4.1- Currículo de cada série da 1ª turma do Curso de Matemática.....	45
4.2- Programa de cada série da 1ª turma do Curso de Matemática.....	53
4.3- Sobre as provas e exames de promoções.....	80
4.4- Corpo docente.....	82
5- Considerações Finais.....	88
6- Referências Bibliográficas.....	91
7- Anexos.....	96

Lista de Figuras

Figura 1- Foto do prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.....	36
Figura 2- Currículo do Curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia.....	50
Figura 3- Currículo do Curso de Matemática da FFCL de São Bento.....	51
Figura 4- Currículo do Curso de Matemática da FFCL da Universidade de São Paulo....	52
Figura 5- Foto do jardim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.....	117

Resumo

O objetivo deste trabalho foi buscar os fatores sócio-político-econômicos que, no município de Campinas, levaram à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, bem como ao surgimento do Curso de Matemática. Enfatizamos os primeiros anos de atividades do Curso de Matemática, haja vista o interesse por analisar o surgimento do processo de interiorização dos cursos de matemática no Estado de São Paulo. Diante da proposta realizamos a coleta de materiais em diversos locais, porém efetuamos uma busca maior na secretaria geral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recorremos a fontes escritas (livros, revistas, dissertações, recortes de jornal, atas da congregação, anuários, relatórios anuais e trimestrais), e também a fontes orais (realizamos entrevistas com pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fizemos a análise dos dados baseada na confrontação entre dados obtidos através de fontes escritas e fontes orais.

Palavras-chave: Organização Institucional, História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Católica.

Abstract

The aim of this research was to search the sócio-políticos-econômico facts that in the Campinas city lead to the creation of Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras and the appearance of a Maths course. We emphasized the first years of the Maths course, because of the interest in analyzing the appearance of the process of interiorização of Maths course in São Paulo States. In this way we collected material in several of places, however we made bigger search in PUC's general office. The study was done with written sources (books, magazines, researches, journals, Congregation Reports, yearbook and reports), and oral sources (we interviewed people who were involved with the "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras"). The analysis of the results was gotten from the confrontation between data acquired from written sources and oral sources.

Key words: Institutional Organization, History, College of Philosophy and Arts, Catholic University.

Introdução

Contribuir com a compreensão do desenvolvimento da matemática no Brasil é o objetivo deste trabalho que é, no entanto, apenas uma parte de um conjunto de trabalhos necessários para a varredura de todo desenvolvimento ocorrido. Também apontamos para o viés histórico desse desenvolvimento, já que partimos do pressuposto da necessidade de olhar o passado para entender como chegamos ao presente e determinar as possibilidades futuras.

Este trabalho insere-se em um projeto maior, que consiste em resgatar o processo de interiorização das Universidades no Estado de São Paulo, enfatizando a criação dos cursos de matemática nessas instituições. Nesse contexto duas outras pesquisas foram desenvolvidas: *A História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro e suas contribuições para o movimento da Educação Matemática*, e a outra, cujo título é *A Escola de Engenharia de São Carlos e a Criação de um Curso de Matemática*.

No capítulo 1 descrevemos o contexto sócio-político-econômico do município de Campinas em períodos anteriores à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas e que levaram à instalação de uma faculdade.

O capítulo 2 mostra toda a política da Igreja Católica para a instalação de Universidades Católicas no Brasil e, ainda dentro de um contexto mais amplo, aponta a relação da Igreja Católica com o ensino superior e o momento em que ela parte para a fundação de seus próprios estabelecimentos de ensino superior.

No capítulo 3 relatamos como se deu o processo de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

O último capítulo apresenta a constatação e a análise da primeira turma do curso de matemática. Esse capítulo foi feito de forma descritiva, mas não como uma simples enumeração dos fatos, visto que não existe neutralidade na abordagem histórica, pois, mesmo quando relatamos fatos de forma descritiva, já os estamos interpretando. Por fim apresentamos algumas conclusões.

Este trabalho reconstruiu um período do passado sob a ótica do presente, já que não há outra forma de reconstruir a História, embora façamos esforços para recuperar o passado da forma mais objetiva possível.

Como cada pesquisador, ao realizar suas pesquisas, carrega consigo suas experiências, sua história de vida, a história da instituição e do curso aqui apresentada poderia ser diferente se elaborada por outra pessoa. Pensando dessa maneira, essa é apenas uma das muitas formas possíveis de contar a “História da Criação do Curso de Matemática da Pontifícia Universidade Católica de Campinas”.

Metodologia de Pesquisa

Esta pesquisa está inserida no tema da História da Educação Matemática e no subtema da História Institucional. Segundo Nobre (1999, p.133) “A História da Educação Matemática, engloba temas de extrema importância, tanto para a compreensão do desenvolvimento da matemática no Brasil, como para a de seu ensino”, apontando a História das Instituições como um dos vários subitens incorporados à História da Educação Matemática.

A nossa pesquisa valeu-se de documentos originais, como as atas de congregação (fontes primárias); livros, dissertações, artigos de revistas, boletins informativos, recortes de jornais (fontes secundárias); obras de referência (fontes terciárias) e, também, de depoimentos orais.

Partindo do pressuposto que “o investigador não começa em qualquer lugar. Ele vai para seu problema com alguma informação”. (May, 1973, p.1), iniciamos a pesquisa por levantamento bibliográfico a respeito da história do município de Campinas. Buscamos, inicialmente, nas obras de referências: Enciclopédia Barsa, Enciclopédia Mirador e Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, pertencentes à biblioteca da UNESP, *campus* de Rio Claro, que trazem informações bem gerais como data de fundação, origem, localização, população, área, clima, entre outros. Na Biblioteca Municipal de Campinas encontramos diversos livros com dados sobre a História do município de Campinas, porém muito pouco deles com as informações que buscávamos. Dirigimo-nos, então, à biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes da mesma cidade¹, onde pudemos consultar livros que contam a história do Município. Como o volume de informações ainda não era suficiente para o nosso propósito, fizemos outra busca na biblioteca central da UNICAMP, em Campinas.

Informações foram também coletadas na biblioteca do *campus I* da PUC, onde não encontramos livros, periódicos ou qualquer material do período da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Desse modo, fomos até a biblioteca da PUC Central, onde obtivemos alguns boletins informativos e recortes de jornal do período procurado. Foi lá,

¹ A nossa ida ao Centro de Ciências Letras e Artes foi tarefa difícil, visto que o Centro possuía uma única bibliotecária, que estava de licença-saúde e muitas vezes não a pudemos encontrar. Vale aqui ressaltar que apenas ela tinha o conhecimento da localização dos livros do Centro.

também, que conseguimos fazer cópia xerográfica dos Anais da Faculdades Campineiras de 1943-1947, material que nos ajudou bastante para a finalidade a que nos propusemos.

Com interesse em saber sobre a existência de dissertação ou tese sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fomos até outro *campus* da PUC, o seminário, onde estão as teses realizadas na PUC de Campinas. Na biblioteca desse *campus* encontramos uma dissertação que também nos foi muito útil: “O projeto gerador e a ação inicial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas”, de Jeanete Martins Liash Sá.

O material mais relevante para o nosso trabalho foi encontrado nos arquivos da Secretaria Geral da PUC (*campus I*), onde conseguimos as seguintes fontes primárias: atas da congregação, relatórios anuais e trimestrais de 1942, 1943, 1944 e 1945. “As fontes primárias são materiais brutos essenciais, tanto para o historiador como para o matemático” (MAY, 1973, p.3). Pesquisamos os relatórios na própria Secretaria e fizemos cópia manuscrita do material consultado para posterior análise. Nesses relatórios encontramos as Atas da Congregação, de onde obtivemos importantes informações. O objetivo dessa análise documental, segundo Bardin (1977, p.45), é dar forma conveniente e re apresentar, de outro modo, por intermédio de procedimentos e transformação, a informação contida nos documentos acumulados. A leitura dessas atas propiciou uma visão da estrutura do curso de matemática e do funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, informações não encontradas em outras fontes. A consulta a esses arquivos foi interrompida pela PUC, durante dois meses, por motivo desconhecido. Ao retornar a elas recebemos cópia xerográfica dos programas das disciplinas dos anos de 1942, 1943 e 1944. Esse foi o único material copiado xerograficamente que obtivemos dos arquivos da Secretaria Geral da PUC.

Para conferir e entender algumas informações obtidas nos arquivos e, em alguns momentos, para verificar se elas conduziram a algum caminho diferente daquele que trilhávamos, realizamos algumas entrevistas.

De acordo com Meighy (1996, p.41):

“A História oral temática é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Quase sempre ela equivale ao uso da documentação oral

da mesma maneira que das fontes escritas. *Valendo-se do produto da entrevista como mais um outro documento, compatível com a necessidade de busca de esclarecimentos, o grau de atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica muito mais explícito*”. (grifos nossos).

Foram entrevistados os professores: Odilon Nogueira Matos, historiador e professor da Universidade Católica de Campinas desde 1958; Ronaldo Passini, aluno formado em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas em 1954 e, atualmente, professor da PUC de Campinas; Professor Paulo Silva Pinheiro, professor da primeira turma do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, em que permaneceu lecionando durante trinta anos; e, por fim, Eloisa de Freitas, aluna da sétima turma do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, filha do professor Anníbal de Freitas, um dos primeiros professores desse curso. Foram entrevistas semi-estruturadas, gravadas e, posteriormente, transcritas. No entanto, essas transcrições não foram anexadas ao corpo do trabalho, visto que não solicitamos autorização para esse fim, mas alguns trechos importantes foram citados, no desenvolvimento do trabalho, mediante a permissão oral dos entrevistados. Vale aqui ressaltar a dificuldade para localizar pessoas que estiveram envolvidas com a instituição em seu início, o que justifica o número reduzido de entrevistas.

Com o intuito de responder à questão política existente no momento de Criação das Universidades Católicas, realizamos uma busca em diversas bibliotecas e fizemos uso dos seguintes textos: *As Ciências no Brasil; Cristãos na Universidade e na Política; Elite Intelectual e Restauração da Igreja; Educação e Autoritarismo no Estado Novo; Escola pública, escola particular e a democratização do ensino; A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas; A Universidade do Brasil v.1 e v.2; Faculdade Nacional de Filosofia v.1 ao v.4; Idéias Católicas no Brasil; História da Educação no Brasil (1930/1973); Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro; Tempos de Capanema, Gustavo Capanema e a Educação Brasileira; A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a formação de professores de matemática; A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) e a urgência de formar professores e pesquisadores de matemática e Perspectivas Cristãs da Universidade.*

Durante nossas buscas no Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, em uma conversa informal, a bibliotecária asseverou que havia sido fundada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo próprio Centro de Ciências, Letras e Artes, em 1938; porém ela não soube informar sobre o funcionamento dessa Faculdade. Para obter informações a respeito da fundação da faculdade, bem como sobre seu funcionamento procuramos nos arquivos do Centro a existência de registros e relatos. Lá encontramos apenas um documento com menção aos componentes do conselho técnico e ao corpo administrativo e docente da mesma; um outro documento referente à contratação de um professor e um recorte do jornal Correio Popular, que fala sobre a criação da Faculdade de Filosofia, fatos que nos levaram a crer na fundação dessa Faculdade, mas não em seu funcionamento. Para saber sobre o funcionamento procuramos informações em diversas bibliotecas de Campinas, bem como nas quatro entrevistas realizadas, mas não obtivemos sucesso.

1) Campinas, a primeira cidade do interior do estado de São Paulo a contar com uma Universidade.

1.1- Introdução

Para falarmos da criação da Pontifícia Universidade Católica na cidade de Campinas é preciso mostrar, primeiramente, os aspectos sócio-culturais da cidade naquele período para, posteriormente, mencionar os fatores responsáveis pela criação de uma universidade.

Falar sobre a cidade de Campinas a partir do processo de sua criação seria um trabalho muito extenso e fugiria do objetivo central do nosso trabalho. Sendo assim, deter-nos-emos nos fatos econômicos, políticos e culturais ocorridos na cidade em anos que precederam a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas². Campinas preparava-se para tornar-se uma grande metrópole do século XX, quando a referida faculdade foi criada, em 1941. Ali também surgia, nesse período, aquele que se tornaria um dos pólos universitários mais importantes do Brasil.

Campinas, assim como muitas cidades do país, teve origem num pouso, onde os bandeirantes paulistas descansavam, quando empreendiam viagens pelos sertões do país, principalmente de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em busca de ouro e pedras preciosas. A trilha dos sertanistas se foi tornando estrada, aberta na mata espessa que se estendia de Jundiá a Mogi-Guaçu (IBGE, 1957, p.199).

Seu primeiro nome foi bairro de Mato Grosso (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957, p.199), em virtude da ampla floresta que a cobria e que se estendia até os campos de Mogi-Mirim. Mais tarde passou à denominação de Campinas de Mato Grosso.

Em 14 de julho de 1774 foi edificada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, no município de Jundiá e, em 04 de novembro de 1797 a freguesia foi elevada à categoria de vila, com o nome de São Carlos (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1965, p.13-14).

² No capítulo 3 vamos falar de forma mais clara sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, também, sobre quando ela torna-se universidade.

A vila de São Carlos foi elevada à categoria de cidade com o nome de Campinas em 1842³. Deve-se esta elevação ao Presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre (IBGE, 1957, p.203).

No período da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941), que veio a ser o embrião da Universidade Católica, Campinas tinha uma população de 112.038 habitantes (SEMEGHINI, 1991, p.115) e contava com as seguintes ferrovias: Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Estradas de Ferro Sorocabana; tinha muitas agências bancárias e o comércio mantinha transação com várias cidades da região. Também era um grande centro médico, pois possuía cerca de 15 hospitais com os mais diversos tipos de serviços e atendimentos, além de ser um centro cultural, que atraía pessoas de vários lugares do Estado (muitas famílias preferiam que os filhos estudassem em Campinas a que o fizessem em São Paulo, pois a cidade tinha vários colégios renomados, era menor e de acesso mais fácil).

Esses fatos apontaram a forte vocação da cidade de Campinas para tornar-se uma metrópole com comércio pujante, o que contribuiu, também, para a criação da universidade.

1.2- O processo de urbanização de Campinas a partir da década de 1920.

É possível notarmos uma explosão urbana na cidade de Campinas nas décadas de 40 e 50, embora ela se tenha iniciado em décadas anteriores e se firmado em anos seguintes. Os principais motivos dessa explosão foram:

- estímulos políticos em prol da urbanização;
- o grande desenvolvimento industrial;
- a criação de uma faculdade.

Na década de 20, surgiu um programa residencial, com o surgimento de novos bairros residenciais além da modernização de alguns já existentes. "A nova arquitetura caracterizava-se pela movimentação do telhado. Tanto as casas de tijolos à vista como as de estilo colonial

³ De acordo com a lei n°5, a 05 de fevereiro de 1842.

deveriam ter telhados recortados, cheios de dobras e espigões. As novas casas não eram mais construídas nos alinhamentos da rua, haveria passagem laterais largas para entrada dos carros surgindo assim as garagens”, (RIBEIRO & RIBEIRO, 1988, p.55).

Campinas, no começo dos anos 30, estava dotada de boa infra-estrutura. Dividia-se em dois espaços contíguos, o primeiro formado pelo centro tradicional e o outro composto pelo que, na época, se chamava de "arrabaldes"- bairros industriais ou ocupados por pequenas chácaras e sítios (BATTISTONI, 1996, p.66).

A prefeitura de Campinas teve grande participação nas mudanças ocorridas na cidade, desde a década de 20, com a execução de um programa residencial. Mas, o processo de modelação da cidade ocorreu apenas depois da elaboração do Plano de Melhoramentos Urbano ou Plano Prestes Maia.

Até a elaboração desse plano foram cumpridas as seguintes etapas:

- em 1929, o então prefeito, Orosimbo Maia, solicitou a elaboração de uma planta cadastral;
- em 1931, ocorreu a criação de uma comissão de urbanismo (sugestão de Luís Ignácio Anhaia Mello, consultor e engenheiro de São Paulo);
- em 1933, Carlos Willian Stevenson, engenheiro considerado o mentor do Plano Prestes Maia, propôs um plano de urbanismo para Campinas;
- em 1934, o escritório do arquiteto Prestes Maia foi contratado para coordenar e elaborar o plano.
- em 1938, o plano foi concluído.

Na prática o Plano pode ser circunscrito a duas áreas: a primeira, reunindo as novas diretrizes viárias para Campinas, com a implantação de avenidas radiais externas e internas; perimetrais externas, médias e internas; e avenidas centrais largas, a partir das ruas já existentes, o que naturalmente implicava algumas demolições; a segunda incluía os melhoramentos complementares, como uma nova legislação que ordenasse o uso do solo para implantação dos parques e conseqüente aumento de área verde por habitante, pois havia preocupação com questões ligadas a agricultura, saúde e outros itens (RAC, 2000, p.90).

Notadamente ocorreram algumas transformações econômicas nas décadas de 30 e 40. Com o fim da "era do café" e a intensificação industrial ocorreu uma aceleração do crescimento

urbano de Campinas, que viu sua principal atividade, a agricultura, ceder lugar à indústria. Com isso surgiram novos bairros, além de grande ocupação populacional em áreas até então pouco ocupadas. Sendo assim, passou-se a caracterizar os perímetros da cidade de acordo com a seguinte divisão: bairros fabris e bairros residenciais.

E o terceiro motivo da explosão urbana ocorrida nas décadas de 40 e 50, foi a criação de uma faculdade, que ocorreu em 07 de junho de 1941, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja iniciativa foi da diocese de Campinas. A criação dessa Faculdade é um marco histórico para a cidade, pois significou o embrião das Universidades de Campinas como, por exemplo, o da PUC, criada na década de 40, e o da UNICAMP, no início dos anos 60.

1.3- Desenvolvimento Agrícola e Industrial.

Segundo o recenseamento de 1920, a cultura do café estava no auge e ficou inabalada até 1929, quando ocorreu a crise do café, responsável pela queda quase total da exportação para os Estados Unidos, o principal comprador. A crise causou grande descontentamento, já que levou muitos fazendeiros à perda de suas propriedades agrícolas.

De acordo com Semeghini, em consequência da crise cafeeira ocorrida em 1929 houve, nos primeiros anos da década de 30, uma intensa erradicação dos cafeeiros na cidade de Campinas e o início da recuperação do plantio do algodão e o aumento da produção de cana-de-açúcar.

As técnicas desenvolvidas pelo IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) para o plantio do algodão levaram o produto de Campinas a ter melhor qualidade e, conseqüentemente, aceitação no comércio internacional. Campinas tornou-se o terceiro centro produtor de algodão do Estado.

Com preços internacionalmente altos durante toda década de 30, o algodão que até então tinha pequeno peso na balança comercial, passou a ser um dos principais produtos de exportação do Brasil. O crescimento da produção deveu-se, também, à instalação de indústrias de óleo de caroço de algodão.

A cidade de Campinas, nos anos 30, estava inserida na região de agricultura mais desenvolvida do Estado. O critério agrícola usado era o mesmo usado pela Secretaria da Agricultura, ou seja, o das Divisões Regionais Agrícolas, (Diras), como unidades de comparação (SEMEGHINI, 1991, p. 105).

Semeghini afirma que, em 1940, a Dira de Campinas era a primeira produtora de laranja, a segunda produtora de cana, algodão, banana e batata e a terceira produtora de mandioca, milho e uva. Possuía o terceiro rebanho bovino do Estado e o segundo de aves, além do maior número de tratores e arados.

Mais uma vez ocorreu uma inversão de papéis na agricultura: queda nos preços do algodão no final da década de 40 e o crescimento da produção de café e cana. Nesse período ocorreu também uma notável expansão da avicultura, fruticultura, pastagens e reflorestamento. Essa inversão deu lugar a uma certa reconcentração das propriedades no município e a uma diminuição do número de pequenas propriedades, com conseqüente avanço do perímetro urbano.

Esses acontecimentos deram uma nova versão à estrutura urbana de Campinas, originando a periferia da cidade, localizada no espaço onde havia a maior parte das indústrias mais antigas.

Nas décadas de 40 e 50, quando Campinas se firmou como parque de desenvolvimento industrial, nasceram as grandes estatais que possibilitaram a industrialização pesada, não só na cidade, mas em todo o país. Mais precisamente em Campinas instalaram-se tanto grandes empresas de capital nacional, como de capital estrangeiro.

Porém, foram os anos 20 que marcaram o início da industrialização em Campinas. “A indústria campineira teve um grande impulso com a Resolução nº606, de 1920, proposta pelo vereador Álvaro Ribeiro, que concedia vantagens especiais, como a isenção de impostos durante 10 anos, àqueles que instalassem estabelecimentos no Município” (BATTISTONI, 1996, p.64).

Em 1921, foi instalada a Fábrica de Tecidos Elásticos de Valbert e Godoy, e, em 1926, a Fábrica Nossa Senhora Auxiliadora, do ramo têxtil. Antes desse período, os produtos elásticos eram importados da Inglaterra, Itália e Suíça

Diante do crescimento fabril foi fundada em Campinas, em 1929, uma Sociedade Anônima Industrial, com o objetivo de pressionar o governo do Estado a dar assistência aos

criadores da seda e à indústria em geral. A criação dessa sociedade fez surgir, então, a Indústria da Seda Nacional S/A.

Na década de 40 foram criadas as seguintes indústrias: 3M, Swift do Brasil, Fogões Dako, Curtumes Cantusio e Firmino Costa, Cia Mac Hardy, Indústria de Lápis Johann Faber, Cervejaria Columbia, DPaschoal, Indústrias Reunidas Matarazzo e Votorantin; na década de 50 instalaram-se: Singer do Brasil e Duratex (1951), Hiplex e IBRAS/CO (1953), Bosch (1954), Clark, GE, Dunlop, B.F. Goodrich, Merck e Sharp, Ashland, Chicago Bridge, Wabco, Bendix, entre outras.

Logo na primeira metade dos anos 50, Campinas teve um crescimento de 29% de pessoas empregadas e um aumento de 15% no número de estabelecimentos industriais no município, sem esquecer que nele ainda estavam incluídos os municípios de Valinhos e Sumaré, pois o desmembramento de Campinas ocorreu apenas em 1954 (SEMEGHINI, 1991, p.111).

Concluimos, então, que no final da década de 50, a atividade industrial era a mais importante atividade econômica da cidade, constituindo-se o principal pólo fabril do estado, depois da região metropolitana.

1.4- A Educação em Campinas até o Fim da Década de 40.

Como já foi mencionado neste trabalho, no momento da criação da F.F.C.L., Campinas contava com escolas e colégios renomados, haja vista a atenção especial que a cidade sempre deu à cultura e à educação.

Para falarmos do acentuado progresso educacional de Campinas, vamos retroceder ao início do século XX, período em que se dá a fundação dessas escolas e colégios, para nos estendermos até o fim da década de 40:

- **Culto à Ciência**, cujo idealizador Antônio Pompeu de Camargo e, o realizador, o comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, foi fundado em 1873. O primeiro diretor e vice- diretor foram, respectivamente, o Dr. Francisco Xavier Moretzsohn e o professor John Bentley. Nesse período

contava com 60 alunos internos, 10 semi-pensionistas e 14 externos. No rol de primeiros alunos do Culto à Ciência chamamos a atenção para Alberto Santos Dumont (aeronauta). Os primeiros professores da escola foram: Francisco Moretzsohn, diretor e professor de português e alemão; João Bentley, vice-diretor e professor de aritmética, álgebra, francês, inglês e geografia; Amador Bueno Machado Florence, professor de latim francês e desenho; Henrique de Barcelos, professor de gramática portuguesa; Antônio Martins Teixeira, professor de primeiras letras, doutrina cristã e sistema métrico; Leon Blazeck, professor de piano e ginástica, e Azarias Dias de Melo, professor de música. Vinte anos depois de sua existência a diretoria fez entrega do Culto à Ciência à Câmara Municipal de Campinas, que passou ao Estado a propriedade, sendo inaugurada em 1º de julho de 1897 com o nome de Ginásio do Estado.

- **Colégio Progresso Campineiro**, fundado em 8 de outubro de 1900, marca o início de uma série de importantes estabelecimentos de ensino surgidos na cidade. A iniciativa da fundação desse colégio coube aos seguintes campineiros: Orosimbo Maia, Luis de Campos Sales e Arthur Leite de Barros. Foi instalado na avenida Barão de Itapura, depois na Praça do Pará, na rua José Paulino, até adquirir seu próprio edifício na avenida Júlio Mesquita, 840. Ana Malezwska foi a primeira diretora do colégio, cujo programa era similar aos dos ginásios oficiais. Em 1926 ela requereu e obteve bancas examinadoras; em 1931 obteve inspeção prévia e, em 1934, inspeção permanente e prerrogativa de Instituto Livre de Ensino Secundário. Possuía Escola Normal Livre já que mantinha um curso de aplicação e outro de pré-primário. Reconhecido pelo governo do Estado e autorizado a funcionar como Colégio desde 1942, foi o primeiro colégio feminino do Brasil não vinculado à Igreja.

- **Escola Normal Carlos Gomes**, criada em 12 de dezembro de 1902 pela lei nº 861, promulgada pelo então presidente Bernardino de Campos. Funcionou no casarão alugado, na rua 13 de Maio, esquina com a Francisco Glicério, permanecendo no local até 1924. No dia 13 de maio de 1948 foram inauguradas várias salas especiais de diferentes disciplinas, laboratório e bibliotecas. Por essa escola passaram gerações de alunos que se acham disseminados por vários

recantos do Estado e por todo país. Vários diretores por lá passaram desde o primeiro, o Prof. Antônio Alves Aranha.

- **Externato Tiradentes**, fundado em 1º de outubro de 1904, na rua Prudente de Moraes, pelo Prof. Alcino de Almeida Maudonnet, foi um estabelecimento de ensino particular primário. O endereço em que se manteve por mais tempo foi o da rua José Paulino, onde permaneceu por dezessete anos. Teve o curso primário prolongado até o sexto ano, que valia como preparatório para os estabelecimentos de ensino secundário. No dia 15 de março de 1946 o Prof. Alcino de Almeida Maudonnet, por estar doente, suspendeu o funcionamento do Externato.

- **Colégio Sagrado Coração De Jesus**, fundado em dezembro de 1908 pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, vindas da Diocese de Cahors na França, foi instalado em edifício próprio, onde funcionou desde 1909 o jardim da infância e o curso primário. Em 1928 inaugurou-se a Escola Normal no próprio estabelecimento. Em 1935 requereu e obteve do Departamento Nacional de Educação inspeção federal preliminar. Em 1941 foi-lhe concedida inspeção permanente e, em 1942, recebeu, pelo Decreto nº 10852, autorização para funcionar como Colégio, mantendo os cursos Clássico e Científico.

- **Externato São João**, fundado em 24 de junho de 1909, pelo padre Domingues Albanelo, como complemento do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, ministrando aulas diurnas e noturnas de curso primário. Na Escola Profissional, anexada ao Externato São João em 1949, achavam-se matriculados 435 alunos. Tinha uma Escola Profissional anexa. O externato era obra educadora dos padres salesianos em Campinas.

- **Escola Técnica de Comércio Bento Quirino**, criada pelos comerciários de Campinas em 1910, teve como fundador Omar Simões Magro e primeiro diretor Hilário Pereira Magro Júnior. A escola passou a funcionar num prédio situado na rua Marechal Deodoro, mudando-se, depois, para rua Benjamin Constant, onde permaneceu até 1917, quando, com a aquisição de prédio

próprio, recebeu o nome de Escola de Comércio Bento Quirino, em homenagem ao comerciante Bento Quirino, que ajudou na compra do prédio.

- **Escola Cesário Mota**, fundada em 2 de julho de 1911 na rua São Pedro, 71, teve como fundadores: Camilo Vanzolini, João Keting e Álvaro Ribeiro. Tinha três regimes de funcionamento: internato, semi-internato e externato. Mantinha cursos preparatórios para todos os cursos superiores. Em 1943 assumiu o diretor-proprietário Carlos Alberto Ribeiro que deu novas instalações ao estabelecimento com a criação de laboratórios, piscina e instalação do curso primário, o de admissão ginásial e o colegial.

- **Colégio Diocesano Santa Maria**, fundado em 1915 por iniciativa do Bispado de Campinas, era um colégio católico para meninos e teve a abertura solene das aulas no dia 21 de abril de 1915. Contava com os seguintes cursos: primário, preparatório, ginásial, colegial e comercial, além de aulas especializadas de línguas, cursos de datilografia e música. Dentre os vários diretores que teve em seus 34 anos de funcionamento, citamos o monsenhor Emílio José Salim.

- **Escola Industrial Bento Quirino**, criada em 20 de dezembro de 1927 pela lei 2228 do governador do Estado, Carlos de Campos, com o nome de Escola Profissional Bento Quirino. A escola, entretanto, surgiu em 1918 com o Instituto Profissional Bento Quirino, na época entidade particular, que teve como primeiro diretor o professor José Minervino. A escola tinha também fins sociais: servia almoço diariamente a cerca de 100 alunos e possuía anexo um Dispensário de Puericultura, que desenvolvia serviços como a alimentação gratuita à crianças necessitadas, assistência médica, entre outros benefícios.

- **Academia de Comércio São Luís**, fundada em janeiro de 1921 pelo então segundo bispo de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto. Mantinha um curso primário e um curso comercial noturno, além de aulas de datilografia; mas posteriormente foi criado um curso ginásial. A academia passou por medidas pelo então terceiro bispo de Campinas, Dom Paulo de Tarso

Campos, que a tornou uma escola equiparada às primeiras congêneres do Brasil. Desenvolvia métodos de moderna pedagogia e alto padrão de ensino, bem como sólida formação moral.

As escolas até agora citadas foram anteriores à criação da F.F.C.L.. Agora mencionaremos as escolas criadas posteriormente à F.F.C.L..

- **Organização Campineira de Educação e Ensino**, criada em 1942 pelo professor Messias Gonçalves Teixeira. Os primeiros cursos foram preparatórios e práticos para o comércio; após, foram criados os cursos primário, de admissão a escritório, técnico de contabilidade, técnico de secretariado, ginásial, datilógrafo-correspondente e escola normal livre.

- **SENAI**, criado em 1944, uma entidade autônoma organizada e dirigida pela indústria que tinha por finalidade o preparo e o aperfeiçoamento técnico dos industriários. Seus cursos iniciais foram os de torneio-mecânico, mecânico-eletricista, ferreiro e carpineiro.

- **Ginásio Lencastre e Escola Técnica do Comércio D. Pedro II**, com atividades iniciadas em 1933, foi inaugurado em 1947; possuía os cursos ginásial, comercial básico, técnico, de contabilidade, datilografia e admissão.

Com relação ao ensino superior, Campinas teve, até 1941, uma única escola de ensino superior, a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Havia, porém, institutos de pesquisa como, por exemplo, o Instituto Agrônomo, fundado no século XIX; mas, com função pedagógica, só existia a Faculdade de Farmácia e Odontologia⁴.

Um outro tema cultural diretamente ligado à educação são as bibliotecas existentes em Campinas. Salta a vista o número delas até 1952, tanto que “mereceram registro no Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro” (IBGE, 1952, p.466).

As bibliotecas eram as seguintes: Bibliotecas Da Escola Normal “Carlos Gomes” (2820 volumes); Biblioteca Escolar da Escola “SENAI” (271 volumes); Biblioteca Escolar “Isabelita Barbosa de Oliveira Vieira” (630 volumes); Biblioteca Pública Circulante Infantil (4053 volumes); Biblioteca do Serviço de Sericultura (347 volumes); Biblioteca da União do Alfaite e

⁴ Trechos da entrevista concedida à nós pelo Professor Odilon Nogueira de Matos, no dia 10.05.2001

Costureiros de Campinas (250 volumes); Biblioteca da Academia “Santo Tomás de Aquino” (600 volumes); Biblioteca do Colégio “Sagrado Coração de Maria”(900 volumes); Biblioteca do Grêmio da Escola de Biblioteconomia de Campinas; Biblioteca Infantil e Pedagógica Do Grupo Escolar “Francisco Glicério” (500 volumes); Biblioteca do Parque Infantil de Campinas (349 volumes); Biblioteca do Parque Infantil da Vila Industrial (352 volumes); Biblioteca”Pequenos Bandeirantes” (3000 volumes); Biblioteca da Associação Campineira dos Funcionários Públicos (400 volumes); Biblioteca da Caixa Econômica do Estado de São Paulo em Campinas (1221 volumes); Biblioteca do Clube dos Agrônomos (428 volumes); Biblioteca do clube dos Bancários de Campinas (220 volumes); Biblioteca do Clube Campineiro (800 volumes); Biblioteca da Divisão da Experimentação e Pesquisa (7823 volumes); Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes (28000 volumes); Biblioteca “Antônio Franco Cardoso” (1407 volumes); Biblioteca da Cruzada das Senhoras Católicas (280 volumes); Biblioteca do Departamento do Professorado de Campinas; Biblioteca “Dr. Edmundo Navarro de Andrade” (400 volumes); Biblioteca das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas e Administrativas; Biblioteca da Federação Mariana Feminina da Diocese de Campinas (2924 volumes); Biblioteca do Instituto Popular “ Humberto de Campos” 91982 volumes); Biblioteca “ João Kyle” Da Faculdade de Teologia (12300 volumes); Biblioteca Regimental do S.B.C. da Força Pública de São Paulo (4000 volumes); Biblioteca do Liceu Salesiano “N.S.Auxiliadora” (3180 volumes); Biblioteca do Colégio Estadual (6298 volumes); Biblioteca Da Sociedade de Instrução e Leitura (2500 volumes, foi a primeira a ser fundada em 1863); Biblioteca do Instituto “ Penido Burnier” (3850 volumes); Biblioteca “Santo Tomás de Aquino” e Biblioteca do Colégio Progresso Campineiro (2746 volumes)⁵.

⁵ O número de livros foi encontrado na Monografia Histórica Do Município de Campinas, de 1952.

1.5- Fatos Políticos Ocorridos nas décadas de 1940 e 1950.

Na década de 1940 o fato político mais marcante foi a Segunda Guerra Mundial, de que Campinas participou, a partir de junho de 1944, quando, depois de alguns treinamentos, foram enviados soldados campineiros, com a tarefa de substituir o 334º Regimento de Infantaria do IV Corpo do Exército dos Estados Unidos (RAC, 2000, p.95).

Criou-se no município de Campinas, um serviço secreto para monitorar comunistas, sindicalistas, estrangeiros e integralistas. Os monitoramentos foram feitos pelos Deops (Departamento de Ordem Política e Social), que atuou intensivamente em Campinas para onde foi enviado o delegado Bráulio Mendonça Filho, com missão de investigar a ocorrência de saques e outros distúrbios. Também foram investigadas, com o objetivo de identificar a presença estrangeira, as empresas com mais de 100 operários.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas também foi investigada, de modo que, quando algum evento era organizado com professores ou convidados estrangeiros, havia questionamentos sobre os assuntos de que eles tratariam. Os organizadores desses eventos eram obrigados a explicar e a justificar a vinda de professores ou palestrantes⁶.

⁶ Trechos da entrevista concedida à nós pelo professor Odilon Nogueira de Matos, no dia 10.05.2001

2) A Criação das Universidades Católicas Brasileiras.

Como nosso objetivo aqui é mostrar o contexto socioistórico e político em que foram plantados os germes que originaram as Universidades Católicas, procuramos determinar a ligação da Igreja Católica com a educação, de modo que possamos situar a criação dessas universidades católicas no nosso país. Apresentaremos, também, a cronologia da criação das universidades católicas.

Quanto à posição da Igreja Católica em relação à educação, acatamos as palavras de Barbosa (1999, p.60), na íntegra.

“Para a Igreja, a educação sempre foi um valor. Essa constatação pode ser verificada em todos os documentos oficiais, que sempre reserva (sic) um espaço ao tema da educação, além dos documentos específicos: pontifícios, latino americano, caribenho e brasileiro. No entanto, apesar do discurso em prol das relações sociais, a universidade católica tem, em determinados momentos históricos, um comportamento empresarial”.

Considerando ainda a colocação de alguns autores sobre a preocupação da Igreja Católica com a educação, destacamos duas posições. A primeira é a de Simon Schwartzman, (2001, p.2): “a tradição brasileira, desde o império, sempre foi a de que o governo central se preocupa com a educação superior e a ciência, deixando para a Igreja, para as províncias e principalmente para ninguém a educação da população”. Já Souza, (1986, p.60) diz que a Igreja tem o direito institucional de possuir, manter, disseminar, desenvolver e orientar as instituições que a ela se vinculam confessionalmente. Tem, em conseqüência, o dever correspondente de exigir delas submissão e fidelidade em tudo aquilo que expresse, substantiva ou adjetivamente.

Diante desse resumo da opinião de alguns autores com relação a preocupação da Igreja Católica com a educação brasileira, percebemos que eles não a apontam de forma consensual.

Nós, aqui, tentaremos contar a história da atuação católica na educação brasileira por volta da década de 30, e tentaremos trilhar os passos percorridos pela Igreja para a fundação da primeira Universidade Católica.

A idealização da Universidade Católica foi discutida e planejada em vários congressos ocorridos no Brasil desde o fim do século XIX e início do século XX, quando a Igreja não parecia ter apenas preocupações com a educação, pois também pensava na fundação de universidades católicas como uma forma de difundir a religião. Essa tendência fica evidente na obra *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, do Senador Cândido Mendes de Almeida (1864). Ele se refere à criação da Universidade Católica do Brasil da seguinte forma: “É este a nosso ver o meio mais poderoso de manter puro o ensino católico, de combater com eficácia a indiferença religiosa senão o ateísmo dos governos que, na organização dos estudos sob sua direção e auxílio, não duvidam sacrificar aquele ensino”, (*apud* Casali, 1995, p.101).

Para chegarmos a tal conclusão também nos respaldamos nas palavras de Barbosa (1999, p.60): “O catolicismo, ao longo da história, mostrou-se uma religião culta, com uma forte base cultural. E a educação foi o meio e o instrumento para manutenção e propagação de sua missão evangelizadora”; e também nas palavras de Schwartzman (2001, p.3) “A Igreja Católica sempre se preocupou muito com a educação, sobretudo para garantir o conteúdo da formação ética, humanista e religiosa das elites dirigentes dos países onde está presente”.

Entre os vários concílios e congresso católicos ocorridos no fim do século XIX e início do século XX, o Concílio Plenário Latino-Americano, sediado em Roma (Itália), em 1899, estabeleceu, de forma consensual, a instalação de universidades verdadeiramente católicas (não só no Brasil, mas em toda a América Latina) e que, se a decisão não pudesse ser concretizada imediatamente, que, ao menos, se preparassem os meios para tal (CASALI, 1995, p.101).

Em 10 de julho de 1900 ocorreu, na cidade de Salvador (Ba), no período de 3 a 10 de junho de 1900, o primeiro Congresso Católico, em que houve uma seção de Educação e Instrução, cujos trabalhos tiveram várias proposições aprovadas, sendo uma delas a de fundar estabelecimentos de ensino secundário e superior (CASALI, 1995, p.102).

O segundo congresso católico brasileiro aconteceu no período de 26 de julho a 02 de agosto de 1908, quando se recordaram as decisões do Concílio Plenário Latino-

Americano (Roma, 1899), que recomendava a criação de universidades católicas. Nas conclusões gerais desse congresso foi indicado que “se deveria começar pela fundação de faculdades especiais, dando-se preferência às de filosofia, de letras e jurídicas” (CASALI, 1995, p.105). Nesse ano foi fundada a Faculdade de Filosofia e Letras São Bento, na cidade de São Paulo.

Houve outros congressos em que ficou evidente a preocupação da Igreja Católica com a educação, tanto que até aconteceu no Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1934, o primeiro congresso católico de educação.

Nesses congressos e concílios falava-se na hipótese de as universidades católicas a serem futuramente instaladas no Brasil seguirem o modelo das universidades católicas da Bélgica e da Irlanda (CASALI, 1995, p.101). Mas Moura (1978, p.57) afirma que, para a criação das Universidades Católicas as diretrizes gerais seriam os modelos do Rio de Janeiro, centro político e cultural do país.

Para Salem (1982, p.98) a fundação das Universidades Católicas é o coroamento do empenho da Igreja no domínio da educação superior.

Para chegar a esse coroamento vamos seguir o caminho percorrido pela Igreja Católica até a criação de seus próprios estabelecimentos de ensino superior.

A Igreja Católica começou a plantar os germes da futura Universidade Católica em 1908, quando fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, em São Paulo, que teve as aulas suspensas em 1917, quando o Monsenhor Sentroul regressou à Europa. Foi reaberta em 1922 e funcionou, ininterruptamente, até o ano de 1946, quando foi incorporada à PUC de São Paulo.

Em 1921 formalizou-se a criação por Jackson de Figueiredo da revista *A Ordem*, de orientação católica, tendo, inicialmente, um caráter político, que foi substituído, após a morte de Jackson, por uma revista católica de cultura geral.

Jackson de Figueiredo criou, em 1922, o Centro D. Vital, cujo propósito era converter a organização em um núcleo de estudos para a formação de uma cultura católica superior, oferecendo cursos e palestras, embora ainda de forma não sistematizada, ou seja, não muito científica.

Em 1929 foi fundada a AUC (Associação dos Universitários Católicos), entidade formada por estudantes de todas as faculdades da época. “Porém procediam em maior número das Faculdades de Direito, Medicina e Politécnica” (BEOZZO, 1984, p.26). A Associação dos Universitários Católicos foi instalada na seção juvenil do Centro D. Vital, com reuniões acontecendo semanalmente, Salem (1982, p.121).

Em 1932, foi fundado o ICES (Instituto Católico de Ensino Superior) referido pela autora Salem, que se pronuncia sobre ele da seguinte forma:

“Essa entidade não chega a se constituir em um antecedente direto da Universidade Católica mas, por outro lado, ela consubstancia a primeira tentativa da Igreja em cooptar, para o seu seio, as futuras elites dirigentes da nação, representadas nos jovens universitários. O sucesso dessa investida, por suposto, garantiria a ressacralização das instituições sociais e também do Estado”.

Salem ainda diz que o ICES nasce como o *locus* no qual os católicos ensaiam e atualizam seu modelo alternativo de organização universitária e, como um centro de erradicação doutrinária, prepara o terreno para a futura Universidade Católica.

A Igreja Católica preparava-se através do ICES, para a instalação da primeira Universidade Católica, que foi fundada no Rio de Janeiro (a primeira Universidade Católica do Brasil), em 1941.

Agora esboçaremos o contexto político brasileiro em que se deu a criação da primeira Universidade Católica brasileira e, para isso, voltaremos à década de 1920, quando foi criada, pelo Governo Federal a primeira instituição universitária, a Universidade do Rio de Janeiro – URJ, instituída em 07 de setembro de 1920, pelo Decreto nº 14.343⁷ do presidente Epitácio Pessoa (Fávero, 1999, p.17).

Fávero (1999, p.19) afirma que nos anos 20 ocorreram debates impulsionados pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e Academia Brasileira de Ciências (ABC) sobre

⁷ Esse decreto põe em prática uma intenção de criação dessa universidade, disposta no artigo 6º do Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915 (Fávero, 2000b, p.9).

questões como: se o modelo de universidade a ser adotado no Brasil deveria ser único ou se cada universidade deveria ser organizada de acordo com suas condições peculiares e as da região onde se localizava. Diante disso percebemos a preocupação com a organização das universidades, pois, já na década de 20 havia sido cogitado o interesse em ter um padrão de universidade. Essa preocupação foi discutida durante toda a década de 20.

Porém, foi nos anos 30 que ocorreu uma conscientização maior dos problemas educacionais (Fávero, 2000a, p.39). Em 1930 foi criado pelo Governo Provisório o Ministério da Educação, cujo primeiro ministro foi Francisco Campos, que organizou várias reformas no ensino secundário, superior e comercial. No entanto, aqui vamos abordar apenas as reformas relacionadas ao ensino superior.

Em 11 de abril de 1931 foi sancionado pelo Decreto nº 19.851 o projeto de Reforma do Ensino Superior (Fávero, 2000a, p.40), que promulgou o Estatuto das Universidades Brasileiras e reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro.

No Estatuto das Universidades Brasileiras estavam as seguintes normas: Fins do Ensino Universitário; Constituição das Universidades Brasileiras; Equiparação das Universidades; Administração Universitária; Nomeação e Atribuições do Reitor; Constituição e Atribuições do Conselho Universitário; Nomeação e Atribuições do Diretor; Constituição e Atribuições do Conselho Técnico Administrativo; Atribuições da Congregação; Organização Didática; Corpo Docente (constituição, professores catedráticos, auxiliares de ensino, professores contratados, docentes livres); Admissão nos Cursos Universitários; Habilitação e Promoção nos Cursos; Diplomas e Dignidades Universitárias; Corpo Discente; Regime Disciplinar; Vida Social Universitária e Disposições gerais e Transitórias⁸.

“O decreto foi precedido por uma conferência pronunciada por Campos em março daquele ano, no qual o ministro destacava o caráter católico inerente ao conceito da universidade” (Salem, 1984, p.124). Seguem-se as palavras de Campos nessa conferência: “Por suas origens, por sua formação, por seu caráter de universidade, a universidade é uma instituição

⁸ Esses itens foram obtidos no excelente trabalho de reorganização documental feito pela professora Maria de Lourdes De Albuquerque Fávero (Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais).

católica e o espírito católico tem de ser um esforço de totalização espiritual...” (*apud* Salem, 1984, p.124).

“Em 30 de abril de 1931 foi promulgado o Decreto nº 19.941 onde tornava facultativo o ensino religioso nas escolas públicas” (Salem, 1982, p.112), rompendo com décadas de separação entre a Igreja e o Estado (Schwartzman, 2001, p.3), separação que aconteceu depois da Proclamação da República onde a religião católica deixa de ser oficial.

Em uma outra instância, Francisco Campos advertia que nunca tivera a intenção de criar uma universidade católica. Notamos, então, que havia preocupação do governo em manter-se ao lado da Igreja Católica nas questões educacionais. Arriscamos um comentário com relação a esse interesse. As escolas católicas tinham uma forte estrutura que dava ao Estado suporte para manter a moral e os bons costumes da nação. Por outro lado, Francisco Campos colocou em prática a reorganização universitária, sem se preocupar com os interesses católicos.

“Aconteceu em março de 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, que fazia referência ao movimento de reconstrução educacional”, (Schwartzman, 2001, p.2). Schwartzman continua dizendo que o manifesto argumentava que o Brasil estava avançado economicamente, mas que a Educação estava ficando para trás.

O Manifesto dos Pioneiros, formado basicamente por dois grupos: católicos e liberais, foi um movimento que solicitou mudanças e reformas no ensino. No entanto, havia também um posicionamento do Estado, já que um dos objetivos centrais dos pioneiros era retirar a educação da rotina administrativa dos governos e fazer dela uma atividade autônoma e descentralizada, (Schwartzman, 2001, p.4). Essas eram idéias que, a nosso ver, contrariavam as do governo. Apesar de tal apontamento não buscamos saber qual a postura do Estado frente ao Manifesto e não dispomos de material suficiente para contar o desfecho do Manifesto.

Nesse mesmo ano de 1932 a Igreja Católica fundou o Instituto de Ensino Superior Católico (ICES) que segundo Salem (1982, p.127), “...pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja”.

Em 1933 ocorreu a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e, em 1934, foi elaborada uma Constituição.

Em 1934 Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação, onde permaneceu por onze anos.

Em 04 de abril de 1935 foi instituída pelo Decreto Municipal nº 5.513 a Universidade do Distrito Federal (Fávero, 2000b, p.48). A criação dessa universidade foi vista com maus olhos, tanto pela Igreja Católica, como pelo Estado. Seguem as palavras de Schwartzman (2000, p.227) para enfatizar essa afirmação: “a vocação liberal da Universidade do Distrito Federal, se por um lado entusiasmava os intelectuais e atraía para a nascente instituição os melhores talentos, era por outro *um desafio direto ao projeto universitário*⁹ *acalentado pelo Ministro da Educação* (grifos nossos), e provocava arrepios nos setores militantes da Igreja”. Alceu Amoroso Lima escreveu ao ministro: “a recente fundação de uma universidade municipal com a nomeação de certos diretores de faculdades que não esconderam suas idéias e pregação comunistas, foi a gota d’água que fez transbordar a *grande inquietação dos católicos*” (*apud* Schwartzman, 2000, p.227, grifos nossos).

Salem (1982, p.129) também diz que a criação da Universidade do Distrito Federal foi muito mal recebida pela intelectualidade católica. Em 1938 o ministro Gustavo Capanema preparou um texto intitulado “Observações Sobre a Universidade do Distrito Federal” (Schwartzman, 2000, p.229), onde apontou as razões pelas quais se opunha a essa Universidade. Em 20 de janeiro de 1939 Getúlio Vargas assinou o Decreto lei nº 1063, que formalizava a extinção da UDF (Schwartzman, 2000, p.229).

⁹ Esse projeto visava à construção de uma Universidade que seria uma “Universidade Modelo” para todas as outras do Brasil.

Em 1936 Gustavo Capanema começou a organizar uma reforma que abrangeeria todos os graus de ensino. Com o Golpe de Estado ocorrido em 10 de novembro de 1937, o plano não foi votado, pois Getúlio Vargas (presidente da república nessa época) dissolveu o Congresso. Foi no Estado Novo que Capanema começou a implementar reformas no ensino. A Reforma Capanema abrangeu todos os graus de ensino, mas atuou de forma mais enfática nos níveis médio e superior.

Com relação ao ensino superior, sua maior atuação constituiu-se na elaboração de um projeto que almejava construir uma universidade, modelo para todos os institutos de ensino superior no Brasil.

A fala de Capanema evidencia a audácia do projeto universitário:

“Uma universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades, ou mesmo, a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob essa pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente a fornecer diplomas para as profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise a investigação, a pesquisa, o estudo, o conhecimento, a cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar os conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não se terá nunca uma universidade. Esta nasce- falo de modo genérico- para criar uma cultura real e direta, haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização” (*apud* Schwartzman, 2000, p. 221).

A Universidade do Brasil foi organizada pela lei nº452, de 05 de julho de 1937.

O intuito de Capanema com esse projeto era construir uma universidade padrão, cujos currículos a ela impostos seriam obrigatórios para todos os demais cursos existentes no país. Sendo assim, concordamos com Schwartzman, que aponta uma centralização do tipo napoleônico, que permitia ao ministro da educação saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país, em um dado momento.

Durante o ministério de Capanema “o conflito não era entre a educação pública e a privada, mas sim entre a educação leiga, proposta pelo Manifesto dos Pioneiros, e uma educação com conteúdo e orientação religiosa. Neste conflito, Capanema era propenso às aspirações da Igreja conservadora, seja por convicção, seja por fidelidade ao pacto que havia sido estabelecido entre a Igreja e o Estado Novo, inspirado por Francisco Campos” (Schwartzman, 2001, p.3). Porém, o fato de Capanema apoiar a Igreja dava a ela poderes no setor da educação, poderes esses que pareciam ao governo um obstáculo perigoso ao seu projeto nacionalista. Desse modo, durante o seu ministério, foi preciso uma política de extrema habilidade que, atendendo aos seus propósitos, não ferisse a Igreja Católica.

Schwartzman fala que a posição do governo era particularmente difícil na área educacional, dado que o sistema privado era muito mais desenvolvido do que o oficial; e o governo não teria meios ou condições de substituir o primeiro pelo segundo. Ele afirma, também, que, além disso, era exatamente com a Igreja Católica que o Ministério da Educação contava para a tarefa de inculcar nos alunos os valores éticos e morais que revigorariam a cultura nacional. E a Igreja Católica (responsável pela quase totalidade das escolas privadas do país) via, com receio, a subordinação da educação ao Estado, propondo, em seu lugar, a total liberdade de ensino e autoritarismo das escolas.

Havia também a nítida influência da Igreja Católica no projeto nacionalista, o que pode ser observado nas palavras de Schwartzman (2000, p.234): “A Faculdade Nacional de Filosofia deveria ser criada sob tutela federal e estrito controle doutrinário da Igreja Católica”. Acreditamos ter sido essa a razão pela qual a Igreja ainda não havia criado uma Universidade Católica. Essa influência só foi perdida quando houve a contratação, para a Faculdade Nacional de Filosofia, de professores contrários a ideologia da Igreja Católica. Esse foi o momento em que houve uma cisão entre a Igreja e o Estado.

O fato anteriormente mencionado não foi visto pela Igreja Católica de maneira isolada, mas foi fundido pela lei nº 21.240 determinada pelos governos federal e estadual e que estabelecia para o magistério secundário oficial a exigência de os professores possuírem um certificado de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para poderem concorrer às cadeiras dos ginásios e escolas. Além disso, a Igreja Católica já havia desistido de assumir o controle

ideológico da universidade pública e deu início à organização de sua própria universidade, instalando a Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941.

Em outubro de 1940 o Conselho Nacional de Educação votou a autorização prévia para o funcionamento às faculdades católicas. Nesse mesmo mês, Vargas assinava o Decreto nº 6.409, que autorizava a instalação do curso de bacharelado da Faculdade de Direito e dos sete cursos da Faculdade de Filosofia (Salem, 1982, p.130).

Para finalizar este capítulo faremos a apresentação cronológica da criação das universidades católicas. Optamos por enumerá-las a partir das datas de criação e não das datas de criação das faculdades e institutos que originaram as universidades católicas. A escolha se justifica pela dificuldade de tomarmos como base a data de criação das faculdades ou institutos que originaram as universidades católicas, pois estas foram fundadas a partir da junção ou agregação de várias faculdades ou institutos fundados em datas diferentes. Tomemos como exemplo a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que foi criada a partir da junção de duas faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, criada em 1908 e a Faculdade Paulista de Direito, criada em 07 de janeiro de 1946.

A primeira universidade católica brasileira foi fundada no Rio de Janeiro (RJ), em 1941. Em 1938 o então Cardeal D. Sebastião Leme foi incumbido pelo Papa de fundar essa faculdade, cuja autorização para a abertura de cursos deu-se em 30 de outubro de 1940, com sede inicial em Botafogo, com os primeiros cursos os de Filosofia e de Direito¹⁰.

A segunda universidade católica brasileira foi a de São Paulo, fundada em 13 de agosto de 1946, a partir da junção da Faculdade de Filosofia e Letras São Bento, fundada em 22 de julho de 1908, com a Faculdade Paulista de Direito, fundada em 07 de janeiro de 1946. O título de Pontifícia foi concedido no ano de 1947 pelo Papa Pio XII¹¹.

A terceira universidade católica brasileira foi a de Porto Alegre (RS), criada em 1948. O embrião da PUCRS, o curso superior de Administração e Finanças, nasceu em 15 de março de 1931 e, logo mais, deu origem à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. O projeto

¹⁰ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.puc-rio/sobrepuc/historia/index.html> e Souza, J.N.A. Perspectivas Cristãs da Universidade. Salvador, 1986, vol II.

¹¹ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.pucsp.br/puc/hist.html> e Souza, J.N.A. Perspectivas Cristãs da Universidade. Salvador, 1986, vol II.

seguinte foi o de inaugurar a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, fato que aconteceu em 1940. A escola de Serviço Social surgiu em março de 1945. A idéia de criar uma Universidade tomou corpo a partir da criação das quatro faculdades mencionadas anteriormente. Um decreto assinado em 9 de novembro de 1948 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra deu origem a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que recebeu o título de Pontifícia em 7 de março de 1951¹².

A quarta universidade católica brasileira foi a de Recife (PE), criada a 27 de setembro de 1951 e reconhecida pelo governo federal a 18 de janeiro de 1952. Originou-se da primeira escola superior da região, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Manoel da Nóbrega¹³.

A quinta universidade católica brasileira foi a de Campinas, cujo início deu-se no dia 07 de junho de 1941, com o nascimento da primeira unidade que, mais tarde, viria a compor a Universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passou a ser Universidade Católica em 1955 e Pontifícia Universidade Católica em 1972, título concedido pelo Papa Paulo VI¹⁴.

A sexta universidade católica brasileira foi a de Belo Horizonte (MG), nascida numa cidade de estudantes e intelectuais, no ano de 1958. Foi criada diante de uma população agitada por amplos debates políticos, culturais e religiosos, para dar a essa juventude uma opção de universidade comprometida com a saúde física e mental das pessoas, com o resgate dos pobres e com a justiça e os direitos fundamentais dos cidadãos. Somente em 1984 recebeu o título de Pontifícia¹⁵.

A sétima universidade católica brasileira foi a de Curitiba (PR), criada em 14 de março de 1959 pelo então Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manuel da Silveira Délboux, constituída pelas seguintes unidades:

- Escola de Serviço Social (fundada em 1944);
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba (fundada em 1950);
- Escola de Enfermagem Madre Leóurie (fundada em 1953);

¹² O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.pucrs.br/conheca.historico/principal.htm>

¹³ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de http://www.unicap.br/html/frm_instit_historia.html

¹⁴ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.puccamp.br>

¹⁵ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.pucminas.br/historico/historico.html>

- Faculdade Católica de Direito do Paraná (fundada em 1956);
- Faculdade de Ciências Médicas (fundada em 1956);
- Faculdade de Ciências Econômicas (fundada em 1957);
- Círculo de Estudos Bandeirantes (fundado em 1929).

Por ter prestado serviços meritórios à sociedade e à Igreja, foi elevada à condição de Pontifícia em 1983¹⁶.

A oitava universidade católica brasileira foi a de Goiania (GO) (primeira instituição universitária do Brasil central), criada a 17 de outubro de 1959 pelo Decreto Presidencial nº47041. Foi fundada por Dom Fernando Gomes do Santos a Sociedade Goiana de Cultura, entidade jurídica destinada à organização e manutenção da Universidade Católica de Goiás. Essa sociedade realizou três projetos: a criação da Faculdade de Direito, a consolidação jurídica e patrimonial da sociedade e a criação da Universidade¹⁷.

A nona universidade católica brasileira foi a de Pelotas (RS), criada em 07 de outubro de 1960, Decreto nº 49088, pelo então bispo titular da diocese, Dom Antônio Záttera. Iniciou suas atividades a partir da Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, criada em 1953, com cinco cursos: Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História. Tais cursos foram reconhecidos por meio do Decreto nº 38.308, de 14 de dezembro de 1955, publicado no Diário Oficial da União em 30 do mesmo mês e ano¹⁸.

A décima universidade católica brasileira, a de Salvador (BA), criada em 1961, resultou de ingentes esforços das respectivas Igrejas locais, com o objetivo de cristianizar as elites dirigentes. A universidade foi composta por três categorias de instituições: as incorporadas, as agregadas e as complementares. No início as incorporadas foram: a Escola de Serviço Social da Bahia, criada no dia 15 de fevereiro de 1944 e a Faculdade Católica de Direito da Bahia, autorizada a funcionar em 1956; como agregadas, a Faculdade Católica de Filosofia da Bahia,

¹⁶ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.pucpr.br/historico.html>

¹⁷ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.ucg.br/ucgadminist/oficio.htm>

¹⁸ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de <http://www.ucpel.tche.br/paginas/escolas/letras/htm>.

autorizada a funcionar em 1952; e a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, fundada em 1953¹⁹.

A décima primeira universidade católica brasileira foi a de Santos, criada em 1984, com os primeiros cursos, o de Direito e o de Letras²⁰. A Faculdade de Direito foi a primeira escola de ensino superior da Baixada Santista.

A décima segunda universidade católica brasileira foi a Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande (MS), criada em 1993 pela portaria nº 1.547 do Ministério da Educação e Cultura. Teve início com a criação do primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a Faculdade “Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras” em 1961. Posteriormente novas faculdades foram criadas: a Faculdade de Direito-(FADIR), em 1965; a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração- (FACECA), em 1970; a Faculdade de Serviço Social- (FASSO), em 1972. A integração delas deu origem às Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso- FUCMT, sob o parecer nº 1.907/76, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, na sessão Plenária de 06 de junho de 1965; transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco em 27 de outubro de 1993²¹.

A décima terceira universidade católica brasileira foi a de Brasília (DF), criada em 1994. Deu início às suas atividades em 1974 com a Faculdade de Ciências Sociais e com os cursos de Administração, Economia e Pedagogia. Tornou-se, em 1983, as Faculdades Integradas Católicas de Brasília e, somente no final de 1994, foi reconhecida como Universidade Católica de Brasília- (UCB), pelo então Conselho Federal de Educação²².

¹⁹ O histórico dessa instituição foi obtido a partir de Sousa, J.N. Perspectivas Cristãs da Universidade. Salvador, 1986, vol 2.

²⁰ Não obtivemos muitas informações sobre o histórico dessa Universidade. As poucas informações que obtivemos foi através do endereço <http://www.unisantos.com.br/faculdades/fafis/index.html> que

²¹ O histórico dessa instituição foi obtidos a partir de <http://www.ucdb.br/instituicao/historia>

²² O histórico dessa instituição foi obtidos através do endereço <http://www.ucb.br/conheca/61.html>

3) O Ensino Superior em Campinas.

3.1- Introdução

Anteriormente à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, segundo o Professor Odilon Nogueira Matos, Campinas teve uma única escola de ensino com função pedagógica: a Faculdade de Odontologia e Farmácia²³. A existência desse curso é confirmada nos relatórios de 1943 e 1944 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Nesses relatórios o Inspetor Federal diz que: “ ... a opinião pública, constatou uma atitude de reserva, expectativa e confusão, dado o malogro de um outro Curso Superior extinto nessa cidade, há pouco, a Faculdade de Odontologia e Farmácia”. (*apud* Sá 1984, p.96). Essa afirmação, além de nos confirmar a idéia de existência dessa Faculdade, indica que ela foi extinta mais ou menos no período de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas; no entanto, não temos certeza dessa data. Essas são as únicas informações que obtivemos sobre a Faculdade de Odontologia e Farmácia.

Em 1938 um grupo de intelectuais (Dr. Olavo Marcus da Rocha e Silva, Cônego Dr. Emílio J. Salim, Néelson Omegna, Dr. José Maria Bicalho, Dr. Armando Strazzacappa, Prof. Celso Ferraz de Camargo, Dr. José Proença Pinto de Moura e Maria Gladys de Barros Gomara), membros do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas teve a idéia de fundar uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Campinas. Em uma conversa informal com a bibliotecária do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, obtivemos a informação de que foi realizado, para essa faculdade de Filosofia, um exame seletivo que aconteceu no prédio da Faculdade de Odontologia e Farmácia, tendo atraído muitos candidatos. Ela ainda disse que, como o Centro não comportava a grande demanda, resolveu, então, não dar início às suas atividades. O relato da bibliotecária sobre o exame seletivo ter sido realizado no prédio da Faculdade de Odontologia e Farmácia fez-nos acreditar que a criação dessa Faculdade foi anterior a 1938, mas não sabemos o verdadeiro motivo que levou a Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras, criada pelo Centro, a não funcionar, o que talvez se deva ao fato de não ter obtido reconhecimento oficial como aconteceu com a Faculdade de Odontologia e Farmácia. Numa busca para desvendar essa questão, bem como a da fundação dessa faculdade, obtivemos no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, dois documentos: uma circular em que aparece a descrição da composição dessa faculdade, ou seja, como iria ser composto o conselho técnico administrativo, a secretaria o corpo administrativo e docente; e um outro documento xerografado de um artigo publicado no jornal Correio Popular, sem data de publicação, cujo título é “Campinas terá uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. No anexo X apresentamos esses documentos, que dão sustentação à idéia de que houve uma tentativa de criação de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Depois de passados três anos do acontecimento acima referido, o então Bispo da Diocese de Campinas, D. Francisco de Campos Barreto, encarregou o Monsenhor Emílio José Salim de organizar a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a faculdade de Ciências Econômicas.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras foi fundada em 27 de junho de 1941 e iniciou suas atividades em março de 1942 com oito cursos: **Matemática**, Filosofia, Pedagogia, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neo-latinas e Anglo-Germânicas.

No anuário de 1943-1947 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, há uma menção a outros três cursos: Física, Química e História Natural que, entretanto, não foram autorizados a funcionar, embora nesse anuário existam até os currículos desses cursos. Eles ficaram, por algum tempo, apenas sob forma de projeto e iniciaram suas atividades anos depois.

A Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 27 de junho de 1941, compreendia dois cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, ao passo que todos os outros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinham duração de três anos.

²³ Trechos da entrevista concedida à nós pelo Professor Odilon Nogueira Matos, no dia 10.05.2001.

De acordo com o Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas, a faculdade tinha como finalidade:

- a) ministrar, em grau superior, o ensino de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais;
- b) realizar estudos e pesquisas nos ramos de conhecimento técnico e científico;
- c) propugnar pela vulgarização e aperfeiçoamento da respectiva cultura no Brasil.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, no momento de sua criação, tinha como objetivos básicos:

- preparar professores para o ensino secundário e normal;
- realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objetivo do seu ensino, proporcionando aos alunos ensejo de se especializarem conforme as aptidões individuais;
- ministrar uma alta e sólida cultura filosófica, científica e literária aos que se destinam ao exercício das altas atividades intelectuais de ordem desinteressada ou técnica.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas era compreendida por quatro secções fundamentais²⁴:

- secção de Filosofia, que se constituía de um curso ordinário²⁵ denominado curso de Filosofia;
- secção de Ciências que era se constituía de seis cursos ordinários de: Matemática; Física; Química; História Natural; Geografia e História; Ciências Sociais²⁶;
- secção de Letras que se constituía de três cursos ordinários de: Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas;
- secção de Pedagogia que se constituía de um curso ordinário denominado Curso de Pedagogia.

²⁴ Essas informações foram obtidas em F.F.C.L. de Campinas (Anais das Faculdades Campineiras-1943-1947), 1948?, p.81.

²⁵ Os cursos ordinários eram constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo estudo necessário à obtenção de um diploma de bacharel, licenciado ou doutor.

²⁶ Os cursos de física, química e historia natural se enquadrava nessa secção segundo os relatórios anuais das Faculdades Campineiras, porém vieram a ser criados em anos posteriores.

Como o curso de Matemática pertencia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vamos nos restringir apenas à criação dessa faculdade, tanto que, a partir de agora, todos os dados serão destinados a precisar informações sobre ela já que o Curso de Matemática da instituição é o objetivo dessa pesquisa.

3.2- A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

A história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas iniciou-se quando o então bispo da diocese de Campinas, D. Francisco de Campos Barreto, fundou a Sociedade Campineira de Educação e Instrução (Scei), em 20 de maio de 1941, para manter e administrar os estabelecimentos de ensino da diocese de Campinas e fundar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas e outras instituições que viessem a integrar uma futura universidade católica.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, fundada em 27 de junho de 1941 e mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução (cujo presidente era D. Francisco de Campos Barreto), teve seus primeiros cursos reconhecidos pelo Decreto nº 15.583, de 16 de maio de 1944 e foi agregada, em 13 de agosto de 1946, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (F.F.C.L., 1948?, p.80).

O idealizador do núcleo da futura Universidade Católica, D. Francisco de Campos Barreto, não chegou a ver seu sonho realizado, pois faleceu a 22 de agosto de 1941 e o ano letivo iniciou-se em 1942. Diante disso D. Paulo de Tarso Campos tornou-se o presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas, chamadas de “Faculdades Campineiras”, instaladas na antiga residência urbana do Barão de Itapura (Joaquim Polycarpo Aranha), tinham, como diretor, Monsenhor José Salim; No local, atualmente, localiza-se o prédio da PUC Central, situado na rua Marechal Deodoro, 1099-

Centro. Na próxima página temos uma foto do prédio, projetado entre 1880 a 1883, em estilo do Renascimento italiano, bem próximo ao Barroco. Recebeu a denominação de Pátio dos Leões devido a duas peças de pedra em formato de pequenas cabeças de leão, encaixadas em barras transversais, compondo o arremate dos portões. Essas informações foram obtidas no texto "O Sobrado dos Barões de Itapura", fornecido pela biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sem indicação de data e autor. A foto foi obtida nos Anuários das Faculdades Campineiras de 1943-1947. No anexo X temos a foto dos jardins da Faculdade.



- Figura 1- Foto da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.

3.3- Do regime escolar: a categoria de alunos.

Com o intuito de descrever a vida escolar dos alunos dessa Faculdade, vamos falar sobre duas categoria de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras²⁷:

- 1) Alunos regulares: matriculados nos cursos ordinários após o ingresso no exame vestibular, esses alunos eram obrigados a freqüentar as aulas e a fazer os exames para receber um diploma.
- 2) Alunos ouvintes: matriculados independentemente dos vestibulares, poderiam participar dos cursos ordinários ou extraordinários avulsos, sem a obrigação de freqüentar as aulas e de fazer os exames. Não recebiam diplomas ou certificados²⁸.

O Professor Paulo Silva Pinheiro²⁹ confirmou a existência dessa categoria de alunos e disse que não se encontram registros com os nomes deles, pois sem a obrigatoriedade de freqüentar as aulas, compareciam a elas quando desejassem. Porém, o professor não soube descrever quais eram os alunos ouvintes da primeira turma do Curso de Matemática.

Ao se matricularem de forma regular nos cursos ordinários, os alunos tinham de apresentar prova de identidade, de idoneidade moral e de sanidade, a certidão de nascimento, além de terem sido aprovados nos exames vestibulares. Já para a matrícula nos cursos de aperfeiçoamento era requerido o diploma de bacharel do curso ordinário correspondente.

A descrição da matrícula é a que segue:

- a) O secretário lavrava o termo de matrícula depois de o requerimento ser deferido pelo diretor;
- b) Tratando-se da primeira matrícula que o candidato realizava na Faculdade, o Secretário organizava a respectiva ficha, em que mencionava a idade, a filiação e a naturalidade do matriculando, a vida escolar anterior e a maneira pela qual ingressara na Faculdade, assim como o curso e a série em que estava matriculado.

²⁷ Essas informações foram obtidas nos *Anais das Faculdades Campineiras- 1943-1947*. Campinas, [1948?], p.91.

²⁸ Essas categorias de alunos não constava no Estatuto das Universidades Brasileiras Decreto n° 19.851 de 11 de abril de 1931.

²⁹ O Professor Paulo Silva Pinheiro foi professor do Curso de Matemática desde o início, e permaneceu como professor da Instituição por 30 anos.

Com relação à transferência de alunos, ela poderia acontecer apenas no período de matrículas, caso houvesse vagas e depois de ter sido aprovada pelo Conselho Técnico Administrativo. O candidato transferido não ficava isento da prova de identidade e de sanidade.

Os alunos dessa Faculdade gozavam de férias escolares no mês de julho e no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro.

Todas as disciplinas a serem cursadas constavam de um programa elaborado pelo professor catedrático que iria ministrar as aulas, mas o programa era analisado pelo Conselho Técnico Administrativo e, depois, era aprovado pela Congregação.

As aulas deveriam seguir rigorosamente o horário para o professor poder cumprir o programa.

Os alunos tinham obrigação de cumprir 70% do total das aulas teóricas e práticas dadas em cada disciplina. A constatação do total de aulas dadas era feita de acordo com os respectivos horários, organizados pelo Diretor e pelo Conselho Técnico Administrativo, enquanto a frequência dos alunos era inscrita pelo professor em um boletim.

3.4- A estrutura: administração da Faculdade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas tinha à frente da administração: o diretor, o conselho técnico administrativo e a congregação³⁰.

O diretor era a pessoa mais importante, que exercia as funções de maior responsabilidade. Já o conselho técnico administrativo respondia por tarefas que não cabiam ao diretor, e que consideramos tarefas de menor responsabilidade. O conselho técnico administrativo ficava à disposição para receber as ordens do diretor e a congregação ficava com tarefas mais práticas e de menor poder de decisão.

No anexo III temos, na íntegra, as atribuições conferidas a cada cargo acima mencionado.

3.5- A Biblioteca da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas dispunha de duas bibliotecas devidamente aparelhadas e organizadas para proporcionar leituras nas fontes mais autorizadas das respectivas matérias:

- a) Biblioteca geral;
- b) Biblioteca específica.

O uso das bibliotecas estava sujeito às normas: todos os livros que estivessem em circulação deveriam ser devolvidos, impreterivelmente, oito dias antes do início das provas parciais e finais. Os estudantes que precisassem de dispensa para a leitura dos livros proibidos³¹ pelo Índice deveriam pedi-la ao diretor da faculdade e apresentá-la ao bibliotecário antes de retirar tais livros, (Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas).

Os livros das bibliotecas especializadas eram distribuídos pelos cursos especializados e fichados em duas ordens: por assunto e pelo nome da obra.

³⁰ Verificamos que essa estrutura era a mesma constante nos Estatutos das Universidades Brasileiras ao consultar o livro A Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais, da autora Maria de Lurdes de Albuquerque Fávero.

³¹ Não obtivemos a informação sobre o que seriam livros proibidos. Encontramos apenas essa menção a eles.

A biblioteca especializada do curso de Matemática recebia, periodicamente, Boletins do Instituto de Matemática da Faculdade de Ciências Matemáticas da Universidade de Rosário da Argentina, e uma revista com publicações dos docentes do curso de Matemática dessa Faculdade, cujo título é *Mathematicae Notae*; era publicada pela Universidade del Litoral de Buenos Aires, na Argentina, sob a direção de Beppo Levi, o que mostra o intercâmbio cultural com essa universidade.

Encontra-se no anexo VI os livros de Matemática existentes no acervo da biblioteca especializada de Matemática, no ano de 1942.

3.6- Sobre o Concurso de Habilitação.

O primeiro exame de seleção, naquela época chamado de Concurso de Habilitação, foi realizado em fevereiro de 1942.

Para o primeiro concurso foram inscritos para as vagas dos oito cursos oferecidos 235 candidatos³², assim distribuídos: 45 para o curso de Geografia e História, 44 para o curso de Pedagogia, 37 para o curso de Ciências Sociais, **34 para o curso de Matemática**³³, 28 para o curso de Anglo-Germânicas, 21 para o curso de Letras Clássicas, 17 para o curso de Neolatinas e 9 para o curso de Filosofia (SÁ, 1984, p.94).

Ainda de acordo com Sá (1984, p.94) o número total de alunos aprovados e matriculados foi de 206, dos quais 57 do sexo masculino e 149 do sexo feminino. É de estranhar que o número de inscritos e matriculados do sexo masculinos seja menor que o número de inscritos e matriculados do sexo feminino, se levarmos em consideração que estamos falando da década de 40. Deve-se notar que a Igreja Católica construiu alguns pensionatos para abrigar moças estudantes que procediam de outras cidades. Esses pensionatos tinham a constante

³² O número de candidatos ao primeiro concurso de habilitação foi obtido na dissertação de mestrado “O projeto gerador e a ação inicial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas” de Jeanete M.L. Sá.

³³ A relação dos candidatos ao curso de Matemática inscritos no primeiro concurso de habilitação está no anexo I.

supervisão da Igreja, o que assegurava a confiança dos pais, permitindo que suas filhas lá estudassem. Isso nos levou a seguinte indagação: Teria a Igreja Católica construído essa infraestrutura para atrair um grande número de mulheres para essa faculdade com o intuito de formar professoras para lecionarem nas escolas católicas que ela mantinha não só em Campinas, mas em toda a região? Não obtivemos registros sobre a história desses pensionatos para saber os motivos pelos quais foram criados e nenhum outro tipo de fonte que respondesse a essa indagação.

A partir de agosto de 1942 as Faculdades Campineiras passaram a oferecer um curso preparatório para o concurso de habilitação, que era gratuito e tinha como objetivo atrair alunos para essa faculdade ³⁴, que começou a funcionar com mais de 30 alunos. Os professores lecionavam em algumas escolas e ginásios de Campinas e alguns deles eram alunos da própria faculdade.

Segundo consta na ata da segunda reunião da congregação, ocorrida em 1942, o concurso de habilitação tinha como examinadores das provas uma comissão que eram composta por três professores catedráticos da Faculdade, sendo um deles o professor catedrático da disciplina que estava em análise.

As listas de questões aplicadas nesses exames eram mimeografadas.

Havia um contato entre os professores examinadores e os professores responsáveis pelas disciplinas desse curso para se informarem sobre a matéria dada no curso preparatório.

A Faculdade fornecia aos alunos que iriam prestar exame livros e outros materiais didáticos indicados por professores do curso.

³⁴ Trechos da entrevista concedida a nós pelo professor Ronaldo Passini, no dia 26.04.2001

Tabela com as matrículas do quinquênio 1942-1947 obtidas do relatório semestral de 1947.

Ano	Séries	Nº alunos	Promoção 1ª época	Promoção 2ª época	Desistentes	Dependentes	Reprovados
1942	1ª	31	17	-	2	-	12
	2ª	-	-	-	-	-	-
	3ª	-	-	-	-	-	-
1943	1ª	23	8	6	2	1	5
	2ª	15	12	-	1	-	-
	3ª	-	-	-	-	-	-
1944	1ª	9	1	1	1	3	3
	2ª	17	12	3	-	2	-
	3ª	12	11	-	-	1	-
1945	1ª	-	-	-	-	-	-
	2ª	-	-	-	-	-	-
	3ª	15	15	-	-	-	-
1946	1ª	11	7	1	3	-	-
	2ª	-	-	-	-	-	-
	3ª	-	-	-	-	-	-
1947	1ª	7	7	-	-	-	-
	2ª	7	7	-	-	-	-
	3ª	-	-	-	-	-	-

As matrículas de alunos ingressantes a cada ano desse quinquênio mostra que houve um decréscimo. “A razão desta caída brusca no número de novos alunos, é justificada pelo Inspetor Federal no relatório de 1943, como sendo decorrência do não reconhecimento oficial da Escola (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas). Segundo o Inspetor Federal no relatório de 1943 ao auscultar a opinião pública, constatou uma atitude de reserva, expectativa e confusão,

dado o malogro de um Curso Superior extinto nesta cidade, há pouco, a Faculdade de Odontologia e Farmácia”. (apud SÁ, 1984, p.95-6).

Dos 15 alunos pertencentes ao 3ª ano de 1944, 09 deles formaram-se em janeiro de 1945 e os outros 06 formaram-se em janeiro de 1946. Essa informação foi obtida nos Anuários das Faculdades Campineiras 1943-1947 e apresenta uma inconsistência com relação à tabela apresentada na página anterior que apresenta 12 alunos matriculados no 3º ano desse curso no ano de 1944.

Os alunos tinham diversas procedências. Segundo Sá (1984, p.94), de Campinas procediam 156; das cidades circunvizinhas, 40; do Estado de Minas Gerais, 6; do Estado do Rio Grande do Sul, 2; do Estado de Mato Grosso, 1 e do Estado de Santa Catarina, 1.

O Concurso de Habilitação contava com duas provas³⁵: uma oral e outra escrita. A prova oral era considerada o terror dos alunos³⁶. A inspeção federal dos exames coube a Ari Menna Barreto. Segundo o Relatório Anual de 1942, os horários das provas e respectiva duração para os candidatos ao Curso de Matemática são as seguintes:

Provas Escritas:

Dia	Início- Termo	Disciplina
21-sábado	08:00 - 11:00	Física
21-sábado	13:00 - 16:00	Matemática
21-sábado	20:00 - 22:00	Português
23-segunda	13:00 - 15:00	Lógica

Provas Orais³⁷:

Dia	Início-Termo	Matéria	Turma
25-quarta	07:30 - 14:00	Matemática	1ª, 2ª, 3ª
26-quinta	07:30 - 14:00	Física	1ª, 2ª, 3ª

³⁵ Os pontos organizados para o Concurso de Habilitação de 1942 estão no Anexo II.

³⁶ Essas informações foram obtidas a partir de Fundação das Faculdades Campineiras Coincidem com o Início da 2ª Guerra Mundial. Jornal da PUCCAMP. Campinas, ano VI, N°53, 1995, p.4.

³⁷ Informações obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, *Anuário 1942*, Campinas, 1942.

27-sexta	07:30 - 14:00	Português	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a
27-sexta	09:30 - 16:00	Lógica	3 ^a , 1 ^a , 2 ^a

As comissões examinadoras para os exames escritos do curso de matemática estava constituída da seguinte forma:

Prova de Matemática: 1º Examinador: Paulo Silva Pinheiro; 2º Examinador: Lourenço Martyr Almeida Prado, Presidente: Anibal de Freitas;

Prova de Física: 1º Examinador: Anibal de Freitas, 2º Examinador: Cirilo Ramos, Presidente: Armando Foá;

Prova de Português: 1º Examinador: Cgo. Dr. Emílio José Salim; 2º Examinador: Ciro Prado, Presidente: Arlindo Veiga dos Santos.

As comissões examinadoras para os exames orais do curso de Matemática estava constituída da seguinte forma ³⁸:

Prova de Matemática: 1º Examinador: Dr. Paulo da Silva Pinheiro, 2º Examinador: Dr. Lourenço M. Almeida Prado; Presidente: Dr. Armando Foá;

Prova de Física: 1º Examinador: Anibal de Freitas; 2º Examinador: Dr. Paulo da Silva Pinheiro; Presidente: Dr. Armando Foá;

Prova de Português: 1º Examinador: José de Almeida; 2º Examinador: Adalberto Prado e Silva; Presidente: Francisco Ribeiro Sampaio;

Prova de Lógica: 1º Examinador: Padre Agnello Rossi, 2º Examinador: Padre Ludovico Kauling;; Presidente: Eduardo D. Badaró³⁹.

³⁸ Essas informações foram obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Anuário de 1942, Campinas, 1942.

³⁹ No anexo IV apresentamos um breve currículo de cada um desses professores.

4) A Criação de um Curso de Matemática

4.1- Currículo e programa de cada série da primeira turma do Curso de Matemática.

Segundo consta nos Relatórios anuais de 1942 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, o Curso de Matemática tinha a duração de três anos e a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira Série:

- 1-Análise Matemática e Cálculo Vetorial
- 2-Geometria Analítica e Projetiva
- 3- Física Geral e Experimental
- 4- *Complementos de Matemática*

Segunda Série:

- 1-Análise Matemática
- 2-Geometria Descritiva e Complementos de Geometria
- 3-Mecânica Racional
- 4-Física Geral e Experimental

Terceira Série:

- 1-Análise Superior
- 2-Geometria Superior
- 3-Física Matemática
- 4-Mecânica Celeste

O currículo da primeira turma do Curso de Matemática da F.F.C.L. de Campinas foi encontrado no Relatório Anual de 1942, da forma apresentada anteriormente, mas sem a disciplina Complementos de Matemática; porém, obtivemos, nos *Anais das Faculdade Campineiras 1943-1947*, o currículo com essa disciplina. Depois de verificarmos algumas Atas da Congregação no Relatório Anual de 1943, encontramos uma nota dizendo que a disciplina Complementos de Matemática não fazia parte do currículo da Faculdade Nacional de Filosofia, mas como o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas constatou que muitos dos alunos que ingressaram no exame de seleção possuíam algumas deficiências, ele, então, resolveu inseri-la no currículo da turma de 1943.

Sá (1984, p.105) apresenta esse currículo com a seguinte diferença: no primeiro ano, faz parte do currículo a disciplina Introdução á Filosofia; no segundo ano, a disciplina Filosofia Geral, e no terceiro ano, Psicologia Filosófica. Essas três disciplinas faziam parte das disciplinas de Filosofia, que era comum a todos os cursos.

Um outro fato notório é que não constam do currículo acima apresentado as disciplinas de religião, que faziam parte das disciplinas de Cultura Religiosa. No ano de 1942 funcionou, na primeira série, o curso de Cultura Religiosa Superior. A frequência a essa disciplina era obrigatória a todos os alunos que, no ato da matrícula, se declarassem católicos e que se prontificassem a assistir às aulas. Os alunos que professassem outras religiões eram dispensados desse curso. As aulas eram semanais e do curso constavam as disciplinas, História da Igreja e Introdução ao Dogma Católico. O aluno que quisesse receber um atestado por ter cursado tais disciplinas deveria realizar as provas escritas e orais. No ano de 1943 foram introduzidas duas novas disciplinas: Moral e Apologética. Os alunos que quisessem receber um atestado por ter realizado o curso tinham de fazer as provas escritas e orais, que aconteceram no início de 1944, em que não houve alterações. As provas orais e escritas para a concessão de atestados no início de 1945 foram realizadas.

Como no currículo apresentado do Curso de Matemática não havia disciplinas pedagógicas, o aluno recebia o diploma de bacharel em Matemática. No ano de 1945, através do Decreto nº 18.263, de 04 de abril de 1945, foi instituído, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, o Curso de Didática. Sendo assim, a Faculdade passou a conferir o

diploma de licenciado em Matemática ao aluno que concluísse o Curso de Matemática e o Curso de Didática, que compreendia as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos e Fundamentos Sociológicos da Educação. O professor catedrático responsável pela disciplina, Didática Geral, segundo o Relatório Anual de 1945, era o professor Antônio d'Ávila; para a disciplina Didática Especial de Física, o professor Anníbal de Freitas e para a disciplina Didática Especial de Matemática, o professor Carlos Francisco de Paula⁴⁰.

A organização do Curso de Didática era idêntica à da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFi), quanto à constituição dos cursos, ao número de cadeiras e aos programas, de acordo com o Relatório Anual 1945. Fávero (1999, p.12, v.4) diz que a seção especial de Didática da FNFi era responsável por um curso ordinário, com a mesma denominação de Didática, e cuja duração era prevista para um ano. O curso era compreendido as mesmas disciplinas mencionadas acima para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

Os alunos realizavam estágios nos seguintes estabelecimentos de ensino secundário e normal: Colégio Diocesano, Colégio Progresso Campineiro, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio do Estado, Escola Normal Carlos Gomes.

Na época da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas existiam os seguintes cursos de Matemática: Curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia, Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (germe da PUC São Paulo) e o Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ao comparar o currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas com os currículos que obtivemos desses cursos, verificamos que eles possuíam, em comum, as seguintes disciplinas: na primeira série, Análise Matemática, Geometria Descritiva e Física Geral e Experimental; na segunda série, Análise Matemática, Geometria, Física e Mecânica Racional; na terceira série, Análise Superior, Geometria Superior, Física Matemática e Mecânica Celeste. Sob o ponto de vista legal, o modelo seguido pelo Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

⁴⁰ Nos anexos VIII e IX apresentamos as provas parciais do Curso de Didática de física e matemática.

Campinas foi o currículo do Curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFi), visto que, em 1937, foi criada A Universidade Padrão, que serviu de modelo para os demais cursos existentes naquele período, do qual fazia parte a Faculdade Nacional de Filosofia. Mas, na prática, o modelo foi o currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, já que o currículo da FNFi é idêntico ao da FFCL da USP, além do que o Curso de Matemática da USP foi criado anteriormente ao da FNFi. Segundo Schwartzman, a Faculdade Nacional de Filosofia foi criada nos moldes de sua antecessora paulista: “Em 1936 Capanema escrevia a Luigi Fantappiè e Gleb Wataghin, professores de matemática e física da Universidade de São Paulo, oriundos da Itália, pedindo sugestões de professores para a faculdade de ciências que pretendia organizar no Rio de Janeiro”. Schwartzman continua dizendo: “Esse procedimento de contratação de professores estrangeiros foi feito através de uma missão de alto nível sob a responsabilidade de Teodoro Ramos”. Queremos, aqui, chamar a atenção para o fato de Teodoro Ramos também ser professor da Universidade de São Paulo.

Adiante estarão relacionados os currículos dos cursos mencionados acima. Chamamos atenção para as disciplinas pedagógicas desses currículos, que, exceto o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (germe da PUC São Paulo), não apresentam disciplinas pedagógicas. Na FNFi o fato se dá porque as disciplinas pedagógicas pertenciam a uma seção especial, que era a de didática, enquanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, segundo Silva (2000, p.1), os bacharéis que se graduavam poderiam receber licença para o magistério secundário somente após terem concluído o bacharelado e haverem completado o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação.

Embora tenhamos apresentado o currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas apenas com as disciplinas de conteúdo e tenhamos discutido a questão das disciplinas pedagógicas, notamos que havia também, nesse curso, as disciplinas de Filosofia que, segundo consta no Relatório Anual de 1942, era comum a todos os cursos. Sá (1984, p.112) afirma que: “ ... as disciplinas como Introdução à Filosofia, Filosofia Geral e Psicologia Filosófica foram introduzidas no sentido de que todos os alunos da Faculdade tivessem pelo menos conhecimentos elementares de Filosofia, sendo a finalidade primeira da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas a formação de professores com princípios católicos. Às disciplinas filosóficas eram pois atribuídas virtudes especiais de, por seu conteúdo, desenvolver a capacidade de aprendizagem e reprodução da doutrina católica”. No currículo apresentado por Sá (1984, p.105) a disciplina Introdução à Filosofia aparece no primeiro ano do Curso de Matemática e ela diz que, nessa disciplina, existe uma tentativa de relacionamento com as demais. Do Curso de Matemática consta o tópico A Filosofia e os Problemas da Matemática. A Filosofia Geral é apresentada no currículo colocado por Sá como uma disciplina da segunda série, afirmando que essa disciplina aborda problemas como o método do estudo filosófico, a natureza da Filosofia, o conhecimento e os problemas da metafísica, as várias espécies de analogia, os sentidos da verdade, entre outros. Quanto à Psicologia Filosófica, ela foi introduzida na terceira série, abordando questões como: objeto da disciplina Psicologia Experimental e Psicologia Filosófica. Sendo assim, percebemos que esse curso propiciava aos alunos uma formação mais geral já que as disciplinas não se restringiam a conteúdos matemáticos.

1939 - 1946

1^a Série Análise Matemática

Geometria Analítica e Projetiva

Física Geral e Experimental

2^a Série Análise Matemática

Geometria Descritiva e Complementos de Geometria

Mecânica Racional

Física Geral e Experimental

3^a Série Análise Superior

Geometria Superior

Física Matemática

Mecânica Celeste

4^a Série - —

Figura 2- currículo do curso de matemática da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi)⁴¹.

⁴¹ O currículo do curso de matemática da FNFfi foi obtido em Fávero, M.L.A. Faculdade Nacional de Filosofia: Os cursos- começando a desenrolar um novelo.

<u>1ª SÉRIE - 1940</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>
Física	120 hs. aulas
Geometria	120 " "
Análise	120 " "
<u>2ª SÉRIE - 1941</u>	
Mecânica Racional	90 " "
Física	180 " "
Análise Matemática	210 " "
Geometria	180 " "
<u>3ª SÉRIE - 1942</u>	
Análise Superior	120 " "
Física Matemática	120 " "
Geometria Superior	120 " "
Mecânica Celeste	120 " "
Filosofia Social	90 " "
<u>SÉRIE - 1943 - DIDÁTICA - SÉRIE ÚNICA</u>	
Didática Geral	90 " "
Didática Especial	90 " "
Psicologia Educacional	90 " "
Administração Escolar	60 " "
Fundamentos Biológicos da Educação	90 " "
Fundamentos Sociológicos da Educação	60 " "

Figura3- Currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento São Paulo.

SECÇÃO DE CIÊNCIAS
CURSO DE MATEMÁTICA

1.ª série

- 1 — Análise Matemática
- 2 — Geometria Analítica e Projetiva
- 3 — Física geral e experimental
- 4 — Cálculo Vetorial.

2.ª série

- 1 — Análise Matemática
- 2 — Geometria descritiva e complementos de geometria
- 3 — Mecânica racional
- 4 — Física geral e experimental
- 5 — Crítica dos princípios da Matemática.

3.ª série

- 1 — Análise Superior
- 2 — Geometria superior
- 3 — Física matemática
- 4 — Mecânica celeste
- 5 — Crítica dos princípios.

Figura 4- Currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

4.2. Programa de cada série da primeira turma do Curso de Matemática⁴².

1) Análise Matemática e Cálculo Vetorial:

a) Revisão de complementos de matemática:

Teoria dos Determinantes, formas e equações lineares (recordação); números naturais, abstratos, concretos, ordinais, irracionais, reais e complexos; operações (recordação);

b) Teoria dos conjuntos lineares:

Conjuntos ordenados, densos e contínuos; extremos; ponto de acumulação; teorema de Bolzano; conjuntos derivados, perfeitos e discretos; teorema de Borel-Lebesgue;

c) Funções e limites:

Conceito geral de função; extremos; ponto de acumulação; teorema de Weirstrass; conceito de limite; extensões; limites de diversas expressões notáveis; funções monótonas; limites máximos e mínimos de uma função num ponto de acumulação; limites a esquerda e a direita.

d) Teoria da continuidade:

Conceito de função contínua num ponto; função contínua num campo; função contínua à esquerda e à direita; continuidade uniforme; teorema de Heine;

e) Derivada de funções de uma variável real:

Conceito de derivada; interpretação geométrica e interpretação cinemática; função derivada; teoremas de Rolle e Cavallieri; cálculo da derivadas; derivadas sucessivas; conceito de infinitésimo; ordem de um infinitésimo; infinito; conceito de diferencial; diferenciais sucessivas; estudo das expressões indeterminadas; regra de l'Hospital; condições para que X seja raiz n-pla⁴³ de uma função; conceito de máximo e mínimo; contato de duas curvas planas;

f) Fórmula de Taylor Aplicações:

Determinação da fórmula de Taylor com os restos de Lagrange e Peano; fórmula de Mac-Laurin; aplicações no desenvolvimento em série nas aproximações numéricas, e na resolução das equações;

⁴² Essa é uma cópia fiel do programa do Curso de Matemática encontrado nos relatórios anuais e trimestrais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas incluindo até os erros de digitação encontrados no documento original.

⁴³ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

g) Integral de funções de uma variável:

Conceito de integral. Integral superior e inferior; significação geométrica da integral; condição de integrabilidade de Riemann; integrais indefinidas; teorema da média. Integral definida; emprego das funções primitivas; regras elementares de integração; integrais impróprias; integrais de funções racionais; integrais abelianas; integrais de funções irracionais; integrais de diferenciais binômias.

2) Geometria Analítica e Projetiva:

a) Medida dos segmentos e coordenadas dos pontos da reta:

Retas e segmentos orientados. Coordenadas e abissa. Distância de dois pontos. Razão simples de três pontos. Razão anarmônica⁴⁴. Ângulos. Feixes de raios. Razão simples e anarmônica em um feixe de retas;

b) Geometria analítica no plano:

Coordenadas cartesianas; equação canônica e geral da linha reta; intersecção de duas retas; equação segmentária da reta; reta definida por um ponto; projeções dos segmentos; cosenos diretores e equação normal da reta; equação de uma reta orientada; distância de dois pontos; distância de um ponto a uma reta; área do triângulo; ângulo de duas retas; retas de um feixe; coordenadas de uma reta; equação de um feixe; considerações sobre um plano pontilhado e plano seguido; lei de dualidade; mudança de coordenadas homogêneas; coordenadas polares.

c) Generalidade sobre a representação das linhas planas:

Círculo; suas equações; intersecção do círculo e de uma reta; tangente no círculo; potência de um ponto em relação a um círculo; feixe de círculos; elipse; hipérbole; parábola; algumas considerações sobre as cônicas; parábola interpolativa; assóide; conchóide; sinusóide; curva logarítmica e exponencial; espiral de Arquimedes.

d) Geometria analítica no espaço:

Coordenadas cartesianas; projeções dos segmentos e das poligonais; reta passando pela origem; ângulo de duas direções; equação normal do plano; plano determinado por três pontos; plano

⁴⁴ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

passando por um ponto e com cosenos diretores dados; projeção das áreas poligonais; equação de um plano orientado; distância de dois pontos; distância de um ponto a um plano orientado; volume do tetraedro; feixe de plano; equação de uma reta; equações paramétricas e normais da reta; reta passando por dois pontos; retas coplanares; distância de um ponto a uma reta; distância mínima de entre duas retas não orientadas no mesmo plano; mudança de coordenadas homogêneas; coordenadas polares; coordenadas cilíndricas.

e) Projetividade nas formas de primeira espécie:

Figuras projetivas; pontos e retas impróprias; invariantes projetivos: método de Poncelet; triângulos homoléticos e homológicos; teoremas sobre o quadrângulo e o quadrilátero; projetividade entre pontilhadas; construção da projetividade; expressões analíticas da projetividade; projetividade degenerada; pontos limites; projetividade entre feixes de retas; equação da projetividade entre feixes; projetividade entre formas superpostas; elementos unidos de uma projetividade entre formas superpostas; involução; equação da involução; involução sobre a pontilhada; involução em um feixe de retas.

f) Elementos da teoria projetiva das cônicas:

Homologia; construção da homologia; casos particulares; a homologia e as projeções centrais; as cônicas como curvas homológicas do círculo; geração projetiva das cônicas; elementos que determinam uma cônica: sua construção; teorema de Pascal; cônicas involutórias; teorema de Brianchon; propriedades métricas particulares da hipérbole; projetividade entre cônicas; projetividade entre cônicas superpostas; involução sobre a cônica; elementos unidos em uma projetividade; par comum a duas involuções; cônicas de um feixe tangente a uma reta; polaridade com relação a uma cônica; propriedades diametraes; focos; propriedades angulares dos focos; propriedades segmentárias dos focos.

3) Física Geral e Experimental:

I) Introdução:

a) O método das ciências físicas:

Relação íntima entre a pesquisa experimental e a investigação teórica; importância do estudo quantitativo dos fenômenos; a pesquisa das relações de inter-dependência entre as grandezas; leis físicas; as teorias físicas; princípios gerais; postulados; hipóteses; desenvolvimento formal das teorias a verificação experimental de suas conseqüências; experiências cruciais.

b) A média física:

Unidade, instrumentos e métodos de média; sistemas de unidade derivadas; sistemas de grandezas geométricas e mecânicas; a legislação metrológica no Brasil; teoria das dimensões; fórmulas dimensionais; transformações de unidades; homogeneidade; semelhança física; experimentação sobre modelos reduzidos.

c) Teoria dos erros:

Noções do cálculo das probabilidades necessárias ao estudo dos erros acidentais; teorema de J. Bernoulli; distribuição normal da probabilidade dos erros; curva de Gauss; módulo de precisão; erro provável; erro médio quadrático; valor mais provável de uma grandeza; média aritmética e média ponderada; cálculo dos erros em função dos resíduos; propagação dos erros.

d) Pesquisa das relações de inter-dependência.

Determinação da forma e das relação de interdependência por considerações de homogeneidade; Métodos de Bertrand; determinação dos parâmetros de uma interpolatriz parabólica pelo método dos mínimos quadrados; anamorfose logarítmica; correlação; relação de correlação; correlação linear; índice de correlação; critério de linearidade; equações de regressão.

e) Noções de cálculo vetorial:

Grandezas físicas vetoriais; diferentes tipos de grandezas vetoriais; vetores polares e axiais; representação geométrica dos vetores; notações unitários; produto escalar e produto vetorial; derivação vetorial.

f) Trabalhos práticos:

Médida das grandezas geométricas; técnica do trabalho com catetômetro, microscópio micrométrico, comparador e máquina de dividir.

II) Mecânica:

a) Cinemática do ponto:

Sistema de referência; grandezas vetoriais características; casos simples de composição de movimentos; movimentos periódicos; estudo especial do movimento harmônico simples; representação vetorial; composição de movimentos periódicos; teorema de Fourier.

b) Sistema de forças:

Momentos; conjugados; redução de um sistema à uma força e um conjugado; equações fundamentais da estática; equilíbrio de um sistema rígido; estabilidade.

c) Dinâmica:

Conceito dinâmico de massa; equação fundamental da dinâmica; trabalho mecânico; potência; força viva; teorema das forças vivas; energia mecânica; energias cinéticas e potencial; conservação da energia mecânica; princípio de inércia; princípio da ação e reação; impulso quantidade de movimento; movimento livre e movimento constrangido; forças de ligação; graus de liberdade; princípio dos trabalhos virtuais; equações gerais de estática; equilíbrio dinâmico; forças de inércia; princípio de D'Alembert; equações gerais da dinâmica.

d) Mecânica dos sistemas rígidos:

Movimentos de translação, rotação e oscilação; centro de massa; momento de inércia; teorema da Huygens; estudo do pêndulo composto; movimentos de rotação; força centrífuga; eixo livre de rotação; giroscópio; momento girostático; pêndulo de Foucault.

e) Campos de forças:

Gravitação; lei de Newton; determinação da constante gravitação; campo de gravitação; intensidade do campo em um ponto; linhas de força; trabalho no deslocamento de uma massa no campo; potencial; superfícies equipotenciais; fluxo de força; generalização do conceito de campo; campos escalares e vetoriais; superfície de nível; gradiente; divergência; rotacional; integral de linha e integral de superfície; teorema de Stokes; teorema de Gauss; campo solenoidal; campo irrotacional; campo conservativo; campo newtoniano; função de forças; função Potencial.

f) Estado sólido:

Estrutura cristalina; mecânica dos sólidos reais; elasticidade; diferentes tipos de solitação; características elásticas dos materiais; lei de Hooke; módulo de Poisson; módulo de rigidez; flexão e torção; atrito sólido.

g) Estatísticas dos fluídos:

Equilíbrio de um fluido perfeito em um campo de forças; teorema fundamental da estática e dos fluidos no campo de gravidade; teoremas de Pascal e de Arquimedes; equilíbrio dos líquidos; tensão superficial; estática dos gases.

h) Dinâmica dos fluídos:

Movimentos rotacionais e irrotacional; equações gerais do movimento de um fluido perfeito em um campo de forças; hidrodinâmica; teorema de Bernoulli; escoamento dos fluidos reais; regime lamelar e turbilhonar; viscosidade; fórmula de Poisseuille; corpos em movimentos nos fluidos; resistência do ar.

i) Produção e Propagação de vibrações nos meios elásticos:

Vibrações livres; amortecimento; vibrações forçadas; ressonância; propagação ondulatória das vibrações; grandezas características; superfície de onda; velocidade de propagação; comprimento de onda; vibrações longitudinais e transversais; interdependência entre a velocidade de propagação e as características do meio elástico; propagação das vibrações nos sólidos, líquidos e gases; fórmula de Newton e de Laplace; meios dispersivos; velocidade de fase e velocidade de grupo; equações gerais da propagação nos meio isótropos indefinidos; princípios de Huygens; reflexão; refração, interferência e difração das ondas; ondas estacionárias; nodos e antínodos; fenômenos de Doppler.

j) Estudo físico dos sons:

Fontes sonoras; grandezas característica intensidade sonora; diferentes maneiras de medir a intensidade do som; pressão sonora; disco de Rayleigh; altura; medida das frequências; frequências padrão; intervalo entre os sons; escala musical; limites de percepção sonora quanto à intensidade e quantidade à frequência; curvas de audibilidade; ultra sons; timbre dos sons; sons harmônicos de um som fundamental; análise dos sons complexos; ressoadores; estudo dos principais tipos de fontes sonoras; tubos acústicos; seriais; apitos; cordas vibrantes; vergas; diapasões; membranas e placas vibrantes.

l) Trabalhos práticos: medida das massas; técnica das pesagens de precisão; medidas de massa específica e densidade de sólido, líquidos, gases e vapores; estudo experimentais do pêndulo composto; medida do momento de inércia; medida do tempo; medida da aceleração da

gravidade; medida das forças; medida das forças; medida da tensão superficial; medida das pressões; medida da pressão atmosférica; técnica de alto vácuo; medida das fracas pressões; medidas de viscosidade; estudo experimental dos movimentos periódicos e medida das grandezas características; estudo experimental de propagação ondulatória e medida das grandezas características; medidas acústicas.

III) Calor:

a) Principais grandezas caloríficas e respectivas unidades:

Quantidade de calor e temperatura; escala legal de temperatura; pontos fixos; termômetro normal; propriedades térmicas dos corpos; calores específico; calor atômico; regra de Dulong e Petit; calor molecular; regra de Kopp e Neumann; variação de calor específico com a temperatura; calor de reação; coeficiente de dilatação.

b) Transmissão do calor:

Condução; coeficiente de condutibilidade; regime permanente e variável; fórmula de Fourier; convecção; coeficiente de convecção; irradiação; fórmula de Newton; lei de Stefan Boltzmann.

c) Estudo dos gases perfeitos:

Leis de Boyle, Mariotte e de Gay-Lussac; equação de estado do gás perfeito; transformações isotérmicas, isobáricas, isométricas adiabáticas; diagramas; misturas gasosas; difusão dos gases; leis de Graham; pressão parcial e pressão total; dissolução dos gases; lei de Henry; misturas de ar e de vapor d água; higrometria.

d) Conceitos fundamentais da teoria cinética:

Os conceitos de quantidade de calor de temperatura e de pressão do ponto de vista da teoria cinética; hipótese de Abogadro e Ampère; número de ideais em equilíbrio termodinâmico; princípio de equipartição; velocidade média das moléculas; livre percurso médio; viscosidade dos gases.

e) Primeiro princípio da termodinâmica:

Equivalência entre o trabalho mecânico e o calor; transformação integral do trabalho em calor; experiência de Joule e Hirn; equivalente mecânico da calor e equivalente térmico de Joule; conceito geral de energia; diferentes formas e estados da energia; sistema material; variáveis que

definem o estado de um sistema; transformação de um sistema: reversíveis e irreversíveis; transformações cíclicas; ações exteriores exercidas sobre um sistema; possibilidade de reduzir sempre essas ações a uma quantidade de trabalho e uma quantidade de calor; convenções de sinal para o calor e o trabalho fornecidos ou recebidos por uma sistema; conceito de energia interna; variações da energia interna de um sistema; expressão analítica geral do princípio de conservação de energia.; sistemas isolados.

f) Segundo princípio da termodinâmica:

Fontes de calor; motores térmicos; transformações cíclicas reversíveis; ciclo de Carnot; relação entre as quantidades de calor e as temperaturas num ciclo de Carnot; definição das temperaturas termodinâmicas; transformações cíclicas irreversíveis; transformações não cíclicas; transformação parcial do calor em trabalho; rendimento termodinâmico; entropia; variações da entropia; expressão analítica do princípio de Carnot; variação da entropia num sistema isolado; hipótese de Nernst.

g) Equilíbrio termodinâmico:

Conceito de energia utilizável; expressão analítica da energia utilizável; variações da energia utilizável; equação de Helmholtz; definição do equilíbrio termodinâmico; equilíbrio estável, instável e indiferente; condição geral do equilíbrio estável; casos particulares em que essa condição se reduz a uma condição de máximo ou mínimo; potenciais termoquímicos.

h) Relações energéticas nas transformações termoquímicas:

Calor de reação; lei do estado inicial e do estado final de Hess; a variação da energia utilizável e a medida da afinidade química.

i) Sistema heterogêneos:

Fases e constituinte independentes; fatores de equilíbrio; variância; regra das fases; deslocamentos do equilíbrio; teoremas de Le Chatelier e Vant'Hoff.

j) Estudo termodinâmico do corpo puro:

Equação característica; coeficientes de dilatação e coeficientes calorimétricos; relação entre os calores específicos, a pressão constante e o volume constante; experiência de Clement e Désormes; relação de Mayer entre os calores específicos e a constante dos gases perfeitos; o

corpo puro nas condições de um gás praticamente perfeito; gases reais; equação de Van der Waals; ponto crítico; constantes críticas; estados correspondentes.

l) Mudanças de estado do corpo puro:

Equilíbrio das fases líquida e gasosa; pressão máxima; vaporização; ebulição; variação do ponto de ebulição com a pressão; liquefação; equilíbrio das fases sólida e líquida e sólida e gasosa; fusão⁴⁵, solidificação e sublimação; curvas de fusão e de sublimação; ponto tríplice; super-fusão.

m) Estudo das soluções diluídas:

Concentração; calor de dissolução; osmose; paredes semi-permeáveis; pressão osmótica; lei de Pfeffer; equação de Van't Hoff; pressão de vapor de uma solução diluída; tonometria; ebulliometria; criometria.

n) Estudo das soluções saturadas. Curvas de solubilidade:

Equilíbrio entre uma fase sólida e uma fase líquida; ponto de eutectia; misturas refrigerantes; super-saturação; equilíbrio entre duas fases líquidas; solubilidade dos líquidos; equilíbrio entre uma fase líquida e uma fase gasosa; destilação.

o) Estudo sumário dos sistemas dispersados:

Características gerais dos sistemas dispersados; equilíbrio das emulsões; movimentos browniano; absorção.

Os programas das disciplinas da segunda série do curso de matemática no ano de 1943 eram:

1) Análise matemática:

a) Funções de mais de uma variável:

Espaço cartesiano de dimensões (distância, entorno, conjunto); função definida numa região; derivada parcial; derivada parcial de ordem superior; diferencial de uma função de diversas variáveis; diferenciais de ordem superior; funções compostas; funções homogêneas; teorema de Euler; máximos e mínimos; funções implícitas; derivadas e diferenciais sucessivas; jacobianos; interdependência das funções.

b) Integrais de funções de mais de uma variável:

⁴⁵ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

Conceito de integral curvilínea; cálculo das integrais curvilíneas, integrais dependentes de um parâmetro; integrais duplas; condição de integrabilidade; fórmula de Green; mudanças de variáveis; integrais múltiplas em geral.

c) Aplicações geométricas do Cálculo Diferencial e Integral:

Curvas planas; tangentes; pontos singulares, envoltórias; curvas reversas, retificação⁴⁶; curvatura; torsão; superfícies curvas; volumes.

d) Séries:

Teoria das séries de termos reais (recordação),; sucessões; séries de termos complexos, critério de convergência,; teorema de Mehlert; produto de duas séries; teorema de Matrens⁴⁷; conceito de série dupla; critério de convergência; conceito de série de funções; conceito de convergência uniforme; séries equiconvergentes, integração e derivação das séries de potência, séries de potências, série de Taylor.

e) Séries trigonométricas:

Série de Fourier,; critério de convergência uniforme; singularidades da série de Fourier; fenômeno de Du Bois, Raymond e Gibbs; soma das séries de Fourier pelos métodos de Fajer, Poisson e Weirstrass; novos critérios de convergência da série de Fourier, propriedades dos coeficientes de Fourier, séries trigonométricas gerais, teorema de Riemann-Dini e de Cantor; teorma⁴⁸ de Weirstrass sobre a representação aproximada das funções.

f) Equações diferenciais:

Conceito de série múltipla; teorema de Cauchy; aplicações.

g) Fundamento da teoria das funções analíticas:

Representação geométrica dos números complexos (recordação); exetensão⁴⁹ do conceito de função no campo complexo; funções analíticas e funções harmônicas; transformações conformes; campos vetoriais planos; representação gráfica das funções de variáveis complexas.

h) Integração no campo complexo:

⁴⁶ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

Integral curvilíneo de uma função de variável complexa; teorema de Cauchy; fórmula integral de Cauchy; problema de Dirichlet e fórmula de Poisson; princípio da média e teorema de Liouville.

i) Sobre as séries de funções no campo complexo:

Séries de potência; desenvolvimento em série de Taylor e de Laurent; zeros e pontos de nível de uma função analítica; pólos e pontos singulares essenciais.

j) Classes especiais de funções:

A extensão do campo de definição de uma função; prolongamento analítico; noções sobre funções a mais valores; funções exponenciais; transcendências elementares; funções meromorfas; funções holomorfas.

2) Geometria Descritiva e Complementos de Geometria:

a) Projetividade entre dois espaços:

Colineações e correlações no espaço; determinação de uma projetividade entre dois espaços; equação de uma polineação entre dois espaços; casos particulares métricos de colineações entre espaços; elementos unidos em uma colineação; homologia sólida; correlações no espaço; correlações involutórias; polaridade no espaço.

b) Superfícies de 2ª ordem:

- Polaridade definida pela superfície:

Definição e exemplos de quádricas; número de pontos que determinam quádrica; intersecções de uma quádrica com uma reta ligando dois pontos; equações do plano tangente; concircunscrito a uma quádrica; pontos conjugados com relação a uma quádrica, plano polar de um ponto; equação tangencial de uma quádrica; polaridade determinada por uma quádrica, planos tangentes a uma quádrica, planos tangentes passando por um ponto; figuras auto-conjugados com relação a uma quádrica; superfícies de 2ª ordem singulares; polaridade com relação a um cone; envoltórias singulares de segunda classe.

- Retas de uma quádrica;

Geração das quádricas regradas; feixes e schieras de quádricas; pontos elípticos, parabólicos, hiperbólicos; os dois sistemas de retas de uma quádrica regradada; construção de uma quádrica regradada; geração projetiva das quádricas regradadas.

c) Propriedades diametrais:

Secção de uma quádrlica pelo plano infinito e por planos paralelos; planos diametrais-centro; diâmetros; cone assintótico; pares de planos diametrais conjugados; ternos de planos diametrais conjugados; planos principais; planos principais das quádrlicas com centro; planos principais de um parabolóide, planos principais de uma quádrlica com relação ao círculo absoluto.

d) Equações reduzidas das quádrlicas:

Quádrlicas referidas a sistemas cartesianos particulares; discussão da equação normal de uma quádrlica com centro elipsóide; hiperbolóide de uma e duas folhas; discussão da equação reduzida de um parabolóide; parabolóide elíptico e hiperbólico; consequência de transformações particulares de coordenadas sobre a equação de uma quádrlica; invariantes de uma quádrlica com relação a uma transformação ortogonal de coordenadas; cálculo dos coeficientes da equação reduzida de uma quádrlica por meio dos invariantes; classificação das quádrlicas partindo da equação geral; significado do sinal do discriminante; classificação projetiva das quádrlicas.

Geometria Descritiva:

a) Projeção Central:

Representação do ponto, da reta e do plano; problemas fundamentais de posição; problemas métricos fundamentais; condições de ortogonalidade; rebatimento; problemas fundamentais de distância; problemas fundamentais de angulares; elementos de perspectiva de um sólido qualquer.

b) Projeções ortogonais:

Representação do ponto, reta e plano; casos particulares; os problemas fundamentais de posição; condições de ortogonalidade entre uma reta e um plano; rebatimentos; eixo de afinidade de um plano; problemas métricos fundamentais;

c) Representação de sólidos limitados por superfícies planas.

Triedro; prismas e pirâmides; os cinco poliedros convexos regulares; o tetraedro regular; o cubo; o octaedro; a seção áurea; o dodecaedro regular convexo; o icosaedro; os grupos de rotação que se sobrepõem e os cinco poliedros regulares.

d) Axometria:

Axometria oblíqua; axometria ortogonal; coeficientes de redução; dados os lados do triângulo dos traços determinar os coeficientes de redução e vice-versa. Perspectiva cavaliera a 45°; alguns problemas de representação de sólidos; tetraedro regular, cubo, octaedro, dodecaedro e icosaedro; intersecções de poliedros.

e) Projeção cotada:

Representação do ponto, reta e plano; problemas fundamentais de posição; escala de inclinação de um plano; condições de paralelismo; problemas métricos fundamentais.

3) Física Geral e Experimental.

a) Produção e propagação de vibrações nos meios elásticos:

Vibrações livres; vibrações forçadas; propagação ondulatória das vibrações; grandezas características; superfície de onda velocidade de propagação; comprimento de onda; vibrações longitudinais e transversais; interdependência entre a velocidade de propagação e as características do meio elástico; propagação das vibrações nos sólidos, líquidos e gases; fórmulas de Newton e de Laplace; meios dispersivos; velocidade de fase e velocidade de grupo; equações gerais da propagação nos meios isotrópicos indefinidos; princípio de Huygens; reflexão; refração interdependência e difração das ondas; ondas estacionárias; nodos e antinodos; fenômeno de Doppler.

b) Propagação do gás nos meios isotrópicos:

Caracter ondulatório da propagação; velocidade de propagação da luz; métodos de Rolmer, Fizeau, Foucault e Michelson para medida da velocidade da luz; relação entre as velocidades de propagação e os índices de refração; experiência inicial de Foucault; caminho ótico; teoremas gerais da ótica geométrica.

c) Reflexão da luz:

Leis de reflexão⁵⁰; paralisação da luz refletida; reflexão espelho; reflexão metálica e vitrea; poder refletor; reflexão difusa; fator de reflexão difusa; albedo; reflexão seletiva; calorimetria; difusão da luz pelos sistemas dispersados; efeito tyridall; durbides; fórmula de Reyleig; nefelometria.

d) Índices de refração, relativo e absoluto:

⁵⁰ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

Reciprocidade dos índices relativos; leis de refração; reflexão total; ângulo limite; paralização da luz refratada; coisas que influem sobre o valor do índice de refração; variação do índice de refração com o comprimento da onda; dispersão; curvas de dispersão; dispersão normal e dispersão anormal; poder dispersivo; relação entre o índice de refração e a massa específica; poder específico de refração; fórmulas de Glodstone e de Lorentz; análise refratométrica; refração molecular e refração atômica.

e) Diótricos, espelhos e prismas:

Diótricos plano e esférico; imagem de um ponto nos casos de feixes centrais de pequena abertura; focos conjugados; feixes de grande abertura; cáustica e focaes; a reflexão considerada como um particular da refração; catotrica; espelhos plano e esférico; prismas; equações dos prismas; desvio mínimo.

f) Sistemas óticos centrados:

Elementos característicos de um sistema centrado; focos e planos principais; construções de imagens; teoremas relativos à posição e grandeza dos objetos e da imagem.; pontos nodais; aplicação da teoria dos sistemas centrados ao estudo das lentes delgadas e das lentes espessas no caso dos feixes centrais de pequena abertura; centro ótico; convergência; teorema da convergência.

g) Características gerais dos sistemas óticos:

Amplificação linear e angular; poder separador; luminosidade; estigmatismos e aplanetismo; conduções de estigmatismo e aplanetismo; aberrações geométricas dos sistemas óticos-correções; aberrações cromáticas; correções.

h) Interferências luminosas:

Condições gerais necessárias à produção e a observação dos fenômenos de interferência; campo de interferência; expressão da intensidade de um ponto; relação entre a diferença marcha e diferença de fase; franjas de interferências; dispositivos interferenciais; superposição parcial e superposição total dos feixes luminosos; interferência nas lâminas delgadas isótripas; franjas de igual espessura e de igual inclinação; interferômetros; interferência com ondas multiplas; principais aplicações dos fenômenos de interferências; variação da diferença da marcha em um ponto do campo. Determinação da ordem de interferência em ponto do campo.

i) Difração:

Características gerais dos fenômenos de difração; condições de produto e de observação; fenômeno de Fresnel⁵¹ e de Fraunhofer; estudo experimental dos fenômenos de difração produzidos pelo bordo de um interparato retilíneo indefinido; interpretação pela teoria das zonas de Fresnel; cálculo da intensidade de um ponto; integrais de Fresnel; experimental de corim; difração para uma fenda; fenômenos de Fresnel; experimental de digo, redes de difração, redes planas; cálculo da intensidade dos máximos; redes cilíndricos.

j) Dupla refração:

Propagação da luz nos meios anisotrópicos; elipsóide dos índices e suas propriedades; minims bi-refringentes; produção de luz prolongada eliticamente e circularmente; fenômenos de polarização; cromática; compensadores; bi-refringência ocidental; influência do estado elástico; foto elasticidade; influência dos campos elétricos e magnéticos; fenômenos de Kerre de Cotton e Mouton.

l) Polarização da luz:

Característico do fenômeno; distinção entre a luz polarizada e a luz natural; diversas espécies de luz polarizada; diversas maneiras de obter luz polarizadas; polarização da luz pela reflexão; polarização pela refração e pela dupla refração; sistema polarizadores e analisadores; ação de um polarizador sobre a luz natural e ação do analisador sobre a luz polarizada estilínea; lei de Malus; polarização rotatona; poder rotatório específico; dispersão rotatória; lei de Biot; análise polarimétrica; compensadores; polarização rotatória-magnética; lei de Verdet.

m) Espectrometria:

Espectrometro; diferentes tipos de espectro de emulsão; raios espectrais; monocranatismo; comprimento de onda patios; espectro de eulsão⁵² do lifrogenio; séries espectrais; espectros de faixa; influência de tipo de exitação sobre o espectro; espectros característicos dos elementos; análise espectral; espelhos de absorção.

n) Fotometetria:

⁵¹ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

⁵² Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

A energia radiante; escala das radiações; grandezas anergéticas e fotométricas características; poder emissivo específica; curva de visibilidade específica relativa para o órgão visual normal; fator visibilidade; fluxo luminoso total; radiância; intensidade luminosa numa direção; brilhância; brilho superficial; lei de Lambert; fluxo recebido por um elemento de superfície; poder absorvente específico; iluminante normal em um ponto de uma superfície, iluminante meio esférico de uma fonte luminosa; unidades fotométricas.

o) Emissão da energia radiante por incandescência:

Fontes incandescentes; corpo negro; Kirchoff; experiência de Ríclitil; distribuição da energia no espectro de emissão do corpo negro; realização experimental do corpo negro; medidas de lumimer e Pingshein; fórmula de Lord Rayleigh e de Wien; energia total irradiada; lei de Stefari e Boltzmann; corpos não negros; pirometria ótica; temperatura e equivalente do corpo negro.

p) Emissão da energia radiante por luminescência:

Característica geral das fontes de luz luminescência; diferentes tipos de excitação da luminescência; fribo-luminescência; fotoluminescência; regra e etockes; florescências dos gases e vapores; ressonâncias ótica; fosforescência; estudo quantitativo da florescência e da fosforencência; análise florescópica e fluoremetrica.

q) Absorção da luz pelos meios transparentes:

Lei de Lambert; coeficiência de absorção; curva de absorção; absorção seletiva; coeficiência de absorção de Buersen; índice de extinção; relação entre o coeficiente de absorção e concentração molecular; lei de Beer; dosafeus colorimétricas.

r) Estudo sumário das teorias da luz:

A hipótese de emissão corpuscular e a hipótese ondulatória; a teoria mecânica de Huygens-Freshel⁵³ e a teoria eletromagnética de Maxwell⁵⁴; interpretação dos fenômenos de emissão; noções sobre as modernas concepções quânticas.

s) Trabalhos práticos:

Técnica das medidas fotométricas; medida do poder refletor; medida dos coeficientes de absorção; colorimetria; refletometria; nefelometria; medida dos índices de refração; análise refra-

⁵³ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

⁵⁴ Idem.

tométrica; medida de dispersão; técnica da espectrometria e do espectrografia; detção⁵⁵ dos elementos característicos dos sistemas e medidas interferênciais; medida dos comprimentos de onda das redes de difusão; polarimetrio e tachimetrio; medidas de bi-refringência; técnica das medidas de foto-elásticidade.

t) Carga elétrica e campo elétrico:

Fenômeno de eletrização; corpos condutores e isolantes; ações recíprocas dos corpos eletrizados; conceito de carga elétrica ou quantidade de eletricidade; cargas elétricas positivas e negativas; separação das cargas elétricas; cargas puritiformes; carga unitária; ações recíprocas de cargas puntiformes; lei de Colomb; Sistema C.G.P. eletrostática; campo elétrico elepostático; grandezas vetoriais e escalares características do campo e respectivas unidades; intensidade do campo eletrostático; potência; superfícies equipotenciais; gradientes⁵⁶ potenciais; divergência do campo; integral de linha do campo ao longo de um contorno fechado; caráter irrotacional do campo eletrostático; teorema de Gauss; equação de Oisso; distribuição das cargas elétricas; densidade superficial; carga especial; teorema de Coulomb; indução eletrostática; vetor deslocamento; condensadores; capacidade; campo eletrostrição; fenômenos piro-elétricos e piezo elétricos; diferença de potencial de contato; diferentes maneiras de produzir campos eletrostático intensos; máquinas eletrostáticas; campo eletrostático terrestre; caráter descontínuo das cargas elétricas; carga elétrica elementar; experiência de Millikan.

u) Imans e campos magnéticos:

Ações recíprocas dos imans; polaridade; agulha magnética; impossibilidade de separação dos pólos magnéticos; solitação de uma agulha magnética nas vizinhas de iman; conceito de campo magnético; orientação de uma agulha magnética; oxelação de uma agulha num campo magnético; conceito de momento magnético; magnetismo; intensidade do campo magnético em um ponto; momento unitário e campo unitário; diferença essenciais entre campo elétrico e o campo magnético, caráter rotacional do campo magnético; imans com pólos magnéticos; campo nas vizinhanças de um pólo; conceito analógico de massas magnéticas de um pólo ou quantidade fictícia de magnetismo.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

v) Polo magnético unitário:

Extensão da lei de Coulomb às ações recíprocas dos pólos magnéticos; dipolo; momento magnético de um dipolo; potencial magnético; indução magnética; intensidade de imantação; linhas de indução e fluxo de indução; localização da energia no campo magnético; permeabilidade diamagnéticas para magnéticas e ferro magnéticas; histeresses magnéticos; magnetização.

x) A corrente elétrica:

Cargas elétricas em movimento; corrente estacionária; corrente contínua; principais fenômenos associados à corrente elétrica; diferentes tipos de condução; intensidade de correntes; unidades de intensidade; circuito elétrico; diferença de potencial entre dois pontos de um circuito; unidade de diferença de potencial; resistência elétrica; unidade de resistência; lei de Ohm; queda de tensão ao longo de uma resistência; associação de resistência; geradores e receptores; força eletromotriz e força contra eletromotriz; resistência interna; associação de geradores e receptores; circuito elétrico contendo geradores e receptores; lei de Ohm, generalizada; circuitos completos; lei de Kirchhoff.

z) Condução metálica:

Resistividade e condutibilidade dos metais; influência da temperatura; super condutores; influência do campo magnético; variação da resistividade do bismuto; fenômeno de Hall; lei de Widman, Franz; noções sobre a teoria eletrônica da condução dos metais; velocidade de migração dos elétrons; condução elétrica nos sólidos não metálicos; variação da resistência do Selenium sob a ação da luz; células de Selenium.

a') Fenômenos Eletro-térmicos:

Lei de Joule; fenômeno de Seebeck; par termoelétrico; variação da força eletromotriz de um par termo-elétrico em função da temperatura; poder termo-elétrico; aplicação à medida das temperaturas; fenômeno de Seebeck; fenômeno de Thomson.

b') Fenômenos químicos:

Eletrolise; efeito primário e secundário; estudo quantitativo; lei de Faraday; unidades elétricas do sistema prático internacional; equivalentes eletro-químicos; interpretação dos fenômenos da eletrolise; hipóteses de Goussier, Clausius e Arrhenius; dissociação eletrolítica; grande dissociação, influência da concentração de solução; interpretação das anomalias criométricas e

ebuliométricas dos eletrólitos; condutibilidade dos eletrólitos; condutibilidade equivalente; influência da diluição sobre o grau de dissociação e sobre a condutibilidade; migração iônica; números de transporte; concentração iônica; índice de Soerensen P.H.; equilíbrio iônico; potenciais eletrônicos; forças eletro-motriz de polarização; força eletro-motriz de relemento de pilha; teoria osmótica Nernst; eletrodos polarizáveis e impolarizáveis; eletros padrão; geradores químicos; pilhas e acumuladores; pilhas de concentração; relação energética nas transformações eletro-químicas; teoria termo dinâmica pilha.

c') Campos magnético das correntes:

Campo magnético em torno de uma corrente retilínea Oersted; forma e sentido das linhas de força; regras de Amper e Nowell; forma do campo no interior de uma esfera e de uma bobina; conceito de iman e equivalente; folheto magnético; interpretação do corpo magnético; imans existência de correntes elementares; hipóteses de Ampere e Weber; campo magnético das correntes de convecção; experiência de Rowland; estudo quantitativo de campo magnético das correntes; experiências de Biot e Savart; campo de um elemento de correntes; primeira fórmula de Laplace; sistema C.G.S.; eletro magnético; intensidade do campo magnético nas vizinhanças de uma corrente retilínea; integral de linha do vetor campo nesse caso; carácter rotacional do campo magnético das correntes; intensidade do campo no eixo de uma espira e no eixo de uma bobina; bússola das tangentes; circuito; expressão fluxo magnético; anafomia da lei de Oersted; força magnetomotriz e relutância; eletro imans.

d') Ação recíprocas das correntes do imans:

Ação de um campo magnético sobre elementos de corrente; segunda fórmula de Laplace; força exercida por um campo uniforme sobre uma corrente retilínea; balança de Cotton; Galvanômetro de quadro móvel; ação recíproca de duas correntes; forças motrizes.

e') Indução eletromagnética:

Características⁵⁷ gerais do fenômeno Experiência de Faraday⁵⁸; expressão da força eletro-motriz induzida num circuito imóvel situado em um campo magnético variável; expressão da força eletro-motriz induzida num circuito em movimento; sentido das forças eletro-motrizes; lei de Luiz; carácter

⁵⁷ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

⁵⁸ Idem.

rotacional do campo elétrico associado a variação do campo genético em um ponto de espaço; concepção de Maxwell; associação de um campo elétrico rotacional a toda variação de fluxo magnético e associação de um campo magnético rotacional a toda variação do fluxo do reto deslocamento; correntes induzidas nas massas condutoras; correntes de Foucault.

f') Correntes Alternativas:

Forças elétrica-motriz induzida numa espira girante em um campo magnético uniforme expressão analítica; valores instantâneos, máximos, médios e eficazes; circuito de corrente alternativa; grandes características do circuito; resistência solar; indução e capacidade; intensidade das correntes alternativas; diferença de fases; cálculo dos circuitos de correntes alternativas monofásicas; potência e energia das correntes alternativas; correntes polifásicas girantes.

g') Sistemas de unidades elétricas e magnéticas:

Estudo comparativo dos diferentes sistemas de unidades, grandezas elétricas e magnéticas; sistema C.G.S. eletrostático e eletromagnético; sistema prático internacional; unidades legais no Brasil.

h') Oscilações eletromagnéticas:

Circuito oscilantes; características gerais do circuito oscilante; ressonância; condições de ressonância; amortecimento; acoplamento de circuito oscilante; oscilações de baixa frequência e de alta frequência; ondas eletromagnéticas; experiência de Hertz; propalação⁵⁹ das ondas eletromagnéticas; reflexão e refração das ondas eletromagnéticas.

i') Passagem da eletricidade através dos gases:

Ionização através dos gases; grandezas características; recombinação; correntes de ionização; saturação; descargas elétricas nos gases; diferentes tipos de descargas; tensão discrepiva; lei de Paschen; descargas luminescente; variação potencial ao longo do circuito; mecanismo da descarga luminescente nos gases; arco elétrico.

j') Radiações corpusculares:

Raios catodios e raios positivos; radiações emitidas pelas substâncias radioativas; características gerais dos diferentes tipos de corpúsculos e seus estudos experimentais; aceleração dos

⁵⁹ Idem.

compisculos nos campos elétrico e magnético; ação das radiações corpusculares sobre a matéria; tornização produzida pelos corpúsculos; excitação da fluorescência pelas reduções corpusculares; produção dos raios X; difração dos corpúsculos na sua passagem através da matéria; espectrografia de raio X; emissão de elétrons pelos metais esquecidos; fenômeno termo elétrico; fórmulas de Richardson; válvulas termo iônicas e suas características; fenômenos foto-elétricos interno e externo; células foto-elétricas e suas características.

l') Trabalhos práticos:

Medida das tensões elétricas; técnica das medidas eletrométricas de pressão; medida da intensidade da corrente elétrica; técnica das medidas com galvanômetros sensíveis; medida das grandezas características dos circuitos de corrente contínua; medida da resistência da resistividade; pontes de medida; medida das forças eletro-motrices pelo método de compensação potenciométrica; medida de condutibilidade dos eletrólitos; medida das forças eletro-motrices de polarização; medida de concentração iônica das soluções; determinação do P.H.; medida de correntes alternativas; pontes de medida com correntes alternativas; medida de frequência e da diferença de fase dos técnicos da oscilografia; medida das correntes de ionização nos gases; técnica de trabalho com a câmara de Wilson; contagem de corpúsculo; método de contilações; contadores de Giger Muller; detenção das características das válvulas termo-ionicas.

4) Mecânica Racional

a) Introdução ao estudo da mecânica racional:

Definição das finalidades do estudo: coordenação num sistema lógico e racional; dos atuais conhecimentos relativos à matéria; meios de indagação da mecânica racional: a análise matemática; a álgebra vetorial, a análise vetorial; divisão do campo de estudo da mecânica racional: cinemática; estática; dinâmica e discussão acerca do critério lógico de sucessão dos diversos estudos e sua coordenação.

b) Elementos de álgebra vetorial:

Grandezas escalares e grandezas vetoriais; grandezas vetoriais livres e localizadas; vetores livres; convenções sobre os vetores; operações elementares sobre os vetores livres: soma de dois ou mais vetores, produto de um número real por um vetor; vetores coplanares, vetores não

coplanares; produto escalar, produto vetorial, aplicações; produto misto, duplo produto vetorial, aplicações; aplicações das operações vetoriais elementares a algumas questões da geometria; grandezas polares; generalidades e exemplos; torção de um vetor, aplicação no plano, operador i , exponenciais, representação de um vetor no plano e no espaço.

c) Elementos de análise vetorial:

Vetores funções de uma grandeza, limites e continuidade, hodógrafo, proposições fundamentais sobre as funções vetoriais contínuas; diferencial e derivada de um vetor, regras de diferenciação⁶⁰ e de derivação, propriedades das derivadas vetoriais, derivadas sucessivas, aplicações; estudo vetorial das curvas: tangente, normal, plano osculador, plano retificante, curvatura e torsão (fórmulas de Frenet), aplicações, estudo das curvas planas; funções vetoriais de dois escalares, limites e continuidade; derivadas parciais, diferencial total; estudo vetorial das superfícies: plano tangente, normal, curvatura de uma linha traçada à superfície, aplicação as linhas particulares traçadas sobre uma superfície; funções escalares de ponto derivado em uma direção e suas propriedades; campo vetorial, funções vetoriais de ponto, derivada em uma direção e suas propriedades; integrais das funções escalares e vetoriais de ponto estendidas a uma região do espaço.

d) Complementos de álgebra vetorial:

Sistemas de vetores localizados; noções sobre os operadores vetoriais lineares.

e) Complementos de análise vetorial:

Gradiente de uma função escalar de ponto e suas propriedades; rotor de uma função escalar de ponto e suas propriedades; divergência de uma função vetorial de ponto e suas propriedades; teoremas sobre o gradiente, sobre o rotor, e sobre a divergência, aplicações.

f) Mecânica racional:

Cinemática: considerações preliminares, movimento de um ponto, generalidades sobre o movimento de um sólido, movimentos simples de um sólido, movimento geral de um sólido, composição de movimentos simultâneos, movimento contínuo geral de um sólido, estudo especial do movimento de uma figura plana em seu plano, aplicações; introdução à estática e à dinâmica:

⁶⁰ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

conceitos e princípios fundamentais da mecânica, trabalho elementar de uma força, geometria das massas, cinética, as unidades em mecânica, a atração universal, equilíbrio de um ponto material, equilíbrio de um sistema de pontos materiais, equilíbrio de um sólido livre, equilíbrio de um sólido sujeito a ligações, equilíbrio de sistemas deformáveis; dinâmica do ponto livre: equações diferenciais necessárias para definir o estado de movimento de um ponto material, movimento retilíneo de um ponto e seus casos particulares, movimentos dos projéteis, definição de uma força central e movimento a ela devido, questões elementares de mecânica celeste; dinâmica do ponto sujeito a ligações: movimento de um ponto sobre uma curva, movimento de um ponto sobre uma superfície; dinâmica dos sistemas: teoremas das quantidades de movimento ou do movimento do centro de gravidade, teorema do momento cinético, teorema das forças vivas, movimento de um sólido em torno de um eixo fixo, movimento de um sólido em torno de um ponto fixo, teoria do giroscópio e suas aplicações, movimento de um sólido livre, teoremas gerais sobre o movimento e o equilíbrio relativo; estudo geral do movimento e do equilíbrio dos sistemas sujeitos a ligações, mecânica dos fluídos perfeitos.

Os programas das disciplinas da terceira série do ano de 1944 do curso de matemática foram:

1) Análise Superior:

a) Equações diferenciais:

Integral, geral particular e singular; equação de Clairut; equações de 1ª ordem; e; equações diferenciais exatas e tipos a estas redutíveis; equações de Bernoulli; equações de 2ª ordem; equações lineares; noções sobre as equações derivadas parciais.

b) Fundamento da teoria das funções analíticas:

Representação geométrica dos números complexos (recordação); extensão do conceito de função no campo complexo; funções analíticas e funções harmônicas; transformações conformes; campos vetoriais planos; representação gráfica das funções de variáveis complexas.

c) Integrações num campo superior:

Integral curvilíneo⁶¹ de uma função de variável complexa; teorema de Cauchy; fórmula integral de Cauchy; problema de Dirichlet⁶² e fórmula de Poisson; princípio da média e teorema de Liouville.

d) Desenvolvimento em Série:

Sobre as séries de funções no campo complexo; séries de potência; desenvolvimento em série de Taylor e de Laurent; zeros e pontos de nível de uma função analítica; pólos e pontos singulares essenciais.

e) Classes especiais de funções:

A extensão do campo de definição de uma função; prolongamento analítico; noções sobre funções a mais valores; funções exponenciais; transcendências elementares; funções meromorfas; funções holomorfas.

f) Cursos monográficos

g) Funções elípticas.

2) Geometria Superior:

a) Noções históricas gerais sobre a geometria não euclidiana:

Os elementos de Euclides; a teoria das paralelas no ano 1800; os fundadores da geometria não euclidiana.

b) As três geometrias:

As definições fundamentais de Euclides; os postulados de Euclides; a reta e o plano; as hipóteses do padre Saccheri; as três geometrias (a hipótese do ângulo reto, a hipótese do ângulo obtuso, a hipótese do ângulo agudo).

c) Endereço elementar da geometria não euclidiana no plano e no espaço:

Os teoremas fundamentais sobre as retas paralelas; a soma dos ângulos de um triângulo; o desenvolvimento da geometria não euclidiana conforme Lobachevski⁶³; ângulo de paralelismo;

⁶¹ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

⁶² Idem.

⁶³ Encontramos essa palavra escrita dessa forma no documento original.

retas não secantes; distância de um ponto a uma reta; elementos da geometria no espaço (retas paralelas, planos e retas); elementos impróprios.

d) Trigonometria:

Fórmula dos triângulos; fórmula dos quadriláteros; as construções gerais sobre plano e sobre a esfera; medidas de área e de volume.

e) Coordenadas:

Coordenadas hipercíclicas; coordenadas oricíclicas; noções complementares sobre o desenvolvimento da geometria.

f) Noções conclusivas:

Quadratura não euclidiana do círculo; impossibilidade de demonstrar o postulado de Euclides.

g) Elementos da geometria diferencial de Riemann.:

Símbolos de Riemann; paralelismo segundo Levi-Civita; complementos métricos; derivadas em D: caso geral; identidade de Bianchi; a geometria diferencial sobre uma superfície ordinária; paralelismo generalizado; extensões.

3) Física Matemática

a) Introdução:

Generalização sobre o método de indagação matemática aplicado ao estudo dos fenômenos físicos; base experimental; estabelecimento dos princípios por meio de generalização; dedução das conseqüências dos princípios; verificação experimental.

b) Notícias sobre algumas equações diferenciais fundamentais da física matemática:

c) Termodinâmica:

Definição de um sistema termodinâmico; estado de um sistema e suas transformações, gases perfeitos ou ideais; o primeiro princípio da termodinâmica, aplicações; o segundo princípio da termodinâmica; ciclo de Carnot; máquinas térmicas; estabelecimento da escala absoluta das temperaturas; baseadas sobre considerações termodinâmicas; a entropia e suas propriedades gerais, definição da entropia de um sistema cujo estado pode ser representado no diagrama (V,p), equação de Clapeyron, equação de Van der Waals; potenciais termodinâmicas: energia livre, potenciais termodinâmica a pressão constante, a regra das fases.termodinâmica das reações

gasosas e das soluções diluídas; a constante de entropia, princípio de Nernst; notícia sobre a teoria cinética dos gases.

4) Mecânica Celeste

a) Coordenadas esféricas:

Polares e ortogonais; fórmula de Gauss; transformação de coordenadas.

b) Coordenadas astronômicas:

Posição de um ponto em relação a um outro; esfera celeste; elemento de referência; coordenadas astronômicas; movimento aparente do Sol sobre a esfera celeste; coordenadas elípticas; noções sobre as fórmulas de transformação entre os vários sistemas; transformação do arco em tempo; relógio sideral.

c) Tempo solar verdadeiro médio calendário:

Tempo solar; dia solar médio; equações do tempo; método para deduzir a hora legal brasileira média; ano sideral e ano trípico; anomalestico; ano civil e gregoriano.

d) Sistema solar:

Movimento aparente dos planetas; antigas teorias sobre o movimento; teoria das primeiras desigualdades por intermédio do círculo ecêntrico; dedução das fórmulas de Kepler; elementos de uma órbita; relação entre os elementos eclípticos e equatoriais de uma órbita.

e) Conseqüências da lei de Kepler:

f) Atração e gravitação Universal:

Força exercida pelo sol sobre os planetas; lei de atração e gravitação Universal; conseqüência da lei de Newton; equação de órbita; velocidade orbital; fórmulas resolutivas do movimento elíptico; fórmulas resolutivas do movimento parabólico.

g) Os cometas:

Os seus movimentos; processos de Andoyer.

h) Refração astronômica:

Efeitos de refração astronômica; refração horizontal; crepúsculo civil e astronômico.

i) Diurna e anual:

Coordenadas astronômicas e geocêntricas; ligação entre elas.

j) Aberração da lua:

Aberração das estrelas fixas; aberração planetária; fórmula fundamental para o cálculo da aberração; efeito da aberração sobre as coordenadas de um astro; aberração planetária; determinação astronômica da velocidade da luz.

l) Precessão e nutação:

m) Teorias da lua:

Fases, elementos da órbita; movimento médios e diurnos; diâmetro lunar; principais desigualdades do movimento da lua em sua órbita.

Os programas eram elaborados pelos professores responsáveis pelas disciplinas e eram entregues ao Diretor que submetia os mesmos a aprovação do Conselho Técnico Administrativo até 15 de janeiro de 1942.

Eram membros do Conselho Técnico Administrativo no ano de 1942 João Gumercindo Guimarães, Lourenço Martyr de Almeida Prado, René Pena Chaves, Annibal de Freitas, Ciro Prado e Ludovico Kauling. Esse Conselho era renovado anualmente segundo uma votação.

4.3- Sobre as provas e os exames de promoções

A forma de avaliação para a habilitação, em qualquer série da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, era a mesma para todos os cursos. Ela era composta de provas parciais, sendo duas escritas e uma oral ou prático-oral; e, eventualmente, exames de primeira e segunda época; notas de aproveitamento. Não podia realizar as provas ou exames o aluno que não tivesse alcançado, em cada cadeira ou disciplina, a nota mínima (cinco) na média dos trabalhos escolares realizados no período que antecederesse a prova⁶⁴.

Essa forma de avaliação fazia parte do artigo 83 do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras).

De acordo com o Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1943-1947, as provas parciais escritas eram realizadas duas vezes ao ano e constavam de questões, problemas ou temas relativos ao ponto sorteado no momento das mesmas. Esses pontos constavam do programa, ou seja, eram pontos estudados desde o início do ano letivo até o dia anterior à prova.

Para a realização dessa prova era dado ao aluno o prazo de uma hora, quando a prova era composta apenas de questões ou perguntas. Quando houvesse dissertações, o prazo era de uma hora e meia e, quando houvesse problemas, eram concedidas três horas.

As provas orais ou prático-orais eram as provas finais. Os pontos para elas eram organizados pelo professor. Cada ponto compunha-se de três itens que se distribuíam da seguinte forma: um relativo à parte inicial do programa, outro relativo à parte média do programa e, outro, relativo à parte final do programa. À comissão organizadora cabia anunciar ao estudante os itens da parte sorteada.

Para que pudesse realizar a prova final, o aluno era submetido a uma série de condições, dentre as quais ter o número mínimo de 70% de frequência às aulas ministradas, ter média maior ou igual a cinco nas provas parciais escritas, assim como nos trabalhos realizados no período que antecedia a prova.

⁶⁴ Essas informações foram obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Anais das Faculdades Campineiras. “Regimento Interno”. p.93.

A correção das provas escritas não era feita apenas pelos professores que ministravam as disciplinas. Havia uma comissão examinadora composta por três membros, da qual faziam parte os professores que haviam ministrado os respectivos cursos⁶⁵.

Caso o aluno perdesse as provas parciais por um motivo justo (falecimento do pai, mãe ou irmão, por doenças comprovadas com atestado médico), poderia requerer segunda chamada dentro de um prazo de 48 horas, munidos do comprovante do impedimento.

Era usada uma graduação de zero a dez para as notas das provas parciais, finais e nos trabalhos escolares. As questões, perguntas ou problemas tinham valor três e consideravam-se apenas números inteiros.

O aluno que obtivesse média final de nove e meio a dez era aprovado com distinção; o que obtivesse média final de seis e meio a nove e meio seria plenamente aprovado; o que obtivesse média final de cinco a seis e meio era simplesmente aprovado; e o que tivesse média final inferior a cinco era reprovado.

Havia também os chamados exames de segunda época, que eram oferecidos a alunos que não compareciam aos exames de primeira época por motivo justo; a alunos que tivessem sido reprovados em uma das quatro cadeiras cursadas ou que tivessem sido reprovados em duas cadeiras, nas séries com número de cadeiras superior a quatro.

Esse exame constituía-se de prova escrita e prova oral ou prático-oral para cada cadeira, seguindo o modelo de realização das provas escritas, orais e prático-orais da primeira época.

O aluno recebia a promoção de acordo com a média aritmética das duas provas parciais escritas e a nota do julgamento da prova oral ou prático-oral em segunda época.

Além dos exames de segunda época, havia também os exames finais, que correspondem ao que hoje chamamos de recuperação.

O exame final era oferecido a alunos com média entre 03 ou 04 nas provas parciais escritas. Esse exame era realizado no fim do ano letivo e constava de prova escrita, oral ou prático-oral, podendo o aluno realizar a prova de uma ou mais disciplinas referentes à série que ele estivesse cursando.

⁶⁵ Essa forma de correção fazia parte do artigo 84 do Decreto nº19.851 de 11 de abril de 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras), Fávero, M.L.A. Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais.

A prova escrita do exame final era elaborada e corrigida de acordo com as normas de realização das provas parciais escritas e a prova oral, ou prático-oral, tinha como pontos sorteados os constantes do programa de ensino da cadeira. Os demais itens, como correção e julgamento, obedeciam às regras das provas parciais (oral ou prático-oral).

As notas atribuídas ao exame final obedeciam aos mesmos padrões das provas anteriores, e era aprovado o aluno que conseguisse média maior ou igual a cinco, computada de acordo com a média das notas das provas escrita, oral ou prático-oral.

4.4- Corpo docente

A composição do corpo docente⁶⁶ da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas era a seguinte:

- professores catedráticos;
- docentes livres;
- auxiliares de ensino;
- professores contratados.

Em alguns relatórios aparece menção a professores assistentes, que tinham a mesma função dos auxiliares de ensino: a de auxiliar o professor catedrático a ministrar as disciplinas. Assim, assistentes e auxiliares de ensino formavam uma única categoria.

Os professores catedráticos eram nomeados pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, mediante concurso de títulos e provas ou por transferências do professor catedrático da mesma disciplina em Instituto Oficial ou reconhecido.

Os candidatos ao cargo de professor catedrático tinham de apresentar:

- certidão comprovando ser brasileiro;
- diploma conferido por Escola Superior ou Faculdade brasileira, oficial ou reconhecida, em que lecionou, admitido por concurso, a disciplina específica ou outra que com a mesma tivesse afinidade;

⁶⁶ Essa composição estava de acordo com o artigo 48 do Decreto nº19.851 de 11 de abril de 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras), Fávero, M.L.A Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais.

- folha corrida da Justiça e da Polícia;
- prova de estar quite com o serviço militar;
- atestado de atividade profissional ou didática, relacionada com a disciplina em concurso;
- recibo de pagamento de taxa de inscrição⁶⁷.

Consta no Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas de 1943-1947 (1948?, p.107) que, terminado o prazo de inscrição, se ninguém se tivesse inscrito, poderia ser contratado um professor, por tempo determinado, abrindo-se novo concurso no prazo de um ano.

O concurso era julgado por uma comissão de cinco membros, com conhecimento aprofundado nas disciplinas em concurso. Dois desses membros eram indicados pela Congregação e os outros três pelo Conselho Técnico Administrativo, dentre os professores de outros institutos de ensino superior ou profissionais especializados, de instituições técnicas ou científicas. O presidente dessa comissão, que julgava o concurso, era o diretor da faculdade.

O candidato era submetido a quatro provas⁶⁸:

- Prova Escrita: realizada perante a comissão examinadora que havia rubricado o papel da prova, sobre um tema sorteado de uma lista de vinte e cinco pontos, organizada pela comissão examinadora. Aos candidatos era dado um prazo de cinco horas para a elaboração da prova escrita.
- Argüição sobre a tese: por 30 minutos cada examinador questionava, o candidato sobre assunto de livre escolha deste, que dispunha de igual prazo para responder.
- Prova Prática: realizada quando havia necessidade de o candidato demonstrar habilitação prática na disciplina em concurso. Nessa prova cada examinador atribuía a cada candidato a respectiva nota, em cédula fechada, até a apuração.
- Prova Didática: constava de uma preleção,⁶⁹ relativa ao programa da cadeira, durante 50 minutos, sobre um ponto sorteado 24 horas antes, dentre os constantes de uma lista de 10 a 20 pontos organizados pela comissão examinadora⁷⁰.

⁶⁷ Informações obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Anais das Faculdades Campineiras. "Regimento Interno". 1943-1947, p.108.

⁶⁸ As provas eram aplicadas de acordo com o artigo 53 do Decreto nº19.851 de 11 de abril de 1931.

⁶⁹ Conferência Didática.

As notas atribuídas iam de 0(zero) a 10(dez). Segundo os anuários de 1943-1947 (1948, p.110), o candidato aceito pela Congregação era contratado por um ano, com possibilidade de renovação a juízo do Conselho da Sociedade Administrativa.

Os vencimentos dos professores eram regulados pela portaria nº 8, de 16 de janeiro de 1941, do Ministério da Educação, segundo consta nos anuários de 1943-1947 (1948?, p.110). Assim, o Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas comunicou que os honorários seriam vinte mil réis por aula para os professores de Campinas ,com o pagamento dos meses de férias com cinquenta por cento a menos do que cada professor recebia, efetivamente, durante o ano, dividido pelo número de meses⁷¹.

O contrato de trabalho dos professores foi submetido aos conselheiros do Conselho Técnico Administrativo, em 1944. Ficou decidido que seria compromisso dos docentes perceberem seus vencimentos, conforme as possibilidades econômicas da Faculdade. Essas informações foram obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, “Ata 24ª sessão ordinária do Egrégio Conselho Técnico Administrativo, em 15/01/1944”. Relatório Anual 1944, p.3

Eram incumbências do professor catedrático⁷²:

- 1) Observar o regimento escolar da faculdade;
- 2) Satisfazer aos encargos e comissões de que o incumbia o Diretor;
- 3) Apresentar, antes do encerramento dos cursos, comunicação escrita sobre a execução integral do programa de sua cadeira, ou as alterações havidas no mesmo;
- 4) Remeter ao Conselho Técnico Administrativo, dois meses antes da abertura das aulas, o programa de sua cadeira;
- 5) Submeter aos alunos exercícios da matéria explicada;
- 6) Fiscalizar a freqüência dos alunos às suas aulas;
- 7) Apresentar aos alunos o sumário minucioso da lição do dia;

⁷⁰ Informações obtidas a partir de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Anais das Faculdades Campineiras. “Regimento Interno”. 1943-1947, p.109.

⁷¹ Ata da 1ª reunião dos professores catedráticos da FFCL de Campinas, 04/12/1941.

⁷² Isso não aparece regulamentado nos Estatutos Das Universidades Brasileiras.

- 8) Comparecer assídua e pontualmente às suas aulas;
- 9) Apresentar ao Diretor, com dez dias de antecedência, a lista dos pontos para as provas parciais;
- 10) Tomar parte nas sessões da Congregação;
- 11) Fazer parte e comparecer pontualmente às bancas examinadoras.
- 12) Propor a nomeação do pessoal técnico necessário à sua cadeira;
- 13) Submeter os alunos às provas parcial e final regulamentares, atribuindo-lhes as notas merecidas.
- 14) Entregar à secretaria, no decurso da quinzena que se seguir à realização das provas parciais, as notas respectivas⁷³.

O professor que pretendesse obter o título de docente livre, tinha de fazer um concurso na forma da legislação federal e do regulamento interno dessa faculdade. A docência livre tinha como objetivo ampliar, em cursos equiparados ao curso normal, a capacidade didática da faculdade e a concorrer, pelo aprendizado do magistério, para a formação do corpo de seus professores.

Eram incumbências do docente livre⁷⁴:

- 1) A regência de qualquer cadeira, por tempo determinado;
- 2) A cooperação com o professor catedrático, no ensino normal da cadeira;
- 3) A realização de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização;
- 4) A execução e a direção de pesquisas científicas.

A contratação desses professores era proposta à Sociedade Campineira de Educação e Instrução pelo Conselho Técnico Administrativo, ouvida a Congregação.

Nos contratos constavam as atribuições e vantagens conferidas a esses professores contratados, que poderiam sê-lo, contratados nos seguintes casos:

- a) Para cadeiras novas;
- b) No caso de vagas; quando a congregação julgasse que havia interesse essencial do ensino;
- c) Quando, do concurso, não resultasse indicação de qualquer candidato.

⁷³ Informações obtidas a partir de Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas. Anais das Faculdades Campineiras. "Regimento Interno". 1943-1947, p.111

A eles cabiam as mesmas obrigações e deveres dos professores catedráticos.

Os auxiliares de ensino eram nomeados por indicação do professor com as seguintes funções:

- a) Cooperar para a realização do ensino e dos trabalhos de investigação;
- b) Colaborar nos seminários e nas excursões;
- c) Auxiliar os alunos nos exercícios práticos.

Segundo Sá (1984, p.97), o corpo docente era constituído, inicialmente, por 38 professores, sendo:

- Sete sacerdotes, dois deles, doutores pela Pontifícia Gregoriana de Roma e, os outros cinco, diplomados por institutos superiores ou faculdades de Filosofia e Teologia;
- Dois médicos diplomados por faculdade oficial do Rio de Janeiro;
- Dez advogados diplomados por faculdades de Direito oficiais ou do estrangeiro;
- Cinco engenheiros diplomados por escolas politécnicas ou de Engenharia;
- Seis licenciados diplomados por faculdades de Filosofia, Ciências e Letras;
- Dois farmacêuticos ou dentistas, diplomados por e escolas oficiais.

Quanto à contratação do corpo docente para compor essa faculdade não sabemos como foi feita a escolha dos professores. Sabemos, porém, que havia três caminhos: o da contratação de professores campineiros, o da contratação de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo e, o terceiro, seria da contratação de professores estrangeiros. A primeira possibilidade deveu-se ao fato de Campinas ser dotada de uma elite intelectual, tanto que houve uma tentativa anterior de fundar uma faculdade de Filosofia feita pelo Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. As outras possibilidades foram apontadas no trabalho de Sá (1984, p.97-8):

“ Uma das preocupações da mantenedora foi a de ‘aproveitar valores’ da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, alegando que apesar de poder organizar o quadro completo com elementos de Campinas, ‘o largo tirocínio no magistério superior dava aos paulistanos maiores condições para o ‘preenchimento mais cabal do encargo’, proporcionando um ‘maior prestígio à Escola.’”

⁷⁴ Isso faz parte do artigo 76 do Decreto nº19.851 de 11 de abril de 1931.

Ela continua dizendo que: “a organização do corpo docente foi motivo de acirrados debates entre os próprios professores da localidade, dois dos quais confrontaram suas idéias pelos jornais”. E termina com a seguinte fala: “assim enquanto um deles era favorável ‘a escolha de mestres de preferência estrangeiros, alegando não terem os campineiros experiência universitária suficiente para os encargos da cátedra, o outro defendia a arregimentação dos catedráticos entre os valores nacionais”.

Assim de acordo com os discursos acima mencionados, as pesquisas dos relatórios, bem como os depoimentos orais obtidos mostram que, no início da faculdade, os professores eram, em maior número, procedentes de Campinas; porém, posteriormente, talvez no início da década de 1950, houve a contratação de um grande número de professores de São Paulo

Aqui apontaremos indicações dos respectivos professores do Curso de Matemática, de 1942, obtidas no Relatório do 1º e 2º Trimestres de 1942; e, no anexo V, apresentaremos o currículo de cada professor do curso.

- cadeira de Análise Matemática e Análise Superior: Professor Dr. André Tosello,
- cadeira de Geometria: Professor Dr. Lourenço Mártir de Almeida Prado.
- cadeira de Mecânica Racional e Celeste: Professor Dr. Armando Foá.
- cadeira de Física Geral e Experimental: Professor Dr. Anníbal de Freitas.

Considerações Finais

O processo de instalação de universidades católicas iniciou-se, com um concílio católico, ocorrido em 1899 em Roma (Itália), onde decidiu-se de forma consensual a instalação de universidades católicas em toda a América Latina. A Igreja Católica no Brasil passou a manifestar-se com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, em São Paulo, em 1908, que não foi reconhecida pelo governo da época. A manifestação seguinte da Igreja em prol da instalação de institutos superiores no Brasil deu-se com a criação do Centro D. Vital, em 1922 e do Instituto Católico de Ensino Superior em 1932, ambos na cidade do Rio de Janeiro. O Instituto Católico de Ensino Superior oferecia cursos de nível superior: Engenharia, Direito e Medicina, mas esses cursos não receberam o reconhecimento oficial, concedendo aos alunos apenas um certificado de conclusão. Os católicos não buscaram esse reconhecimento o que, segundo Salem, foi devido à existência de correntes de opinião de peso na sociedade brasileira desfavorável à privatização do ensino superior. A Igreja Católica esteve junto ao Estado, diante do controle da educação nas escolas primárias e secundárias. O Estado contava com a Igreja para a tarefa de inculcar nos alunos os valores éticos e morais que revigorariam a cultura nacional. Porém, no ensino superior houve também influência da Igreja inclusive na Faculdade Nacional de Filosofia que era uma componente da Universidade do Brasil. Esta universidade foi construída como uma universidade modelo às demais faculdades existentes no país e à aquelas que viessem a ser criadas. Essa influência foi perdida quando o Estado passou a contratar professores contrários à ideologia católica para lecionarem na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1941, ocorreu a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira universidade católica brasileira. Nesse mesmo ano de 1941 surgiu, como precursora do processo de interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo e talvez como precursora desse processo no interior do Brasil, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Foi criada decorrente de vários fatores que mencionaremos a seguir, além dos já apontados: momento de expansão urbana do município, desde a década de 1920, aliado ao início do processo de industrialização de Campinas nesse período; a existência de uma elite intelectual que

já havia realizado uma tentativa de instalação de uma Faculdade de Filosofia em 1938; a lei nº 21.240, promulgada pelos governos federal e estadual, a qual estabelecia a exigência para o magistério secundário oficial de que os professores possuísem um certificado de uma Faculdade de Filosofia e Ciências para poderem concorrer às cadeiras dos ginásios e escolas e ainda um outro fator sendo a existência de uma outra faculdade- a Faculdade de Odontologia e Farmácia, e de muitas escolas e colégios de primeiro e segundo graus.

No decorrer deste trabalho suscitaram-se algumas questões: Teria a Igreja Católica construído uma infra-estrutura para atrair mulheres para estudar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas? Como ocorreu a escolha dos professores para essa faculdade? Qual o modelo de currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia?

Na tentativa de responder a essas questões verificamos que a Igreja Católica construiu alguns pensionatos para abrigar moças estudantes que procediam de outras cidades, inclusive a Igreja supervisionava constantemente esses pensionatos, no entanto não obtivemos registros sobre a história dos pensionatos para saber os motivos para os quais eles foram criados. Havia também em Campinas um grande número de colégios católicos o que nos fez levantar a hipótese da Igreja ter o interesse em formar professoras para lecionarem nesses colégios.

Quanto à contratação do corpo docente da faculdade tínhamos três hipóteses: a contratação de professores campineiros, a contratação de professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo e a contratação de professores estrangeiros. De acordo com as pesquisas efetuadas nos relatórios, bem como os depoimentos orais, concluímos que no início da Faculdade os professores eram em maior número professores de Campinas.

O currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Campinas teve, como modelo, sob o ponto de vista legal, o currículo do Curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFri), visto que esta faculdade era uma componente da Universidade do Brasil e esta foi instituída, em 1937, como uma universidade modelo às demais faculdades existentes. Na prática, o modelo foi o currículo do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Esta constatação se deu devido a três fatores: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi criada anteriormente à Faculdade Nacional de Filosofia; o

currículo da Faculdade Nacional de Filosofia era muito semelhante ao da referida Faculdade de São Paulo. O procedimento, de contratação de professores estrangeiros foi feito através de uma missão de alto nível, sob a responsabilidade de Teodoro Ramos que era professor da Universidade de São Paulo. Havia algumas diferenças entre o currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas e os currículos dos cursos existentes naquela época. Na faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas havia as disciplinas filosóficas. Consta no Relatório Anual de 1942 que essas disciplinas eram comuns a todos os cursos. Sá (1984, p.112) afirma que as disciplinas, como: Introdução à Filosofia, Filosofia Geral e Psicologia Filosófica foram introduzidas para que todos os alunos da Faculdade tivessem, pelo menos, conhecimentos elementares de Filosofia, sendo a finalidade primeira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas a formação de professores com princípios católicos.

Para finalizar apontaremos algumas questões que poderiam dar seguimento a essa pesquisa: Como vimos anteriormente existia uma semelhança entre o currículo do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas e os demais existentes naquela época. Seria interessante a realização de um estudo comparativo entre o programa do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas e os demais existentes naquela época.

Como no currículo apresentado do Curso de Matemática pg. 45 não havia disciplinas pedagógicas, o aluno recebia o diploma de bacharel em Matemática. No ano de 1945, através do Decreto nº18.263, de 04 de abril de 1945, foi instituído, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas, o Curso de Didática. Sendo assim, a Faculdade passou a conferir o diploma de licenciado em Matemática ao aluno que concluísse o Curso de Matemática e o Curso de Didática. Sendo assim uma pergunta que fica é porque isso não aconteceu desde a primeira turma, já que esse curso formava professores?

E uma última questão é qual a produção matemática dos professores do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas? Como caracterizar esses professores?

Referências Bibliográficas

- ♦ AMARAL, L. **Campinas**: Recordações. []: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927.
- ♦ AZEVEDO, F. **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, [19--].v.1.
- ♦ BARBOSA, V. **O Pensamento Católico e a Universidade**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- ♦ BAROLIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- ♦ BARONI, R.L.S.; NOBRE, S.R. A Pesquisa em história Da Matemática e Suas Relações com a Educação Matemática: In: Bicudo, M.A.V. (Org.). **Pesquisa em Educação Matemática**: Concepções e Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.
- ♦ BATTISTONI, D.F. **Campinas**: uma Visão Histórica. Campinas: Pontes Editores, 1996.
- ♦ BEOZZO, J.O. **Cristãos na Universidade e na Política**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ♦ CAMPINAS. In: Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro : Enciclopédia Britannica do Brasil, 1965, v.4, p.13-14.
- ♦ CAMPINAS. In: Enciclopédia Mirador Internacional. Rio de Janeiro. Enciclopédia Britannica do Brasil, 1975, v.5, p.1967-1969.
- ♦ CASALI, O. **Elite Intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ♦ CUNHA, L.A. **A Universidade Temporã**: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1980.
- ♦ CUNHA, C. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.
- ♦ CUNHA, L.A. **Escola Pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez. 1986.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. Regimento Interno. **Anais das Faculdades Campineiras, 1943-1947**, Campinas, [1948?].

- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRA. **Relatório anual de 1942.** Campinas, 1942.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. **Relatório anual de 1943.** Campinas, 1943.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. **Relatório anual de 1944.** Campinas, 1944.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. **Relatório trimestral de 1942.** Campinas, 1942.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. **Relatório trimestral de 1943.** Campinas, 1943.
- ♦ FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. **Relatório trimestral de 1944.** Campinas, 1944.
- ♦ FÁVERO, M.L.A. A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.10, p.16-32, jan-abr.1999.
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **A Universidade do Brasil: Das Origens à Construção.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Comped/Inep, 2000. v.1.
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **A Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Comped/Inep, 2000. v.2.
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. v.1.
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente matizes de uma proposta autoritária.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. v.2
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. v.3
- ♦ FÁVERO, M.L.A. **Faculdade Nacional de Filosofia: os cursos começando a desenrolar um novelo.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. v.4
- ♦ FUNDAÇÃO das Faculdades Campineiras Coincide com o início da Segunda Guerra Mundial. **Jornal da PUCCAMP**, Campinas, v.6, nº 53, 1995.

- ♦ FUNDAÇÃO da Universidade Católica de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/conheca/historico/principal.htm>> . Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/historico/historico.html>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.br/historico/histori.html>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de Campo Grande. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/instituicao/historia>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de Goiania. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucgadminist/oficio.htm>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de Recife. Disponível em: <http://www.unicap.br/html/frm_instit_historia.html>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/index.html>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRIA da Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/puc/hist.html>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRICO da Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <<http://www.ucb.br/conheca/61.htm>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRICO da Universidade Católica de Curitiba. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/historico.html>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ HISTÓRICO da Universidade Católica de Pelotas. Disponível em <<http://www.ucpel.tche.br/paginas/escola/letras/historico.htm>>. Acesso em 29 mar. 2001.
- ♦ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. São Paulo. Rio de Janeiro, 1957, v.28.
- ♦ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografia do município de Campinas**. Rio de Janeiro, 1952.
- ♦ MANOEL, I.A. **Igreja e Educação Feminina 1959-1919** (Uma face do conservadorismo). São Paulo: Editora UNESP, 1996.

- ♦ MAY, K. **Bibliography and Reserch Manual of History of Mathematics**. Toronto: University of Toronto Press, 1973.
- ♦ MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- ♦ MOURA, O. **Idéias Católicas no Brasil** (Direções do pensamento católico no Brasil no século XX). São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- ♦ NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**: introdução às suas técnicas. 2ª. Ed. São Paulo: Nacional, 1969.
- ♦ PAULA, C. F. **Culto à Ciência Monografia Histórica**. Campinas: [s.n.], 1946.
- ♦ REDE ANHANGÜERA DE COMUNICAÇÕES. **Campinas século XX**: 100 anos de história. Campinas, 2000.
- ♦ RIBEIRO, J.A.S.; Ribeiro, M.L. **Campinas de Ontem e de Hoje**. Campinas: Lix da Cunha, 1988.
- ♦ ROMANELLI, O.O. **História Da Educação No Brasil (1930/1973)**. 3.ed. Petrópolis: Vozes,1982.
- ♦ SÁ, J.M.L. **O projeto gerador e a ação inicial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. 1984. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- ♦ SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHARTZMAN, Simon. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p.97-134.
- ♦ SARTORI, L.M. Sugestões de base para uma estrutura geral de ação católica brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis: Vozes, vol 12, p.34-40, 1952.
- ♦ SCHWARTZMAN, S.; BONEY; H.M.B.; COSTA, V.M.R.. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra - FGV, 2000.
- ♦ SCHWARTZMAN, S. **Gustavo Capanema e a Educação**. Disponível em: <<http://www.airbrasil.org.br/simon/portuguese.html>>. Acesso em: 27 out. 2001. As informações obtidas nesse site não estão mais disponíveis. Elas agora encontram-se em: www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm

- ♦ SEMEGHINI, U.C. **Campinas (1860 a 1980):** agricultura, industrialização e urbanização. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1988.
- ♦ SEMEGHINI, U.C. **Do café a indústria:** uma cidade e seu tempo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.
- ♦ SILVA, C.M. **A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a formação de professores de Matemática.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/1925t.htm>>. Acesso em: 26 mar.2002. p.1-9
- ♦ SILVA, C.M. **A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) e a urgência de formar professores e pesquisadores de Matemática.** Porto Alegre, 2002. Trabalho apresentado no Encontro Luso Brasileiro de História da Educação, Porto Alegre, 2002.
- ♦ SOUSA, J.N. **Perspectivas Cristãs da Universidade.** Salvador: [s.n.], 1986. v.2.
- ♦ UM POUCO da história de Campinas. **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica,** Campinas, v.17, n.117, 1985.

Anexo I

Relação dos candidatos ao curso de matemática inscritos no 1º Concurso de Habilitação ocorrido em fevereiro de 1942⁷⁵. Dessa relação apenas três alunos não foram aprovados nesse concurso.

- 1) Odaly Sodré Padilha
- 2) Armando Righeto
- 3) Anna Maria Tereza Villela Lima
- 4) Maria Luiza Viana de Oliveira
- 5) Lídia Fratini Scares
- 6) Silvia Ferreira Jorge
- 7) Guiomar Rodrigues de Moraes
- 8) Cecília Nardim
- 9) Aglaé de Lourdes Peffer
- 10) Álvaro Pereira Rizzi
- 11) Osvaldo Savi Lucon
- 12) Maria Tereza Ferreira da Silva
- 13) Olidair Ambrósio
- 14) José Moreira Senna
- 15) Antônio Loureano
- 16) Virgolina Murça Pires
- 17) Ciomara Cascelli
- 18) Iolanda Franco
- 19) Clercy Sbragia
- 20) Regina Penteado de Freitas
- 21) Bento Braga Neto

⁷⁵ * Relatório do 1º e 2º trimestre do ano letivo de 1942. Dr. Henrique Pinheiro de Souza Campos, Inspetor Federal de Campinas 25/07/1942.

- 22) Sonia Smanio
- 23) Elza Salvatori Berquó
- 24) Carols Polimeno
- 25) Francisco D'Agostino
- 26) Pedro Nunes Rocha
- 27) Francisco João Carlos Eberi
- 28) Ricardo Perruzo
- 29) Sebastião Ferraz de Campos
- 30) Maria Cecília Betim Bicalho
- 31) Hermínio de Oliveira Souza
- 32) Manoel Basílio M, de Barros
- 33) Arí de Vito
- 34) Henrique Andrade Patrício

Anexo II

Pontos Organizados para o Concurso de Habilitação, ano letivo de 1942. Curso de matemática.

Disciplina Português. Exame realizado em 21 de fevereiro de 1942.

- 1) Me contaram hontem uma anedota, que eu vou te repetir agora.
- 2) É possível que o prefeito proveja agora os logares de adjuntos, de 1ª classe. Si previsse á medida que se dão as vagas, seria mais comodo.
- 3) Hontem houve um assassinato na rua do Riachuelo. O assassinato ainda que debutante no crime, agiu com requintada crueldade.
- 4) Tenho falado aos homens os mais notaveis do paiz, nos momentos os mais solenes, e nunca recebi d'eles a descortezia a mais ligeira.
- 5) Á meus caros irmãos, lembrança de quem tanto lhe estima.
- 6) Essa estrada que nós nos deviamos alí atraz é a que leva na fazenda do Antônio, não lembra, Jacinto, que nós fomos lá?
- 7) Assinado o tratado, foram logo votadas pelo congresso dos dois paizes as imprescindíveis retificações.
- 8) Esse caso de rebelião em Goiáz, que os jornais têm se ocupado, está muito mal conhecido.
- 9) Dae a Cesar o que é de Cesar, á Deus o que é de Deus.
- 10) Os meridianos são ciculos traçados perpendicularmente o equador passando pelo centro da terra, que a divide em dois hemisférios; o oriental e o ocidental.
- 11) Quando chegamos no palacio do Sr. Cardeal, sua Eminencia, que se achava ligeiramente indisposta, já se havia recolhido, mas ainda assim mandou-nos entrar.
- 12) Trabalhamos muito, de modo a podermos juntar o dinheiro necessário para construir a casa.
- 13) Não chegaram a haver conflitos devido a prudencia do delgado.
- 14) Pedro é um rapaz de grande descrição, capaz de guardar qualquer segredo dos outros, que fará os dele mesmo.

- 15) O batalhão passou por aqui em marcha sceleradíssima.
- 16) As esperanças que ainda me resta de levantar um grande empréstimo no banco é que me vae animando um pouco.
- 17) Este programa está dividido em duas sessões.
- 18) Vae-se presseder um inquerito para apurar o caso das estampichas falsas.
- 19) Tudo que fizeres, faze-lo de modo a obter o aplauso de todos.
- 20) Hoje vamos deseccar os musculos do ante-braço.

Composição:

A semana santa.

Disciplina Matemática. Exame realizado no dia 21 de fevereiro de 1942.

- 1) Determinar os valores de a para os quais o polinômio $64x^3 + a^2x^2 - ax - 70$ é divisível por $(x - 1)$. Para cada valor de a determinar o valor do quociente da divisão.
- 2) Três números em progressão aritmética têm para soma 15; adjuntando-lhes respectivamente 1, 4 e 19 obtém-se três números em progressão geométrica. Escrever as duas progressões.
- 3) No sistema de equações

$$3x - 4y + 2z - 1 = 0$$

$$2x + 3y - 8 = 0$$

$$5x - 5y + 4z - 7 = 0$$

achar, empregando determinantes o valor de z .

- 4) Um folheiro necessita construir uma vasilha cônica de 2 litros de capacidade e de 25 centímetros de altura. Qual é o raio e o ângulo de sector circular que deve cortar?
- 5) Num triângulo A, B, C são dados: $A = 35^\circ.01'$, $a = 28.50$ e $c = 44.25$. Calcular B, C e b .

Disciplina de Física. Exame realizado no dia 21 de fevereiro de 1942.

Problemas:

- 1) Um corpo que parte do repouso adquire um movimento acelerado e possui no fim de 10 segundos a velocidade de 25m. Qual a distância por ele percorrida em 20 segundos e qual velocidade possui neste instante?
- 2) Duas forças concorrentes formam entre si um ângulo de 60° . Achar a força resultante, sabendo que uma das forças vale 15 kgr força, e sua relação com a outra é 5.
- 3) Qual a repulsão exercida por um corpo carregado com 4 coulombs de eletricidade sobre outro que tem a carga de 5 coulombs, situado a 3 decímetros de distância?
- 4) Uma corda sonora de 90 cm, de comprimento produz o sol. Que comprimento se deverá dar-lhe para que produza o lá?

Questões:

- 1) Qual a lei que está sujeita a gravidade e qual a representação analítica dessa lei?
- 2) Que se entende por intensidade de gravidade e porque a expressão intensidade da gravidade é também tomada como sinônima de aceleração da gravidade?
- 3) Mostrar como é possível na máquina de Atwood fazer variar a velocidade da queda dos corpos.
- 4) Estabelecer racionalmente a proporcionalidade entre as forças e as acelerações.
- 5) Demonstrar que nas alavancas o trabalho motor é igual ao trabalho resistente.
- 6) Estudar a condutibilidade do calor pelo problema do muro.
- 7) Mostrar a relação entre as qualidades do som e os elementos do movimento vibratório.
- 8) Mostrar como varia a posição do foco luminoso em um espelho curvo em relação á posição da fonte luminosa.
- 9) Quais as leis de refração da luz e qual a causa deste fenômeno?
- 10) Indicar a lei de Ohm e as relações entre a resistência do circuito e as circunstâncias que influem nesta grandeza.

Disciplina Lógica: Exame realizado no dia 23 de fevereiro de 1942.

- 1) O que é lógica?
 - 2) Como se divide a lógica?
 - 3) Mostre por meio de um exemplo, o que se entende por extensão do termo.
 - 4) Idem, compreensão.
 - 5) Como se divide os termos?
 - 6) O que é definição?
 - 7) Dê duas regras de definição.
 - 8) Quantos elementos encerra o juízo?
 - 9) Por que as proposições negativas sempre distribuem o predicado?
 - 10) Por que razão uma definição, distribui tanto o sujeito como o predicado?
 - 11) Que é raciocínio?
 - 12) Que distinção faz entre indução e dedução imediata?
 - 13) O raciocínio indutivo vai sempre do particular para o geral?
 - 14) Que é conversão?
 - 15) Que é dilema?
 - 16) Arrange os seguintes argumentos na ordem lógica: o espírito não é pezado, porque só a matéria pezada e o espírito não é matéria.
 - 17) Supra remissas a seguinte conclusão: os reis não são infalíveis.
 - 18) Que diferença há entre sofisma e paralogismo?
 - 19) É verdade que o silogismo não leva a nenhuma descoberta ou invenção?
 - 20) Que é axioma?
- Dissertação: Método das Ciências e Históricas. Regras do silogismo. Quantas e quais as regras do silogismo?

Anexo III

Apresentaremos aqui quais eram as deveres dos órgãos responsáveis pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.

Era de competência do Diretor:

- 1) Superintender a todos os serviços administrativos da Faculdade;
- 2) Representar a Faculdade, perante os poderes públicos;
- 3) Conferir graus e assinar junto ao Chanceler e o Reitor da Universidade os diplomas expedidos pela Faculdade;
- 4) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação;
- 5) Fiscalizar a fiel execução do regime didático;
- 6) Manter a ordem em todas as dependências da Faculdade;
- 7) Conceder férias e licenças regulamentares;
- 8) Dar posse aos docentes;
- 9) Entender-se com os poderes superiores do ensino sobre as questões que interessassem a Faculdade;
- 10) Rubricar os livros necessários à documentação escolar;
- 11) Contratar e dispensar o pessoal administrativo autorizado;
- 12) Apresentar anualmente à Sociedade Campineira de Educação e Instrução o balanço financeiro e o relatório dos trabalhos da Faculdade;
- 13) Submeter anualmente à aprovação da Sociedade a proposta de orçamento à Faculdade;
- 14) Nomear os auxiliares da administração e do ensino;
- 15) Encerrar junto ao Inspetor Federal os termos de matrícula e exame de alunos e de inscrição para concurso de vagas do corpo docente ;
- 16) Fazer carregar a receita, efetuar as despesas e fiscalizar a aplicação das verbas;
- 17) Designar interinamente professores, nos termos deste Regimento
- 18) Velar pela fiel execução deste Regimento;
- 19) Representar a Faculdade no Conselho Universitário

- 20) Apresentar até o dia 31 de janeiro de cada ano ao Reitor o relatório das atividades do ano escolar anterior;
- 21) Atentar às requisições de dados estatísticos feitos pela Secretaria Geral, Contabilidade Geral ou Biblioteca Central;
- 22) Atender a tudo quanto dispõe o Regimento interno da Universidade⁷⁶.

O Conselho Técnico Administrativo era composto por seis professores em exercício, não necessariamente catedráticos.

Cabia ao Conselho Técnico administrativo:

- 1) Reunir-se em sessões ordinárias e algumas extraordinárias (de acordo com a convocação do Diretor);
- 2) Elaborar o regimento interno da Faculdade;
- 3) Designar as comissões examinadoras de concursos e de defesa de tese;
- 4) Propor os professores a serem contratados;
- 5) Uniformizar os programas das cadeiras organizados pelos professores;
- 6) Deliberar sobre as condições de pagamento pela execução de cursos remunerados;
- 7) Organizar as comissões examinadoras para as provas de habilitação dos alunos;
- 8) Constituir comissões especiais de professores para estudos de assuntos que interessassem à Faculdade;
- 9) Encaminhar à Congregação, devidamente informada a procedência de seus fundamentos;
- 10) Aprovar os estatutos do Diretório Acadêmico e reconhecer a Diretoria eleita.

A Congregação era constituída por professores catedráticos efetivos, por docentes livres em exercício de substituição, por um representante dos docentes livres, por estes eleito e por professores contratados. E à Congregação competia:

- 1) Aprovar os programas de ensino;
- 2) Resolver em grau de recurso todos os casos que lhe forem conferidos pela legislação federal;

⁷⁶ Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas, Regimento Interno. In: Anais das Faculdades Campineiras - 1943-1947. Campinas, [1948?], p.104 e 105.

- 3) Propor à Sociedade Campineira de Educação e Instrução medidas aconselháveis ao aperfeiçoamento do ensino;
- 4) Auxiliar o diretor na observância do Regimento Interno;
- 5) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse a Faculdade que não fosse de competência do Diretor ou Conselho;
- 6) Desempenhar na realização dos recursos as incumbências que lhe forem conferidas;
- 7) Eleger seu representante e o suplemento no Conselho Universitário⁷⁷.

⁷⁷ Essas informações foram obtidas a partir de Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas, Regimento Interno. In: Anais das Faculdades Campineiras - 1943-1947, 1948?, p.106-107.

Anexo IV

Breve currículo dos professores que participaram da comissão examinadora dos exames escritos e orais do curso de matemática para o concurso de habilitação⁷⁸.

- Professor Paulo Silva Pinheiro, bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Municipal de Muzambinho em Minas Gerais e Engenheiro Civil pela Escola Politécnica de São Paulo
- Professor Lourenço Martyr Almeida Prado, engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro.
- Professor Anníbal de Freitas, realizou o curso parcelado preparatório completo, prestado no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Também cursou Farmácia na Escola de Odontologia e Farmácia de São Paulo.
- Professor Armando Foá, engenheiro Civil com doutoramento pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Nápoles. Foi catedrático de mecânica racional e celeste na FFCL de Campinas.
- Monsenhor Emílio José Salim. Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália). Catedrático de sociologia; contratado para Sociologia Educacional e Filosofia da Educação.
- Professor Ciro Rocha Prado, professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal Oficial “Carlos Gomes” de Campinas. Foi professor da cadeira de psicologia educacional na FFCL de Campinas.
- Professor Arlindo Veiga dos Santos, professor contratado para assistente nas disciplinas de introdução à filosofia e lógica da cadeira de filosofia do curso de filosofia da FFCL de Campinas.
- Professor Francisco Ribeiro Sampaio, professor de português no Ginásio do Estado em Campinas. Foi professor da cadeira de Filosofia e Língua Portuguesa da FFCL de Campinas.

⁷⁸ Esses dados foram obtidos nos relatórios anuais da FFCL de Campinas de 1942.

- Pe. Angelo Rossi, licenciado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália). Catedrático de Filosofia, contratado para Cultura Religiosa, Ética Profissional e Didática Catequética.
- Pe. Ludovico Kauling, licenciado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Tilburg (Holanda). Foi professor de História da Filosofia na FFCL de Campinas.

Não obtivemos os currículos dos professores: Cirilo Ramos, José de Almeida, Adalberto Prado e Eduardo D. Badaró.

Anexo V

Abaixo temos o currículo dos primeiros professores do curso de matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas.

Professores catedráticos em exercício no ano de 1942.

- Professor Dr. Paulo Silva Pinheiro: cadeira de crítica do princípio e complementos de matemática. O professor Paulo era nascido na cidade de Guaranésia (MG) a 06 de janeiro de 1908, brasileiro, casado e filho de José Custódio Pinheiro e Esmeralda Silva Pinheiro. Era bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Municipal de Muzambinho em Minas Gerais e Engenheiro Civil pela Escola Politécnica de São Paulo. Foi professor de matemática no Ginásio Anglo Brasileiro de São Paulo e professor particular aos cursos de pré-engenharia da Politécnica, Mackenzie. Foi engenheiro chefe da 2ª sessão técnica, sessão de construção e operação da diretoria de águas e esgotos da prefeitura municipal de Campinas.

- Professor Dr. André Tosello: cadeira de análise matemática e análise superior. André era natural de São Paulo (SP), nascido a 31 de julho de 1914. Bacharel pela Escola superior de Agricultura de Piracicaba e diplomado pela Escola Prática de Contabilidade “Moraes Barros” de Piracicaba, Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Foi assistente efetivo de mecânica e máquinas além de assistente da cadeira de Engenharia da Escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz”. Foi professor de matemática da 3ª sessão do colégio Universitário e também professor catedrático de máquinas agrícolas da Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro. Encarregado da sessão de mecânica agrícola do Serviço Científico de Engenharia do Instituto Agrônomo da Universidade de São Paulo. Foi classificado com distinção no concurso de catedrático em máquinas agrícolas na escola anteriormente mencionada.

- Professor Dr. Lourenço Martyr de Almeida Prado: cadeira de geometria. Nascido em Jaú (SP) a 24 de junho de 1901, realizou o curso fundamental no ginásio do Estado em

Campinas, era também Engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Foi encarregado nos cálculos de topografia e triangulação no serviço do cadastro municipal de Campinas(1934-36), engenheiro auxiliar da 1ª sessão técnica da diretoria de água e esgotos, encarregado de projetos e orçamentos relativos as redes de água e esgoto, medidores de água, cargo exercido desde 1938.

- Professor Dr. Anníbal de Freitas: cadeira de física geral e experimental. Nascido em Rezende (RJ) a 15 de junho de 1885. Realizou o curso parcelado preparatório completo, prestado no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Também cursou Farmácia na Escola de Odontologia e Farmácia de São Paulo. Foi professor de física , química, história natural e matemática nos educandários: Colégio progresso Campineiro, Ginásio do Estado, Instituto “Cesário Mota”, Colégio “Santa Maria”, Ateneu Paulista, Escola de Comércio Bento Quirino, todos em Campinas. No Ginásio do Estado prestou concurso para a cadeira de física e química. Publicou os seguintes trabalhos científicos: “Noções de Química Geral”, “Curso de Física”, “A pressão osmótica e os pesos moleculares”, “As causas da coloração da água”, Moderno Conceito dos Fenômenos Físicos”. Foi examinador no concurso de geometria e trigonometria, de história natural, mecânica e astronomia do Ginásio do Estado em Campinas e de história natural no Ginásio do Estado em Ribeirão Preto.

Abaixo temos o currículo dos catedráticos que no ano de 1942 estavam exercendo inteiramente outras cadeiras:

- Professor Dr. Armando Foá. Catedrático de mecânica racional e celeste, contratado para exercer inteiramente a cadeira complementos de matemática no curso de matemática. Nascido em Nápoles na Itália a 9 de fevereiro de 1912 e naturalizado brasileiro fez curso ginásial no Liceu “Humberto Primo” em Nápoles na Itália e Engenharia Civil com doutoramento pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Nápoles. Foi assistente do Instituto de Meccanica applicata alle macchine da Faculdade de Engenharia da Universidade de Nápoles e docente de Elementos de Termotécnica, no Intituto Superior Naval de Nápoles (Itália). Foi classificado em concurso de oficial de gênio aeronáutica em Roma na Itália. Seus

trabalhos científicos foram: “Provas com Gasogênio”, e vários outros trabalhos publicados no boletim Instituto de Engenharia de São Paulo. Foi técnico contratado do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo em Campinas para execução de ensaios com motores e gasogênio e funcionário da Secção de Engenharia do mesmo Instituto.

Aqui temos os nomes dos auxiliares do ensino, assistentes.

- Osvaldo Sangiorgi: contratado para assistente na cadeira de física geral e experimental do curso de matemática. Nasceu em São Paulo (SP) a 09 de maio de 1920. Realizou o curso secundário fundamental no Liceu “Coração de Jesus” em São Paulo e curso secundário complementar (Pré) na 3ª secção do Colégio Universitário da Universidade de São Paulo. Fez curso superior em matemático na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo tornando-se bacharel. Além disso fez curso de didática na mesma Faculdade. Foi professor nos ginásios: ginásio do Estado da Capital (São Paulo), Ginásio Paulistano da Capital de São Paulo e em diversos cursos complementares das disciplinas matemática e física, bem como professor no curso de férias da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e também preparador de seminários matemáticos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo sob a orientação do professor Giacomo Albanese.

No ano de 1942 o professor Paulo Silva Pinheiro foi professor de complementos de matemática nos curso de ciências sociais e pedagogia. E o professor Armando Foá foi quem lecionou complementos de matemática no curso de matemática já que ele catedrático da cadeira de mecânica racional que só passaria a figurar no ano de 1943, pois fazia parte do currículo da segunda série.

Já no ano de 1943 as cadeiras existentes eram análise matemática que tinha como professor André Tosello, geometria tinha como professor Lourenço Martyr de Almeida Prado, mecânica racional tinha como professor Armando Foá, física geral e experimental tinha como professor Anníbal de Freitas e complementos de matemática tinha como professor Paulo Silva Pinheiro.

A única contratação feita foi a do professor Eduardo Millen assistente para a cadeira de física geral e experimental já que havia sido terminado o contrato com o professor Osvaldo Sangiorgi, pois os contratos tinham duração de um ano.

Segue o currículo do professor Eduardo Millen:

- O professor Eduardo Millen nasceu na cidade de Santa Bárbara (SP) a 13 de janeiro de 1915. Realizou o curso secundário na Escola Normal Oficial de Piracicaba (SP) e o curso superior na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo”. E estava fazendo engenharia eletricista na Internacional Corresp. Schools” quando iniciou suas atividades na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas. Foi professor de física teórica da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, foi professor no Colégio Universitário (desde 1938), professor de física, química e história natural da Escola de Comércio “Cristóvão Colombo” de Piracicaba (SP).

Segundo o relatório anual de 1944 as disciplinas existentes nesse ano eram física geral e experimental cujo professor era Anníbal de Freitas, geometria cujo professor era Lourenço Martyr de Almeida Prado, análise matemática cujo professor era André Tosello, mecânica racional e celeste cujo professor era Armando Foá e complementos de matemática cujo professor era Paulo Silva Pinheiro.

Ocorreram duas novas contratações que foram os professores Sergio Sonnino e Rino Natal Tosello, professores assistentes de geometria superior e análise matemática respectivamente.

Segue o currículo dos professores assistentes contratados no ano de 1944:

- Professor Sergio Sonnino nasceu na cidade de Reggio Calabria na Itália a 23 de novembro de 1916. Realizou curso secundário em Pisa na Itália e o curso superior de ciências matemáticas com doutorado na Universidade de Pisa na Itália. Fez curso avulso de estatística, matemática e cálculo atuarial. Falava várias línguas como: português, francês, alemão além do italiano. Foi ex-professor de mecânica racional, hidrodinâmica e aerodinâmica da Escola Técnica do Exército do Rio de Janeiro e professor das disciplinas de análise infinitesimal e geometria analítica.

- Professor Rino Natal Tosello nasceu na cidade do Rio das Pedras (SP) a 23 de dezembro de 1917 e realizou o curso secundário na Escola “Luiz de Queiroz” em Piracicaba (SP), curso de comércio na Escola de Comércio “Christóvão Colombo” em Piracicaba (SP) e fez curso superior de agricultura tornando-se agrônomo pela Escola “Luiz de Queiroz” de Piracicaba (SP). Foi professor de matemática deu aulas avulsas a alunos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

Anexo VI

Segue a lista dos livros de matemática existentes na biblioteca específica de matemática no ano de 1942.

Appell, P. - Traité de Mécanique Rationelle. (5 vols.).

Lecornu, L. - Traité de Mécanique (3 vols.).

Lérry, P. - Cours de Mécanique.

Julia, G. - Cours de Cinématique.

Appell, G. - et J. Chappuis- Leçons de Mécanique Elémentaire.

Comissaire, H. et G. Cagnac- Cours de Mathématiques spéciales, volume IV, Mécanique.

Marcolongo, R. - Meccanica Razionale (2 vols.).

- Lezioni di Meccanica Razionale dettate nelea, R. Università di Napoli.

Boll, M. et A. Féry- Précis de Physique (2 vols.).

Steeds, W. Mechanism and the Kinematics of Machines.

Castelnuovo, Guido- Calcolo delle Probabilità.

Pincherle, Salvatore- Lezioni di Calcolo infinitesimale (2vols.).

- Lezioni di Algebra Complementare (2 vols.).

- Gli elementi della teoria delle funzioni analitiche.

Severi, Francesco- Lezioni di Analise.

Vitali, Guiseppe e Sansone Giovanni- Moderna teoria delle funzioni di variabile reale (2 vols.).

Vivanti, Giulio- Lezione di Analise Matemática.

- Exercisi di Analise Matemática.

Picard, Emile- Traité d'Analyse (3 vols.).

Ch. De la Vallée Poussin- Cours d'Analyse infinitésimale (2 vols.).

Appell et Dautheville- Précis de Mécanique Rationelle.

Appell- Elementes d'analyse infinitésimale.

Comberouse, Ch. De - Algèbre Supérieure

Berzolari- II metodo delle coordinate.

Serret, I.A. - Algèbre Supérieure.

Vivanti, G. - Elements de la Théorie des Vecteurs.

Buerklen- Aufgaben Zur Analytischen Geometrie des Raumes.

Hausner, Analytische Geometrie der Ebene.
Analytische Geometrie des Raumes.

Wieleitner- Geschichte der Mathematik.

Hessenberg- Ebene und sphaerische Trigonometrie.

Wentworth, G. College Algebra.

Ziwetand Hopkins- Analytic Geometry.

F.G.M.- Exercices de Géométrie descriptive.

Catalan, E. - Analyse.

Dostor, G. - Eléments de la Théorie des Determinants

B.C.T.P.- Mathématique.

Serret, J.A. . Trigonométrie.

Koehler, J.- Géométrie Analytique.

Brink- Analytic Geometry.

Bubb- Descriptive Geometry.

Dickson- First Course in the theory of Equations.

Anexo VII

Relação do material existente no gabinete de matemática em 1942

Mapas de Geometria pelo aspecto:

- Linhas e ângulos;
- Triângulos;
- Quadriláteros;
- Polígonos- Círculo;
- Área das figuras planas;
- Sólidos circulares;
- Sólidos Poliedros;
- Área e volume dos sólidos poliedros;
- Área e volume dos sólidos circulares;
- Poliedros regulares;
- Cilindro com corte de elipse;
- Cone com corte de elipse;
- Duplo cone com corte de elipse;
- Cone com corte de parábola;
- Elipse com as suas mais importantes relações lineares;
- Esfera;
- Cone;
- Superfícies;
- Poliedros regulares;
- Linhas e combinações de linhas;
- Prismas e pirâmides;
- Cilindro
- Quadro do sistema métrico.

Coleção de cartões para demonstração de aparelhos e figuras geométricas⁷⁹.

⁷⁹ Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas. Relatório Anual de 1943, p.128.

Anexo VIII

Pontos organizados para a 3ª Prova Parcial no ano letivo de 1945, Curso de Didática, 1ª época. Disciplina Didática Especial de Física, realizado em 15 de dezembro de 1945.

1: a) Apreciação geral do estudo da Física no curso secundário.

1: b) Plano de uma aula sobre a natureza da energia radiante.

2: a) Crítica do programa de Física adotado na Reforma Francisco de Campos.

2: b) Plano de uma sabatina escrita sobre a unidade VI as 1ª série do curso científico, do atual programa de física.

3: a) Apreciação geral do método de Física. Plano para a organização de uma lista de pontos para exame oral de física na 2ª série do curso científico, de acordo com o programa em vigor.

4: a) Crítica do atual programa de física adotado no ciclo colegial.

4: b) Plano de uma aula sobre trabalho mecânico.

5: a) Apreciação geral do aprendizado da física na formação intelectual dos indivíduos.

6: a) Plano de uma aula inaugural de física no ciclo colegial.

Anexo IX

Pontos organizados para a segunda Prova Parcial do ano letivo de 1945, Curso de Didática (Matemática). Época 1ª. Disciplina Didática Especial de Matemática. Exame realizado em 20 de novembro de 1945.

Comissão Examinadora: Professor Francisco Carlos de Paula, Professor Armando Foá e Professor João Gumercindo Guimarães

- 1: a) Descrever o valor educativo da matemática;
- 1: b) Plano de aula sobre a esfera.

- 2: a) Indicar como deve proceder o professor para despertar o interesse do aluno pela matemática.
- 2: b) Plano de aula sobre equação da linha reta.

- 3: a) É certo que a matemática para os problemas da vida prática e como base para a boa compreensão de outras disciplinas;
- 3: b) Plano de aula sobre a pirâmide.

- 4: a) Utilidade da matemática para os problemas da vida prática e como base para a boa compreensão de outras disciplinas;
- 4: b) Plano de aula sobre binômio de Newton.

- 5: a) Resumo histórico da matemática desde a Antigüidade até o século XVII exclusive;
- 5: b) Plano de aula sobre resolução trigonométrica do triângulo retângulo.

- 6: a) Resumo histórico da matemática à partir do século XVII até o presente.

6: b) Plano de aula sobre números primos e suas aplicações.

Anexo X

Nos primeiros tempos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas este jardim se prestava à vários atos coletivos dos seus alunos. Ofereceu café em reuniões festivas após a comunhão geral dos retiros e na páscoa, além de ter sido celebradas missa campais e as festas juninas⁸⁰.



Figura 3- Foto do jardim do Pátio dos Leões. Foto obtida nos Anuários das Faculdades Campineiras de 1943-1947.

⁸⁰ Essas informações foram obtidas no texto "O Sobrado Dos Barões de Itapura", fornecido pela biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas *Campus I*, sem indicação de data e autor.

Anexo XI

Documentos que comprovam a hipótese do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas ter fundado uma faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Campinas.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPINAS

Séde Provisória: CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
Rua da Conceição, 12 - Caixa, 76 - CAMPINAS

CIRCULAR N.º 2

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Diretor - Dr. Olavo Marcus da Rocha e Silva

Deão dos Cursos - Cônego Dr. Emilio J. Salim

Vice-diretor - Prof. Nelson Omega

Secretário geral - Dr. José Maria Bicalho

1.º Secretário - Dr. Armando Strazzacappa

2.º » - Prof. Celso Ferraz de Camargo

Bibliotecário-arquivista - Dr. José Proença Pinto de Moura

SECRETÁRIA DA FACULDADE

Maria Gladys de Barros Gomura

CORPO ADMINISTRATIVO E DOCENTE

XX. — O corpo docente e administrativo da Faculdade está assim organizado para o ano letivo de 1938 :

a) Conselho técnico-administrativo :

Diretor — *Dr. Olavo Marcus da Rocha e Silva* —
Deão dos Cursos — *Cônego Dr. Emílio J. Salim* —
Vice-diretor — *Nélson Omega* —
Secretário geral — *Dr. José Maria Bicalho* —
I.º Secretário — *Dr. Armando Strazzacappa* —
II.º " — *Prof. Celso Ferraz de Camargo* —
Bibliotecário-arquivista — *Dr. José Proença Pinto de Moura* —
Secretário da Faculdade — *Maria Gladys de Barros Gomara* —

b) Corpo Docente para o ano de 1938 :

Curso de Filosofia :

Psicologia geral e História da Filosofia — *Prof. Miguel Homem Pinto Carvalho.* —
Moral, Lógica e Filosofia das Ciências — *Prof. Pe. Ludovico Kauling, M. S. C.* —
Sociologia geral e especial — *Prof. Cônego Dr. Emílio J. Salim* —
Psicologia experimental e aplicada — *Prof. Dr. Olavo Marcus da Rocha e Silva.* —

Curso de Matemática e Física :

Geometria Analítica e História da Matemática — *Prof. Dr. Lourenço de Almeida Prado.* —
Análise Matemática — *Prof. Dr. Paulo Pinheiro.* —
Cálculo Vetorial e Mecânica Racional — *Prof. Dr. Frederico Guilherme Castilho Lisboa.* —
Física geral e experimental — *Prof. Aníbal Freitas.* —
Físico-Química e História da Física — *Prof. Dr. José Maria Bicalho.* —

Curso de Química :

Química inorgânica e orgânica — *Prof. João Fiorcello Reginato.* —
Química geral e História da Química — *Prof. Dr. José Maria Bicalho.* —

Curso de História Natural :

Biologia geral — *Prof. Dr. José Proença Pinto de Moura.* —
Fisiologia geral e experimental — *Prof. Dr. Armando Strazzacappa.* —
Zoologia geral e sistemática — *Prof. Dr. Tácito Monteiro de Carvalho e Silva.* —
Mineralogia — *Prof. Dr. Henrique Sauer Filho.* —

Curso de Geografia e História :

Cosmografia, Geofísica, Geografia humana e económica — *Prof. Dr. Duílio Ramos.* —
História da Civilização — *Prof. Dr. Sebastião Otranto.* —
História da Civilização Americana e Brasileira e
Metodologia Histórica e Pre-história — *Prof. Celso Ferraz de Camargo.* —

Curso de Letras Clássicas e Modernas :

Filologia geral e portuguesa — *Prof. Benedito Sampaio.* —
Filologia grega — *Prof. Dr. Henrique Augusto Vogel.* —
Filologia latina — *Prof. Luís de Arruda Camargo.* —
Literatura grego-latina e Literatura comparada — *Prof. Nélson Omega.* —
Literatura luso-brasileira — *Prof. Rev. Herculano Gouveia Júnior.* —
Língua e Literatura inglesa — *Prof. Dr. Reginaldo Dealtry.* —
Língua e Literatura árabe — *Prof. Max Farjallah.* —

Curso de Ciências Políticas e Sociais e de Administração e Finanças para bacharelato :

Direito Civil e Constitucional — *Prof. Dr. Lino de Moraes Leme.* —
Economia Política e Finanças — *Prof. Dr. Carlos Lencastre.* —
Contabilidade Pública e de Transporte — *Prof. Dr. José Roberto Lucas.* —
Matemática Financeira — *Prof. Dr. Carlos Francisco de Paula.* —
Direito Político e Administrativo — *Prof. Dr. Edmundo Barreto.* —

Curso Superior de Educação :

Administração e Organização escolar — *Prof. Valdomiro Silveira.* —
Metodologia do Ensino secundário — *Prof. Jorge Leme.* —
História da Educação — *Prof.ª Maria Ary Fonseca.* —
Biologia educacional e Higiene escolar — *Prof. João Gumercindo Guimarães.* —
Ortofrenia — *Prof. Norberto Souza Pinto.* —
Filosofia da Educação — *Prof. Vítor Cunha.* —

Campinas terá uma Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras

O Centro de Sciencias, Letras e Artes, amparado por um grupo de intelectuaes, patrocina sua fundação — Sobre o palpitante assumpto, fala ao "Correio Popular" o prof. Nelson Omega

Em boa hora chegou-nos a noticia que se trabalhava intensamente no Centro de Sciencias, Letras e Artes no estudo do plano da fundação nesta cidade de uma Faculdade de Philosophia Sciencias e Letras.

Procuramos entrevistar com o presidente daquela casa de cultura, o professor Nelson Omega, que se dispoz a nos attender immediatamente.

— Que pretendem os amigos do "O Correio Popular" aqui desta casa?

— Queriamos saber, professor, o que ha de certo sobre a propalada noticia da fundação de uma Faculdade de Philosophia e Letras, em Campinas?

— Realmente pensa-se firmemente em dotar Campinas, de um curso superior de sciencias e letras. O Centro de Sciencias conseguiu polarizar em redor dessa ideia alguns valores capazes de arcar com a tarefa ardua, mas preciosa de lavar por diante essa grande iniciativa. A acolhida franca obtida por essa ideia está patente no apoio ja decidido que nos deram diversos elementos das classes liberas campineiras, bem como o Centro de Cultura Intellectual desta cidade, pela pessoa de seu illustre director, conego dr. Emilio Salim.

— Em que pé estão os trabalhos de preparação de sua util iniciativa?

— Embora nada se tenha noticiado até o presente, o certo é que bem adiantados estão os trabalhos preliminares da fundação da Faculdade. Ja se constituiu uma comissão encarregada de consultar os futuros professores que, tanto quanto possível serão escolhidos em o nosso meio cultural. Essa comissão está elaborando os estatutos e, tal tem sido o interesse manifestado pelos que promettem se matricular nos nossos diversos cursos, que nos vimos na obrigação de apressar os trabalhos preliminares e abrir immediatamente a matricula para as provas vestibulares.

— Que cursos manterá a futura Faculdade Campineira de Philosophia, Sciencias e Letras?

— As Faculdades de Philosophia estão regulamentadas no paiz por leis federaes e orientadas pelo Ministerio de Educação. Ellas devem ter as seguintes secções: — de Philosophia; de Sciencias, que abrange o estudo da mathematica, da Physica, da Chimica e das Sciencias Naturaes; de Letras que comprehende os estudos de Letras Classicas e de Letras Modernas;



Prof. Nelson Omega

de Geographia e de Historia; e de Sciencias Sociais e Politicas. A Faculdade precisará manter o Instituto de Educação e o de Sciencias Economicas.

— Que vantagens auferirão os diplomados por essa Faculdade?

— A Faculdade é antes de tudo de cultura desinteressada. Assim as vantagens precipuas são propinar aos estudiosos de nossa cidade que, no campo da Philosophia, das Sciencias e das Letras, lutam com as mil e uma difficuldades do autodidactismo incerto e pleno de lacunas, os recursos de estudos orientados e systematicos. Nas, outra vantagem decorre da formação deste Instituto entre nós: acontece presentemente que os Governos Federal e Estadual estão exigindo para o magisterio Secundario Official, e mais tarde existirão, segundo reza a Lei 21.340 que codificou os regulamentos do ensino gymnasial, que os professores possuam um certificado de uma Faculdade de Letras e Sciencias, para poderem concorrer as cadeiras dos Gymnasios e Escolas. Normas Assim grande é o numero dos que inte-

ressando-se pela carreira do magisterio secundario, ou nella ja estabelecidos, necessitam possuir um certificado de um curso de especialização superior, para se garantirem pessoa profissão magistral. Ora, dada a sua collocação geographica, dada a facilidade de comunicação com o nosso interior em que já existem innumerous estabelecimentos do ensino secundario nos quaes mouream professores que amanhã poderão ser surprehendidos por leis ha muito promettidas que lhes exigem certificados ou licença de uma Academia Superior, Campinas, está mais de que qualquer outra cidade do Estado, fadada a possuir uma Academia Normal para dipionar os docentes do magisterio secundario do Estado.

— Que titulos são precisos para se conseguir matricula na Faculdade?

— Visto que estamos desejosos de conseguir quanto antes a fiscalização federal para a Faculdade, exigiremos titulos idoneos legalmente requeridos pelas leis do paiz: — tags como diploma de curso superior, certificado de terminação dos cursos gymnasianos e Normal e de Contador, e certificado do registro de professor no departamento Nacional de Ensino. Assim os portadores de qualquer um desses titulos poderão se habilitar ao concurso de ingresso em nossa Faculdade.

— Ques são os elementos que estão empenhados na fundação da Faculdade?

— Até o momento, além da Directoria do Centro de Sciencias, e da adhesão ja manifesta do Centro de Cultura Intellectual, tem se reunido os seguintes entusiastas da nossa causa, o dr. Olavo Rocha Filho, dr. Armando Strazzacapa, dr. José Proença Pinto de Moura, e dr. José Maria Bicalho. E uma vez que o prezado reporter está disposto a dar publicidade aos nossos planos, bem teria que informasse aos interessados que quaisquer outras informações podem ser obtidas na secretaria do Centro de Sciencias.

Estava terminada a nossa entrevista. Despedimo-nos contentos por poder trazer a publico a auspiciosa noticia. Pois, conseguida a fundação da Faculdade, Campinas ganharia mais um titulo sumamente honroso para os seus foros de cidade culta e adiantada: ser a primeira cidade do interior do paiz a possuir uma Faculdade de estudos altos e de pura sciencia.

*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
de Campinas*

O Doutor Cláudio Marcus da Rocha

e Silva, *Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências*

e Letras de Campinas, nomeia o Sr. Norberto de
Souza Pinto para o cargo de professor catedrático
da 42ª. cadeira desta Faculdade, Psicologia
genética e Ortofrenia, para a qual foi indicado
pelo Conselho Técnico-administrativo, na forma
do artigo 42 dos Estatutos.

Diretoria da Faculdade, em Campinas, 4 de abril de 1938.

Cláudio Marcus da Rocha e Silva

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPINAS

Séde Provisória: CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
Rua da Conceição, 12 - Caixa, 76 - CAMPINAS

CIRCULAR N.º 2

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Diretor - Dr. Olavo Marcus da Rocha e Silva

Deão dos Cursos - Cônego Dr. Emilio J. Salim

Vice-diretor - Prof. Nelson Omega

Secretário geral - Dr. José Maria Bicalho

1.º Secretário - Dr. Armando Strazzacappa

2.º » - Prof. Celso Ferraz de Camargo

Bibliotecário-arquivista - Dr. José Proença Pinto de Moura

SECRETARIA DA FACULDADE

Maria Gladys de Barros Gomara